



ACADEMIA MILITAR

Tutela Legal e Institucional do Militar da GNR no Serviço Operacional

Autora: Aspirante de Infantaria Adriana Filipa Gameiro Martins

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel Francisco Martins

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012



ACADEMIA MILITAR

Tutela Legal e Institucional do Militar da GNR no Serviço Operacional

Autora: Aspirante de Infantaria Adriana Filipa Gameiro Martins

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel Francisco Martins

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012

Dedicatória

Aos meus pais e às minhas irmãs
Por, absolutamente, tudo...

Agradecimentos

O presente RCFTIA, representa uma caminhada recheada de exigentes desafios, que só conseguimos superar se verdadeiramente o desejarmos e se tivermos o apoio de todos aqueles que, por meras palavras e ações, acreditam em nós. Por todo o apoio prestado:

Agradeço ao Senhor Professor Doutor José Fontes, pela amizade, pela disponibilidade, pelos conselhos e pelos conhecimentos transmitidos ao longo do RCFTIA;

Agradeço ao Senhor Tenente-Coronel Francisco Martins pelas orientações e pela experiência profissional transmitida;

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, às minhas irmãs e ao João, por todo o apoio e compreensão ao longo destes cinco anos;

Agradeço aos meus camaradas e amigos de curso por todos os momentos de partilha que vivenciámos e que, com saudade, recordarei;

Agradeço à Academia Militar e à Escola da Guarda por todos os esforços desenvolvidos na nossa formação, enquanto seres humanos e enquanto militares; e

Agradeço a todos aqueles que com quem privei e que, através da partilha de experiências, pessoal e profissional, contribuíram para a realização deste relatório.

A todos Vós o meu muito obrigado.

Resumo

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, intitulado «Tutela Legal e Institucional do Militar da GNR no Serviço Operacional» tem por objetivo perceber quais os tipos de Institutos que visam *proteger* o militar no decorrer do serviço operacional, no sentido que lhe conferem instrumentos para uma atuação legal e legítima, ciente das responsabilidades inerentes ao exercício das suas funções.

Para a realização deste relatório a metodologia utilizada foi direcionada à análise teórico-descritiva, às pesquisa e análise documentais, de bibliografia, de doutrina e de legislação relevante.

Conclui-se que a tutela, no sentido que configura uma *proteção* ao militar da GNR no serviço operacional, abrange uma visão integrada e multidimensional.

Integrada porque são vários os regimes, quer institucionais quer exógenos, que contribuem para alcançar o mesmo objetivo.

Multidimensional porque ante esses regimes existe uma enorme diversidade de aspetos que contribuem para a atuação legal e legítima do militar da GNR.

Conclui-se que estes regimes apesar de distintos estão intimamente relacionados, pois, em comum, partilham o mesmo objetivo: *proteger* o militar da GNR no serviço operacional.

Palavras-chave: Tutela. Proteção. Treino Jurídico.

Abstract

The present Report, entitled «The Legal and Institutional Guardianship of the GNR Soldier at Operational Service» intends to perceive what kind of institutions exist to protect the soldier during operational service, as they grant him instruments for a legitimate and legal performance, being aware, at the same time, of the responsibilities associated with the practice of his duties.

Regarding the methodology, the data presented in this Report are based in theoretical and descriptive analysis, as well as in the documental research and analysis of bibliography, relevant doctrine and legislation.

One can conclude that guardianship, as it configures protection to the GNR soldier at operational service, comprises a multidimensional and integrated approach.

It is integrated because there are several ways, institutional and exogenous, that mean to achieve the same goal. The multidimensionality is grounded on the several aspects that contribute to the legal and legitimate performance of the GNR soldier.

The institutions mentioned above are strongly related to each other, though they may be perceived as unlike. They share the same goal – to protect the GNR soldier at operational service.

Key Words: Guardianship. Protection. Legal training.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	ix
Introdução	1
0.1 Enquadramento e contextualização da investigação	1
0.2 Importância da investigação e justificação da sua escolha	2
0.3 Definição dos objetivos	5
0.4 Metodologia	5
0.5 Enunciado da estrutura do trabalho	6
Capítulo 1 — Tutela Institucional.....	7
1.1 Enquadramento	7
1.2 Serviço da GNR	7
1.2.1 Serviço Operacional	8
1.2.2 Serviço Policial	9
1.2.3 Serviço Operacional e Serviço Policial	10
1.3 Formação	11
1.3.1 Tipos de Formação	14
1.4 Treino	18
1.4.1 Componente jurídica	19
1.4.2 Componente técnico-tática	23
1.5 Autoformação	24
1.6 Hierarquia	26

Capítulo 2 — Heterotutela.....	32
2.1 Enquadramento	32
2.2 Quadro Constitucional	32
2.2.1 A Responsabilidade do Estado e dos seus agentes.....	33
2.2.2 Medidas de Polícia	35
2.3 Mecanismos legais	37
2.3.1 Apoio judiciário.....	37
2.3.2 Garantias disciplinares	38
2.3.3 Responsabilidade cível.....	39
2.3.4 Acidentes em serviço e doenças profissionais	40
2.3.5 Tutela Penal.....	41
Conclusões e Recomendações	45
Conclusões	45
Recomendações	51
Bibliografia.....	53
Anexos.....	58
Anexo A — Cursos de Formação	59
Anexo A1 — Plano de curso do Tirocínio para Oficiais	59
Anexo A2 — Plano de curso do Curso de Formação de Sargentos	61
Anexo A3 — Plano de curso do Curso de Formação de Guardas	63
Anexo B — Cursos de Promoção	65
Anexo B1 — Plano de curso do Curso de Promoção a Oficial General.....	65
Anexo B2 — Plano de curso do Curso de Promoção a Oficial Superior.....	80
Anexo B3 — Plano de curso do Curso de Promoção a Capitão	117
Anexo B4 — Plano de curso do Curso de Promoção a Sargento-Ajudante	119
Anexo B5 — Plano de curso do Curso de Promoção a Cabo	122
Anexo C — Cursos de Especialização	125
Anexo C1 — Plano de curso do Curso de Especialização de Trânsito.....	125
Anexo C2 — Plano de curso do Curso de Especialização de Fiscal.....	126
Anexo C3 — Plano de curso do Curso de Especialização de Investigação Criminal	127

Anexo D — Plano de curso do Mestrado em <i>Ciências Militares</i> , na especialidade de <i>Segurança</i>	128
--	-----

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AM	Academia Militar
Art.º	Artigo
BGECM	Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar
CC	Código Civil
CDF	Comando da Doutrina e Formação
CDSP	Código Deontológico do Serviço Policial
CFG	Curso de Formação de Guardas
Cfr.	Confrontar
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CJM	Código de Justiça Militar
CP	Código Penal
CPA	Código do Procedimento Administrativo
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CPCb	Curso de Promoção a Cabo
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CPP	Código de Processo Penal
CPSA	Curso de Promoção a Sargento-Ajudante
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSJ	Chefia do Serviço de Justiça
DE	Direção de Ensino
DJD	Direção de Justiça e Disciplina
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
DVI	Identificação de Vítimas de Desastres
Ed.	Edição
EG	Escola da Guarda
EMGNR	Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana
GNR	Guarda Nacional Republicana

H	Hipótese
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção da Guarda
IGAI	Inspeção-Geral da Administração Interna
INA	Instituto Nacional de Administração
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministro da Administração Interna
MP	Ministério Público
N.º	Número
NEP	Norma de Execução Permanente
OCS	Órgãos de Comunicação Social
P.	Página
PJ	Polícia Judiciária
PP.	Páginas
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAMMGNR	Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RDGNR	Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana
RGSGNR	Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
TPO	Tirocínio para Oficiais
Vol.	Volume

Introdução

0.1 Enquadramento e contextualização da investigação

O presente RCFTIA, subordinado ao tema: «Tutela Legal e Institucional do Militar da GNR no Serviço Operacional», integra-se no âmbito da estrutura curricular do curso de Mestrado em *Ciências Militares*, na especialidade de *Segurança*, lecionado na Academia Militar.

Pretende-se, com o presente tema, *proteger* o militar da GNR na sua atuação diária. Confrontado com uma diversidade de situações complexas e multifacetadas, é fundamental que o militar da GNR saiba atuar de forma racional, ponderada e inteligente, sem abusos, excessos, nem arbitrariedades. A atuação ilegal e ilegítima expressa um erguer de barreiras com múltiplos riscos e adversidades, geradoras de conflitos, até para o próprio militar.

Como suporte da legalidade é exigido ao militar que pautar a sua atuação pelos ditames da lei e da legitimidade¹. Só o poderá fazer se lhe forem transmitidos um conjunto de instrumentos que o habilitem e o preparem para o exercício das suas funções. O saber atuar permitirá *proteger* o militar.

O conceito *proteger* tem por objetivo dotar o militar de um conjunto de instrumentos que se reflitam numa atuação legal e legítima, evitando-o a eventuais procedimentos jurídicos de natureza cível, criminal e/ou disciplinar. É importante que o militar atue e não fique na mera possibilidade de poder atuar por não saber atuar. Tal ação, só pode ser contrariada, se o militar se sentir seguro, consciente e ciente da sua atuação — sentindo-se *protegido*.

Por outro lado, o militar da GNR, além de ser um elemento de uma força de segurança, é um Ser Humano digno de respeito e beneficiário dos «(...) direitos, liberdades e garantias (...)» reconhecidos aos demais cidadãos, consagrados constitucionalmente² e sublinhados nos termos do disposto no art.º 17.º do EMGNR. Neste ponto o conceito de

¹ Segundo MARCELO CAETANO (2003, pp. 276-277), a legitimidade «(...) assenta sempre numa crença difundida e rodeada sobre o que deve ser e como deve ser exercido o Poder (...)».

² Cfr. o disposto no art.º 17.º e o estipulado no art.º 18.º, n.º 1, da CRP.

proteção visa, também, englobar os institutos capazes de dirimir as violações ou as restrições exercidas sobre os direitos, liberdades e garantias do militar da GNR, no exercício de funções ou por causa desse exercício.

A elaboração do RCFTIA tem por objetivo a valorização do futuro Oficial da GNR, através do desenvolvimento de competências, que lhe permitam, segundo as normas específicas³ do TPO, entre outras, compreender, integrar e aplicar conhecimentos, analisar questões complexas, situações novas e não familiares, comunicar conclusões e raciocínios de forma clara e sem ambiguidades.

Mais do que uma valorização pessoal, pretende-se que o presente RCFTIA contribua, com os resultados que dele advenham, para melhorar a missão prestada pela Instituição — GNR — à sociedade que serve.

0.2 Importância da investigação e justificação da sua escolha

A escolha do tema baseia-se no interesse pessoal da Autora em estudar e compreender os regimes legais e institucionais existentes que tutelam os militares com funções policiais no serviço operacional, no sentido de se visualizar um quadro de *proteção*, também, jurídica. O mesmo interesse é alimentado pela eventual debilidade e ineficácia de tutela no serviço operacional e pelo aumento percentual dos crimes contra o Estado⁴, nomeadamente, os crimes contra a autoridade pública⁵.

³ Cfr. o disposto na NEP 520 DE, de 30 de junho de 2011, da AM.

⁴ Cfr. o disposto nos RASI de 2007 a 2011 — Os RASI na sua estrutura apresentam um item de criminalidade participada, que se subdivide, entre outros, em criminalidade por grandes categorias, que são: os crimes contra as pessoas, os crimes contra o património, os crimes contra a vida em sociedade, os crimes contra o Estado e legislação penal avulsa. Para o presente tópico tem especial interesse a categoria dos crimes contra o Estado e os crimes contra as pessoas.

Relativamente aos crimes contra o Estado, ao se analisar os RASI dos últimos cinco anos, constata-se que: no RASI de 2007, a categoria dos crimes em estudo representam 2% relativa à criminalidade total praticada apresentando um acréscimo de 2,9% em relação ao ano anterior; no RASI de 2008, a categoria dos crimes em estudo representam 1,3% relativa à criminalidade total praticada apresentando um decréscimo em relação ao ano anterior; no RASI de 2009, a categoria dos crimes em estudo representam 1,26% relativa à criminalidade total praticada apresentando um decréscimo de 2,9% em relação ao ano anterior; no RASI de 2010, a categoria dos crimes em estudo representam 1,48% relativa à criminalidade total praticada apresentando um acréscimo de 16,9% em relação ao ano anterior; no RASI de 2011, a categoria dos crimes em estudo representam 1,5% relativa à criminalidade total praticada apresentando um acréscimo de 2,1% em relação ao ano anterior. Da análise em estudo, constata-se que a percentagem de crimes praticados contra o Estado tem vindo a aumentar significativamente, nos últimos dois anos.

⁵ De acordo com DIOGO FREITAS DO AMARAL (2004, p. 581), o conceito de autoridade pública advém da expressão «o Estado (...) ao serviço do Direito». No seguimento do mesmo pensamento, esta afirmação subsiste nos poderes tripartidos do Estados: o poder legislativo, o poder judicial e o poder executivo. Para o

O presente RCFTIA será direcionado, a nível macro, aos militares com funções policiais, adiante designados por militar da GNR ou por militar(es), dado ser a área de estudo da mestranda, e a nível micro, aos militares que executam o serviço operacional.

Entende-se que, os militares da GNR que realizam o serviço operacional, são os que diária e diretamente efetivam a missão da GNR. Paralelamente, considera-se que são os que «(...) se encontram confrontados com a necessidade de interpretar e resolver as situações concretas» (Alves, 2009, p. 14) que de menor ou maior intensidade, colocam em risco a sua integridade física e até mesmo a própria vida.

O serviço operacional exige do militar da GNR «(...) uma capacidade de adaptação a diversificados cenários e a diferentes situações» (Branco, 2010, p. 37). A «(...) atuação em estreito e permanente contato com as populações; a diversidade de formas de ameaça e multiplicidade de riscos; imprevisibilidade das situações em que se atua e das subsequentes reações; grande exigência no escrupuloso cumprimento da lei; forte exposição aos media e elevado sentido crítico da sociedade em geral e dos OCS em particular, que funcionam como limites e garantia do controlo externo da situação e inexistência de inimigo» (Branco, 2010, p. 40) caracterizam o quotidiano do militar da GNR. São estas situações que, como afirma EURICO SILVA (2003, p. 37), «(...) não raras vezes, violentas, frequentemente melindrosas, quantas vezes complicadas e arriscadas (...)» que expõem o militar «(...) a todo o tipo de adversidades, riscos e dificuldades» (Silva, 2003, p. 37).

É neste espectro de atuação, que se exige ao militar da GNR, confrontado com «(...) o incomum, o invulgar e o extraordinário» (Silva, 2003, p. 37), uma resposta eficaz e imediata, sem abusos nem arbitrariedades, capaz de ultrapassar e de vencer as adversidades. Uma resposta, que no dia-a-dia, poderá não estar ao alcance de todos, inibindo, até, a sua intervenção. Uma resposta que, indubitavelmente, reconhece no militar um certo poder discricionário de decisão e de escolha (Canotilho, 2003). É «(...) grande o poder discricionário atribuível ao desempenho da função polícia» (Alves, 2011, p. 168). Significa que, de

presente RFCTIA tem especial interesse o poder executivo, a quem «(...) compete governar o país, por um lado, e, por outro, fazer funcionar de modo regular e contínuo a Administração Pública, isto é, o conjunto de organismos e funcionários incumbidos por lei de assegurar o desempenho das funções públicas de segurança, cultura e bem-estar» (Amaral, 2004, p. 582). Estas funções são realizadas pela Administração Pública por três modos diversos: pelo *serviço público*, pela *polícia* e pelo *fomento* (Amaral, 2004). De acordo com DIOGO FREITAS DO AMARAL (2004, p. 584), «a *polícia*: o Estado (...) exercem funções de vigilância e fiscalização das atividades privadas, bem como de prevenção da criminalidade e das ofensas à lei». Infere-se que, na economia do presente RFCTIA, a GNR atua como autoridade pública ao serviço do Estado e, simultaneamente, do Direito. Nesta perspetiva a Administração Pública — expressa pela GNR — atua dotada de *Ius Imperium* que atribui a faculdade de aplicar o Direito, recorrendo ao uso da força.

acordo com GOMES CANOTILHO (2003, p. 734), o militar da GNR poderá numa determinada situação «(...) atribuir certos efeitos jurídicos, legalmente previstos mas não prescritos (...) ou escolher, dentro de várias medidas legítimas, qual a que lhe parece mais adequada». Considera-se que o militar da GNR atua num espaço possibilitador de decisões e de escolhas vinculadas à lei (Caupers, 2001).

Paralelamente, toda a atuação dos elementos das forças de segurança é, simultaneamente, alvo de limites que, «(...) de uma forma ou de outra, poderão constituir-se em fatores inibidores da eficácia policial, com os perigos daí inerentes (...)» (Branco, 1998, p. 249) e «(...) objeto de permanente escrutínio público e político (...)» (Branco, 2010, p. 54).

Ora, o militar da GNR, no cumprimento eficaz da sua missão não deverá sentir-se receoso nem constrangido. Perceciona-se que a eventual crescente e preocupante diminuição dos níveis de confiança, autodeterminação e de autoestima poderão traduzir-se em impedimentos ao correto cumprimento da missão e, até mesmo, à atuação do próprio militar. A erosão contínua destes sentimentos poderá influenciar negativamente a atuação da GNR e, por consequência, a qualidade da segurança prestada aos cidadãos e impreterivelmente a Portugal.

Para que os militares possam enfrentar e contrariar as situações dúbias, incertas e pouco claras, caracterizadoras do seu quotidiano, com segurança e cientes da responsabilidade inerente ao exercício das suas funções, sem receios nem constrangimentos, é fundamental que se sinta *protegido*. Urge analisar quais são os tipos de regimes legais e institucionais existentes, no sentido de que garantem *proteção*, ao militar, no decorrer do serviço operacional.

Sendo um problema discutido de forma superficial, ausente das agendas dos responsáveis pelas políticas públicas de segurança, não tratado cientificamente e carente de consolidação doutrinária, o tema proposto revela-se pertinente, atual, exequível e merecedor de uma análise profunda.

Não se visa unicamente uma abordagem unidimensional — na melhoria do desempenho da força de segurança GNR — mas multidimensional, profunda, refletida e consistente — pois, sendo a segurança um dos fins⁶ últimos do Estado é sempre importante contribuir com respostas para a sua preservação, manutenção e aperfeiçoamento.

⁶ Segundo MARCELO CAETANO (2003, pp. 143-148), a segurança, a justiça e o bem estar-social são os fins do Estado.

Perspetiva-se que este estudo, ainda que de forma ténue, contribua para uma análise e reflexão institucional sobre a necessidade futura de consolidação de um corpo doutrinário e, eventualmente, da definição de uma linha de atuação comum que permita a *todos* os militares sentirem-se — legal e institucionalmente — *protegidos*.

0.3 Definição dos objetivos

Saber quais são os regimes legais e institucionais existentes que tutelam o militar da GNR no serviço operacional é a questão que nos suscita dúvidas e que se pretende investigar. Face ao exposto, determinar e balizar, bem como perceber o conteúdo e o alcance desses regimes, serão os objetivos do presente RCFTIA.

Como forma de o esclarecer e para obter a melhor solução, considera-se importante estabelecer, sob forma de hipóteses algumas linhas orientadoras. Desta forma, estabelecem-se as seguintes hipóteses:

H1 — A Instituição estipula um conjunto de regimes de *proteção* do militar da GNR no serviço operacional;

H2 — O processo formativo do militar da GNR (co)responde à necessidade jurídica de conhecimento e de aplicação dos referidos regimes; e

H3 — O quadro legal existente consagra regimes de *proteção* ao militar da GNR no serviço operacional.

0.4 Metodologia

O presente RCFTIA foi desenvolvido em duas fases.

A primeira fase, de natureza exploratória, permitiu através de consulta de sites, de pesquisa bibliográfica, recolha de informação e de conversas informais, elaborar o projeto de investigação. Este contribuiu para a formulação correta e objetiva do problema de investigação, que se revelou ser a linha motriz e o fundamento do presente RCFTIA. Definido o problema de investigação, determinaram-se os objetivos e equacionaram-se as hipóteses.

A segunda fase, decorreu durante um estágio de 10 semanas, com início no dia 28 de maio de 2012 e término no dia 3 de agosto de 2012, na EG, em Queluz, e teve como objetivo a redação do presente RCFTIA.

Em função do problema de investigação a desenvolver e das hipóteses propostas, optou-se pelo método científico com recurso à análise teórico-descritiva, às pesquisa e análise documentais, designadamente, relacionadas com os regimes jurídicos, aplicáveis e pertinentes, e, de bibliografia e, de doutrina, como método de recolha de informação. Esta recolha de informação permitiu obter conhecimentos mais aprofundados e com interesse sobre a temática em análise. A análise, a interpretação e a comparação da informação recolhida contribuiu para alcançar os resultados expressos nas conclusões.

Dado que o presente RCFTIA decorre, substancialmente, na área jurídica, não houve necessidade de recorrer a inquéritos, nomeadamente, a questionários e a entrevistas, como método de recolha de informação.

0.5 Enunciado da estrutura do trabalho

Com o intuito de enquadrar o tema do presente RCFTIA, após uma breve introdução e posteriores conclusões, dividiu-se a estrutura do trabalho por dois capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado de «Tutela Institucional», aborda as temáticas do serviço da GNR, da formação, do treino, da autoformação e da Hierarquia. Este capítulo tem por finalidade analisar os *Institutos* que a GNR preceitua para *proteger* o seu militar no decorrer do serviço operacional.

O segundo capítulo, intitulado de «Heterotutela», aborda o quadro constitucional e os mecanismos legais. Pretende-se neste capítulo aferir quais os *Institutos* que a lei determina que visam o objetivo do presente RCFTIA.

Por fim foram tecidas as conclusões, das quais se esperam que contribuam para a melhoria do desempenho individual do militar da GNR e, por consequência, da segurança prestada a Portugal.

Capítulo 1

Tutela Institucional

1.1 Enquadramento

Neste capítulo pretende-se, primeiramente, compreender o conceito de *serviço operacional*, para *a posteriori* analisar quais os tipos de *Institutos* que a GNR dispõe para que os militares atuem, durante o serviço operacional, sob a forma legal.

1.2 Serviço da GNR

O serviço da GNR, nos termos do disposto no art.º 1.º do RGSGNR, «(...) visa garantir o cumprimento da missão que lhe está atribuída, bem como, o respetivo funcionamento interno», ou seja, o serviço na GNR desenvolve-se no estrito cumprimento da missão⁷.

De acordo com HÉLÈNE L'HEUILLET (2001, p. 45), «cumprir uma missão (...) é responder a um pedido, e até mesmo a uma ordem». No seguimento da ótica da mesma Autora (2001, p. 45), «aquele que cumpre uma missão está não só empenhado na finalidade da sua ação, mas também da escolha dos meios». Considera-se que a acção do militar se debruça sobre uma interpretação subjetiva da missão imputada que indubitavelmente terá de ter fundamento na lei. Debruça-se sobre uma decisão individual que «(...) se encontra entre a lei e a sua aplicação, entre a ordem e a sua execução» (L'Heuillet, 2001, p. 43). Como afirma HÉLÈNE L'HEUILLET (2001, p. 40) a decisão «(...) não é a simples aplicação de um saber, constitui o traço distintivo do ofício policial (...)» encarregue do «(...) imprevisível e do imprevisto» (L'Heuillet, 2001, p. 325).

É de salientar que, o saber atuar é um elemento determinante na atuação policial, a qual decorre do cumprimento da missão.

⁷ Cfr. o disposto no art.º 5.º, n.º 3, do RGSGNR.

A missão que a lei atribui à GNR desenvolve-se, nos termos do disposto no art.º 6.º, n.º 1, do RGSGNR, «(...) nas seguintes áreas: policial; de segurança e ordem pública; de fiscalização e regulação da circulação rodoviária; de fiscalização no âmbito fiscal e aduaneiro; de controlo costeiro; de investigação criminal, tributária, fiscal e aduaneira; de proteção da natureza e do ambiente; de proteção e socorro; honorífica e de representação; e militar».

Da análise ao RGSGNR, salvo melhor interpretação jurídica, considera-se que o serviço na GNR se subdivide em três áreas: no serviço interno das unidades⁸, no serviço operacional⁹ e no serviço honorífico e de representação¹⁰.

1.2.1 Serviço Operacional

Para o presente RCFTIA tem especial interesse o serviço operacional. Considera-se que é através do serviço operacional que o militar vivencia situações multifacetadas, exigentes de uma atuação legal e legítima, que lhe permite dar significado à sua missão.

De acordo com o disposto no art.º 152.º do RGSGNR, o serviço operacional da GNR «(...) desenvolve-se através da atividade do seu efetivo no respeito pelos procedimentos técnico-táticos, em conformidade com o determinado neste Regulamento, no Manual de Operações da Guarda, demais legislação aplicável e orientações superiormente definidas».

O mesmo serviço é norteado por «(...) princípios: o princípio da legalidade, o princípio do objetivo, o princípio da iniciativa, o princípio da concentração de meios, o princípio da economia de forças, o princípio da mínima força, o princípio da capacidade de manobra, o princípio da unidade de comando, o princípio da segurança, o princípio da surpresa e o princípio da simplicidade» (GNR, 1996, p. V-1).

Sendo a segurança, nos termos do disposto no art.º 126.º, n.º 1, do RGSGNR, «(...) a assunção consciente da necessidade e da prática de medidas de prevenção e prontidão (...) deve ser uma preocupação prioritária de todos os militares (...) da Guarda, em todas as circunstâncias e independentemente das funções que exerçam». No seguimento desta

⁸ Cfr. o disposto no Título II do RGSGNR.

⁹ Cfr. o disposto no Título IV do RGSGNR.

¹⁰ Cfr. o disposto no Título V do RGSGNR.

ideia e, nos termos do disposto no art.º 153.º do RGSGNR, «(...) a segurança é um princípio a observar em permanência (...)». Compete ao militar da GNR, nos termos do disposto no art.º 126.º, n.º 3, e, do preceituado no art.º 153.º, n.º 2, e n.º 3, ambos do RGSGNR, adotar uma atitude expectante e atenta mas pró-ativa perante as situações, por forma a evitar riscos desnecessários à sua segurança pessoal e à de terceiros.

O disposto no art.º 163.º do RGSGNR, bem como, o preceituado no Manual de Operações da GNR (1997, p. I-15), reforçam e complementam o estipulado no art.º 153.º do mesmo Regulamento, face à constante preocupação pela segurança. A segurança revela-se como princípio estruturante e fundamental no decorrer do serviço operacional.

O serviço operacional subdivide-se em: serviço policial¹¹; serviço de trânsito¹²; serviço fiscal¹³; serviço de proteção da natureza e do ambiente¹⁴; serviço de investigação criminal¹⁵, serviço de proteção e socorro¹⁶; serviço cinotécnico¹⁷; e serviço de inativação de engenhos explosivos¹⁸.

1.2.2 Serviço Policial

De acordo com o disposto no art.º 155.º do RGSGNR, o serviço policial permite: «(...) velar pelo cumprimento das leis; garantir a manutenção da ordem pública; manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade; e auxiliar e proteger os cidadãos». No cumprimento deste tipo de missões, o militar da GNR deve orientar a sua atuação, nos termos do disposto no art.º 156.º do RGSGNR, «(...) por uma sistemática ação proactiva, de visibilidade e preventiva, de auxílio e de proteção das populações, recorrendo-se a todos os meios legítimos de forma a prevenir e a evitar a prática de ilícitos criminais ou contraordenacionais».

Estas missões de carácter policial são, nos termos do disposto no art.º 161.º do RGSGNR, desempenhadas tanto pelos superiores hierárquicos como pelos subalternos através de visitas e de patrulhas.

¹¹ Cfr. o disposto no Capítulo II do Título IV do RGSGNR.

¹² Cfr. o estipulado no Capítulo III do Título IV do RGSGNR.

¹³ Cfr. o disposto no Capítulo IV do Título IV do RGSGNR.

¹⁴ Cfr. o preceituado no Capítulo V do Título IV do RGSGNR.

¹⁵ Cfr. o disposto no Capítulo VI do Título IV do RGSGNR.

¹⁶ Cfr. o disposto no Capítulo VII do Título IV do RGSGNR.

¹⁷ Cfr. o preceituado no Capítulo VIII do Título IV do RGSGNR.

¹⁸ Cfr. o estipulado no Capítulo IX do Título IV do RGSGNR.

As visitas, realizadas pelos oficiais, sargentos e comandantes de posto, podem ser de inspeção e/ou de supervisão e têm como objetivo, fiscalizar continuamente o comportamento da força ou obter informações sobre a necessidade de policiamento na área de ação.

A patrulha, «(...) força composta por dois ou mais elementos, devidamente instruídos, uniformizados, equipados, armados e comandados» (GNR, 1997, p. I-4), é, nos termos do disposto no art.º 162.º, n.º 1, do RGSGNR, «(...) a principal modalidade do exercício da atividade do serviço policial».

Nos termos do disposto no art.º 2.º, n.º 3, do EMGNR conjugado com o preceituado no art.º 10.º, n.º 3, da LOGNR, o militar da GNR, no exercício das suas funções, é agente de força pública. De acordo com o disposto no art.º 10.º, n.º 2, da LOGNR, força pública é «(...) o efetivo mínimo de dois militares em missão de serviço». Por analogia, as patrulhas, realizadas pelos militares, são também designadas de força pública¹⁹.

O cumprimento das missões de carácter policial pelas patrulhas designa-se de patrulhamento. De acordo com o Manual de Operações da GNR (1997, p. I-1) «o patrulhamento é uma ação essencialmente preventiva e de vigilância, efetuada por uma força de efetivo variável, devidamente instruída, uniformizada, armada, equipada e comandada, destinada ao cumprimento da missão geral da Guarda, ou de uma missão específica». O patrulhamento tem por finalidades «(...) essencialmente a prevenção e a vigilância visando a manutenção da ordem e segurança das populações, o não cometimento dos atos ilegais e a recolha de informações» (GNR, 1997, p. I-2).

1.2.3 Serviço Operacional e Serviço Policial

O CDSP destina-se, nos termos do disposto no art.º 1.º, «(...) aos militares da Guarda Nacional Republicana (...) no âmbito do exercício das suas funções policiais». Subentende-se que o conceito *serviço policial* estipulado neste diploma jurídico deve ser interpretado em sentido amplo e não restrito.

Considera-se *serviço policial* em sentido restrito, o designado nos termos do disposto no art.º 155.º do RGSGNR, que visa unicamente o cumprimento de funções específicas.

¹⁹ Cfr. o disposto no art.º 164.º, n.º 1, alínea a), do RGSGNR.

Por outro lado, considera-se *serviço policial* em sentido amplo enquanto serviço operacional, que visa dar significado à missão que a lei confere à GNR nas suas valências. Nestas, o militar contata diretamente com situações diversas que lhe exigem uma atuação e uma intervenção pautada pelos princípios e critérios estipulados no CDSP.

Para além do CDSP, também o Manual de Operações da GNR (1996) no Capítulo III do Título I, faz alusão ao conceito *serviço policial* como área de atuação da GNR que engloba as missões estipuladas no conceito de *serviço operacional*, nos termos do disposto no Título IV do RGSGNR.

Salvo melhor interpretação jurídica, considera-se que o conceito de serviço operacional engloba o conceito que o legislador quis atribuir ao conceito de serviço policial tanto no CDSP como no Manual de Operações (1996).

Nesta medida o conceito de serviço operacional deveria englobar uma dupla aceção. Uma aceção em sentido amplo que visasse o determinado para o serviço policial e uma aceção restrita que visasse o serviço específico.

Na linha deste pensamento, considera-se que não existe uma fronteira conceptual delimitada e definida entre o conceito de serviço policial e de serviço operacional, pelo que, são sobrepostos por diferentes textos jurídicos e doutrinários.

1.3 Formação

Segundo o disposto no art.º 231.º do RGSGNR, a «(...) formação é o processo através do qual é proporcionado aos militares a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, exigidas para o desempenho de um posto, uma atividade ou uma função específica da Guarda». O mesmo processo, nos termos do disposto no art.º 145.º, n.º 1, do EMGNR, «(...) envolve o conjunto de atividades educacionais, pedagógicas, formativas e doutrinárias que visam a aquisição e a promoção de conhecimentos, de competências técnico-profissionais, de atitudes e formas de comportamento, exigidos para o exercício das funções próprias do militar da GNR, nas mais diversas áreas de atuação».

Entenda-se que a formação é o processo que permite a criação e a adoção de competências e de atitudes inerentes às peculiaridades próprias das funções policiais. A mesma deve dotar o militar de conhecimentos que o «(...) habilitem a intervenções apropriadas e proporcionais quanto ao tempo, medida, alcance e modo de atuar» (Silva, 2003, p. 37). Saliente-se que, o militar da GNR deve ser preparado para o serviço operacional, ciente

dos limites e da legitimidade da sua atuação perante a lei e perante a comunidade. O mesmo tem de saber até e onde poderá atuar, pelo que, assimilar as linhas que orientam e legitimam a sua ação de acordo com os limites legais, afigura-se de extrema importância. A usurpação e sobreposição destes limites configuram consequências jurídicas que poderão tornar o militar alvo de um processo cível, criminal e/ou disciplinar.

Para além de ser um meio de transmissão, aquisição e aperfeiçoamento de saberes, a formação permite, como refere CARLOS BRANCO (2010, p. 369), a adoção de «(...) valores próprios e específicos que fazem parte do processo de aculturação e socialização dos militares na sua cultura institucional (...)». São valores militares: «(...) a honra, a disciplina, a obediência, o espírito de sacrifício, a disponibilidade, o sentido do dever, a camaradagem, entre outros» (Branco, 2010, p. 369). Refira-se que a GNR, «(...) reflete as tendências culturais do sistema de valores que a produziu, e, por sua vez, desempenha um papel fundamental na manutenção desse mesmo sistema (...)» (Silva, 2005, p. 193).

Dada a sua multidisciplinaridade, a formação proporciona ao militar da GNR o contato com matérias jurídicas e técnico-táticas que o auxiliam na aquisição de saberes relativos ao enquadramento legal e conteúdos do exercício das suas funções, gerais e específicas. Da análise curricular aos cursos ministrados na EG, verifica-se que, em todos são ministradas matérias jurídicas de Direito, de sublinhar o Direito Penal e Processual Penal e de Legislação Policial, bem como, a unidade curricular de Tática da GNR.

Sendo uma das principais áreas da GNR (Branco, 2010, p. 360) é, simultaneamente, um direito que assiste os militares²⁰ e uma condição indispensável para progredirem e se especializarem na carreira.

Constata-se que a ascensão — ingresso²¹, promoção²² e especialização²³ — tanto na carreira dos oficiais como na dos sargentos e guardas, exige a realização de cursos específicos para o desempenho das funções inerentes a cada posto e concluídos com aproveitamento.

A ascensão a um posto superior implica, simultaneamente, um acréscimo de responsabilidades, de competências e qualificações compatíveis. Para o desempenho eficiente,

²⁰ Cfr. o disposto no art.º 2.º, alínea i), da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e o estipulado no art.º 22.º, n.º 1, do EMGMR, conjugado com o preceituado no art.º 145.º do EMGMR.

²¹ Cfr. o disposto no art.º 57.º, n.º 2, alíneas a), b) e c), do EMGMR, conjugado com o disposto no art.º 100.º, n.º 1, do EMGMR.

²² Nos termos do disposto no art.º 111.º, n.º 1, do EMGMR a promoção «(...) consiste (...) na mudança para o posto seguinte da respetiva categoria» que, nos termos do disposto no art.º 117.º do EMGMR, exige «(...) habilitação com curso adequado(...)».

²³ Cfr. o disposto no art.º 146.º, n.º 2, alínea c), do EMGMR.

em cada posto, as responsabilidades que lhes são atribuídas têm de ser compatíveis com as competências e qualificações do militar²⁴. Como tal a GNR exige aos militares formação e preparação específica, adequada às responsabilidades e às competências inerentes dessas funções.

Subentende-se que a carreira do militar da GNR se pauta por um enriquecimento constante e por uma contínua aprendizagem ao longo da carreira com a finalidade de melhorar e de valorizar o desempenho profissional. A valorização e o aperfeiçoamento, contínuo e efetivo do militar, na adoção de requisitos específicos para o exercício de competências próprias de cada posto, poderão tornar mais eficaz e eficiente o desempenho, a atuação e a intervenção policial.

De acordo com CARLOS BRANCO (2010, p. 370), «ao contrário do que sucede nas organizações civis e na função pública, em que a ascensão na carreira é efetuada mediante concurso, prestação de provas ou simples análise curricular (...)», na GNR a ascensão, a promoção e a especialização na carreira é acompanhada de formação específica e contínua para o desempenho de funções em diferentes postos e de determinadas áreas do saber.

É primordial que o militar seja e se sinta preparado nas funções que desempenha durante a sua atuação. Para tal, a formação deverá estar em constante evolução e adaptação às realidades sociais, legislativas e tecnológicas, bem como, às necessidades e exigências do desempenho policial. Este processo implica, como afirma DON JESUS GOMEZ (2001, p. 13), «(...) um esforço contínuo de adaptação dos programas de formação (...) às mudanças sociais, jurídicas e tecnológicas». Citando NUNO SEVERIANO TEIXEIRA (2002, p. 23) da formação pretende-se que seja «(...) especializada, atualizada e permanente (...)». A formação é um vetor de credibilização e de reputação da estrutura policial, quer para com a própria, quer para com as outras estruturas, de que são exemplo as restantes forças de segurança²⁵.

Esta componente permitirá que o militar da GNR absorva conhecimentos que se reflitam numa atuação legal, capaz de o *proteger* diante situações que o comprometem.

²⁴ Cfr. o disposto no art.º 48.º, n.º 1, do EMGNR.

²⁵ Nos termos do preceituado no art.º 25.º, n.º 2, alíneas *b*) e *c*), da LSI são, também forças de segurança a PSP e a PJ.

1.3.1 Tipos de Formação

De acordo com o disposto no art.º 145.º, n.º 2, do EMGNR «a formação realiza-se através de cursos, tirocínios e estágios, instrução complementar e treino, consoante a categoria, posto, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence».

Nos termos do disposto no art.º 146.º, n.º 2, alíneas *a*), *b*) e *c*), do EMGNR, os cursos dividem-se, respetivamente, nas seguintes modalidades: cursos de formação, cursos de promoção e cursos de especialização.

1.3.1.1 Cursos de Formação

Os cursos de formação, nos termos do disposto no art.º 146.º, n.º 2, alínea *a*), do EMGNR destinam-se a «(...) assegurar a preparação militar e os conhecimentos técnico-profissionais para ingresso na Guarda ou para o exercício de funções em categoria superior». Nesta vertente realizam-se: o TPO — nos termos do disposto no art.º 147.º e do preceituado no art.º 202.º, n.º 1, ambos, do EMGNR; o CFS — nos termos do disposto no art.º 232.º, n.º 1, do EMGNR; e o CFG — nos termos do disposto no art.º 255.º, n.º 1, do EMGNR.

Nos cursos de formação, nomeadamente, o TPO e o CFS, os respetivos planos curriculares²⁶ são compostos por três componentes: uma componente formativa geral, uma componente formativa da especialidade e uma componente formativa complementar.

A componente formativa geral é lecionada a todos os militares independentemente das funções que irão desempenhar. No CFS, esta componente subdivide-se por módulos, dos quais se destacam o módulo de Formação Militar e Policial e o módulo em Direito. O módulo de Formação Militar e Policial permite transmitir ao militar conhecimentos sobre a Legislação Policial e sobre a Tática das Forças de Segurança. No módulo de formação em Direito são ministradas matérias jurídicas, nomeadamente, de Direito Penal e Processual Penal e o Código do Procedimento Administrativo.

²⁶ O plano curricular do TPO constitui o Anexo A1 e o plano curricular do CFS constitui o Anexo A2.

A componente formativa da especialidade é ministrada de acordo com as funções que o militar irá desempenhar. No TPO, esta componente é essencialmente técnico-tática. As matérias jurídicas de Direito e de Legislação Policial foram lecionadas durante o percurso académico na AM²⁷. São exemplo as unidades curriculares: de Introdução ao Direito, de Direito Administrativo, de Direito Penal e Processual Penal e de Direito de Ordenação Social.

A componente formativa complementar visa através de palestras, conferências e seminários acrescentar e aperfeiçoar conhecimentos.

O CFG²⁸ está subdividido em dois blocos. O bloco de formação geral militar e o bloco formação escolar. O bloco de formação geral militar, tal como o nome sugere, visa dotar o futuro militar da GNR com características da sua natureza. O bloco de formação escolar, divide-se em seis módulos: o módulo jurídico que proporciona o contato com matérias jurídicas; o módulo técnico-profissional que proporciona o contato com as unidades curriculares, entre outras, de Técnica de Serviço Policial e de Tática das Forças de Segurança; o módulo sócio comportamental; o módulo geral; o módulo das atividades físicas e tiro; e o módulo das atividades complementares.

De acordo com o estipulado no art.º 100.º do EMGNR, «o ingresso na Guarda faz-se após a conclusão com aproveitamento dos cursos de formação de oficiais ou de guardas (...)». Verifica-se que a carreira de sargentos e de guardas se inicia com o CFG. Tanto os sargentos como os guardas contactam, desde o início da sua carreira, com matérias jurídicas de Direito, de Legislação Policial e de Tática da GNR.

1.3.1.2 Cursos de Promoção

Os cursos de promoção, nos termos do disposto no art.º 146.º, n.º 2, alínea *b*), do EMGNR, destinam-se a habilitar o militar para o desempenho de funções de nível e de responsabilidade mais elevados, o que constitui condição especial de acesso ao posto imediato. Estes cursos têm «(...) por finalidade a preparação específica do militar para o desempenho do posto ou postos imediatos (...)» (Branco, 2010, p. 370).

²⁷ O plano de curso do Mestrado em *Ciências Militares*, na especialidade de *Segurança*, constitui o Anexo D.

²⁸ O plano curricular do CFG constitui o Anexo A3.

Nesta vertente realizam-se: o CPOG — nos termos do disposto no art.º 211.º, alíneas *a)*, e *e)*, do EMGMR; o CPOS — nos termos do disposto no art.º 208.º, alínea *a)*, do EMGMR; o CPC — nos termos do disposto no art.º 207.º, alínea *a)*, do EMGMR; o CPSA — nos termos do disposto no art.º 237.º, alínea *d)*, do EMGMR; e o CPCb — nos termos do estipulado no art.º 259.º, n.º 1, alínea *a)*, do EMGMR.

Sublinhe-se que, de acordo com o EMGMR e, como refere CARLOS BRANCO (2010, p. 369), o desenvolvimento²⁹ e a promoção «(...) na carreira obedece a dois conjuntos de requisitos, designados, respetivamente, por condições gerais e condições especiais de promoção (...)»³⁰. As primeiras, nos termos do disposto no art.º 124.º do EMGMR, são comuns a todos os militares e reportam «(...) um leque de qualidades e capacidades, requeridas para o posto imediato (...)»³¹ (Branco, 2010, p. 369). As segundas, nos termos do disposto no art.º 128.º do EMGMR, são específicas de cada posto e abrangem, entre os requisitos obrigatórios, a frequência de curso de promoção com aproveitamento³².

O CPOG e o CPOS são ministrados no IESM, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de setembro e republicado pelo Decreto-Lei n.º 28/2010, de 31 de março. Da análise realizada à estrutura curricular do CPOG — constante do Anexo B1 — verifica-se que não existe nenhuma área científica relativa às matérias jurídicas de Legislação Policial e que a unidade curricular de Tática é substituída pela componente curricular Estratégia. A veracidade desta constatação poder ser justificável pelo facto de serem — ainda — os Oficiais Gerais oriundos do Exército a exercerem as funções no mais elevado escalão da GNR. Note-se que o plano de curso do CPOG só compreende os três ramos das Forças Armadas: a Marinha, o Exército e a Força Aérea. Esse plano não inclui a força de segurança de natureza militar — GNR.

Ao contrário do que sucede no CPOG, o plano de curso do CPOS contribui para a preparação dos Capitães da GNR na obtenção de competências e conhecimentos para o exercício futuro de funções de Oficial Superior. Da análise realizada à estrutura curricular do CPOS — constante do Anexo B2 — verifica-se a existência de conteúdos programáticos específicos para a GNR e direcionados para a atividade policial.

O CPC, o CPSA e o CPCb são ministrados na EG. Destes cursos, somente o CPSA não tem uma componente formativa de *e-learning*. Na vertente de formação presencial, os

²⁹ Cfr. o disposto no art.º 56.º, n.º 1, do EMGMR.

³⁰ Cfr. o disposto no art.º 123.º do EMGMR.

³¹ Cfr. o disposto no art.º 124.º do EMGMR.

³² Cfr. o disposto no art.º 128.º, n.º 1, alínea *c)*, do EMGMR.

curso de promoção ministrados na EG, estão estruturados em três componentes formativas: a geral, a de especialidade e a complementar.

Da análise curricular do CPC, — constante do Anexo B3 —, na componente formativa de especialidade são ministrados matérias jurídicas de Direito, nomeadamente, de Direito Penal e Processual Penal e de Direito de Ordenação Social, e, entre outras, a unidade curricular de Tática das Forças de Segurança. Estas unidades curriculares, às quais se acresce a de Legislação Policial são também ministradas ao CPSA³³, na componente formativa de especialidade.

No CPCb³⁴ durante a formação presencial é ministrada, na componente formativa de especialidade, a unidade curricular de Tática das Forças de Segurança. Durante a formação de *e-learning* são ministradas as matérias jurídicas de Direito, nomeadamente, de Direito Penal e Processual Penal e de Legislação Policial.

1.3.1.3 Cursos de Especialização

Os cursos de especialização ou qualificação, nos termos do disposto no art.º 146.º, n.º 2, alínea c), do EMGNR, destinam-se a transmitir ou a melhorar os conhecimentos técnico-profissionais do militar da GNR, de forma a habilitá-lo para o exercício de funções setoriais. Por requererem conhecimentos específicos, os planos curriculares são direcionados às particularidades dos saberes de determinada área de atuação. A título exemplificativo é de destacar: o Curso de Trânsito³⁵; o Curso de Fiscal³⁶; e o Curso de Investigação Criminal^{37 38}.

³³ O plano de curso do Curso de Promoção a Sargento-Ajudante constitui o Anexo B4.

³⁴ O plano de curso do Curso de Promoção a Cabo constitui o Anexo B5.

³⁵ O anexo C1 contém o plano de curso do Curso de Trânsito.

³⁶ O anexo C2 contém o plano de curso do Curso de Fiscal.

³⁷ O anexo C3 contém o plano de curso do Curso de Investigação Criminal.

³⁸ Para além destes cursos, de acordo com o Relatório Anual de Formação 2010/2011 da EG — Anexo D (planos/estruturas curriculares), são, também, ministrados: o Curso Nacional DVI; o Curso de Investigação de Crimes em Acidentes de Viação; o Curso de Seguimento e Vigilância; e o Curso de Proteção da Natureza e Ambiente.

1.4 Treino

Nos termos do disposto no art.º 237.º, n.º 1, do RGSGNR, «o treino é um processo de formação contínua que visa conferir e desenvolver, de forma prática, aptidões profissionais relativas a determinada área do saber». Ministra-se, de acordo com o disposto no art.º 149.º do EMGMR, «(...) na unidade, estabelecimento e órgão de colocação cuja finalidade seja manter ou aumentar os níveis de proficiência individuais ou coletivos». Este processo de formação contínua, assume, segundo o disposto no art.º 37.º, n.º 3, alíneas *a*), *b*), e *c*), do RGSGNR, respetivamente, «(...) a seguinte tipologia: treino na função, treino orientado e treino de aperfeiçoamento operacional».

Entende-se por treino na função, nos termos do disposto no art.º 238.º, n.º 1, do RGSGNR, «(...) o conjunto de atividades desenvolvidas em contexto de trabalho, visando a manutenção e o aperfeiçoamento de atitudes, conhecimentos e ou competências requeridas para uma tarefa ou cargo». Subdivide-se, de acordo com os termos no disposto do mesmo artigo, no n.º 3, alíneas *a*) e *b*), em treino individual — direcionado para as tarefas individuais — e em treino coletivo — direcionado para as tarefas coletivas. Este tipo de treino é, nos termos do disposto no n.º 2 do mesmo artigo, «(...) da competência do comando em que o militar presta serviço». Entende-se que este tipo de treino é direcionado para o treino individual ou coletivo e específico para a realização de determinada tarefa.

Entende-se por treino orientado, de acordo com o disposto no art.º 239.º, n.º 1, do RGSGNR, «(...) o conjunto de atividades que visam a manutenção e o aperfeiçoamento das capacidades e competências fornecidas aos militares, através da formação e do treino na função, vocacionado para uma situação ou omissão específica». Nos termos do disposto no n.º 2 do mesmo artigo, está «(...) definida em diretiva do General Comandante-Geral (...)» a responsabilidade de execução deste tipo de treino. Compete, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, ao CDF colaborar «(...) na conceção do programa, no apoio técnico-pedagógico, na avaliação e na validação, do treino orientado».

Entende-se por treino de aperfeiçoamento operacional, segundo o disposto no art.º 240.º, n.º 1, do RGSGNR «(...) o conjunto de atividades que se destinam à manutenção e aperfeiçoamento das capacidades operacionais dos militares, individual ou coletivamente, assim, como na Guarda se considera na sua globalidade». Nos termos do disposto no art.º 240.º, n.º 2, do RGSGNR, «este treino decorre sob orientação do Comandante Operacional

da Guarda» e engloba a manutenção e o aperfeiçoamento das capacidades operacionais dos militares.

Subentende-se que a conjugação de ambos permitirá a preparação, o desenvolvimento, a manutenção e o aperfeiçoamento das capacidades individuais do militar da GNR, durante o serviço operacional.

O treino, como vetor complementar à formação, visa aperfeiçoar, aprofundar, cimentar e exercer os conhecimentos adquiridos, pelo que, como afirma THOMAS FELTES (2001, p. 56), «(...) deve estar em constante atualização» para poder dar suporte ao trabalho diário do militar da GNR. A inobservância desta componente revela uma atitude de indiferença perante a natureza, conteúdo e condições do serviço operacional.

Considere-se que é tão importante treinar a componente física e militar como a componente jurídica e técnico-tática.

1.4.1 Componente jurídica

As constantes alterações jurídicas e legislativas implicam, *per si*, uma permanente atualização por parte do militar. É fundamental que este conheça e interprete as disposições legais vigentes para cumprir e fazer «(...) cumprir a lei, com os meios e do modo que a lei determina» (Teixeira, 2000, p. 18).

Sendo a *lei* o fundamento, o critério e o limite de atuação do militar, durante o serviço operacional, não basta conhecê-la. É primordial saber interpretá-la e aplicá-la à situação específica. Como afirma JOSÉ FONTES (2010, p. 287) «com a interpretação legislativa pretende-se determinar o conteúdo das normas jurídicas e obter o significado e o sentido correto e precisos da lei», ou seja, «(...) o resultado da interpretação pressupõe sempre a coincidência entre a letra da lei e o seu espírito» (Fontes, 2010, p. 293).

Atente-se que cada caso concreto impõe, previamente, uma apreciação subjetiva da lei que poderá não estar ao alcance de todos os militares. Como refere JOSÉ FONTES (2010, pp. 287-288), «os textos jurídicos, como quaisquer outros, são compostos por construções frásicas e por palavras que nem sempre têm um sentido unívoco, por isso, se exige ao intérprete, qualquer que ele seja, (...) que conheça profusamente o regime jurídico (...)».

Este é um exercício complexo que requer do militar treino, dado que, a incorreta apreciação poderá traduzir-se numa sobreposição à lei, conseqüentemente, numa sobreposição à legitimidade de atuação. Como refere MANUEL VALENTE (2012, p. 177) a interpre-

tação e a aplicação da norma jurídica poderá restringir ou coartar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos constitucionalmente tutelados. Acresce referir a necessidade de conhecimentos relativos à lei por todos os militares da GNR, com especial relevância, para os que exercem funções de comando — os superiores hierárquicos. Considera-se que são os que têm a responsabilidade de dar ordens legais, legítimas e sobre matérias de serviço que salvaguardam os subordinados durante o serviço operacional.

Atente-se que, nos termos do disposto no art.º 6.º do CC, «a ignorância ou má interpretação da lei não justifica a falta do seu cumprimento nem isenta as pessoas das sanções nelas estabelecidas». O desconhecimento e a incorreta interpretação da lei não inibem a imputação dos factos e das sanções que advenham da decisão adotada.

A interpretação da norma implica a montante, como refere MANUEL VALENTE (2012, p. 176), «(...) um juízo de se saber se a medida está tipificada e se, estando tipificada, estão ou não preenchidos os pressupostos ou o conteúdo dessa medida (...)». No seguimento desta ideia e, nos termos do disposto no art.º 9.º do CC, a interpretação da lei não deve cingir-se unicamente à letra da lei. Na linha de pensamento de JOSÉ FONTES (2010, p. 292) «(...) a interpretação não pode ser meramente literal e, por isso, não pode cingir-se à letra da lei, mas deve reconstituir a partir do texto o pensamento legislativo e considerar as condições peculiares do momento em que é aplicada».

O conhecimento e a interpretação dos regimes jurídicos, bem como o domínio da técnica legislativa e da linguagem jurídica, muitas vezes norteadas por conceitos vagos e indeterminados, permitirá ao militar adotar uma conduta que se considera ser a ideal na resolução do caso concreto.

É fundamental que o *treino jurídico* englobe a análise e a interpretação da doutrina e da jurisprudência, dos pareceres e das deliberações da IGAI, da IG, das normas e regulamentos internos — diretivas, circulares, nep, despachos, bem como, da partilha e análise de casos práticos, que espelham situações reais. Cada caso prático é uno e singular, uma vez que, as circunstâncias que precedem e acompanham a situação podem ser relevantes na intervenção e atuação do militar. O tempo, o modo e a qualidade dos intervenientes da situação (Silva, 1998), entre outros, são exemplos daquelas circunstâncias. De acordo com as circunstâncias envolventes, a mesma situação pode ser interpretada e resolvida de forma diferente. Entende-se que são estas situações que exigem do militar da GNR a capacidade de adequar e de aplicar, simultaneamente, e num curto espaço de tempo, a sua conduta ao que está legislado.

Saliente-se que a análise de casos reais poderá contribuir para evitar atuações indevidas e intervenções desproporcionais ou até, a própria inoperância do militar, salvaguardando-o pela atuação em consonância com a lei.

Para além do referido, é importante que o militar treine os pressupostos dos regimes jurídicos da autotutela privada, de que são exemplo: a *Ação direta*³⁹; a *Legítima defesa*⁴⁰; e o *Estado de necessidade*⁴¹.

Estes meios jurídicos, previstos no CC, visam o exercício e a tutela de direitos pelos particulares.

Nos termos do disposto no art.º 31.º do CP são causas de exclusão da ilicitude, o facto praticado em legítima defesa⁴² e no exercício de um direito⁴³.

Atente-se que a CRP consagra, nos termos do disposto no art.º 21.º, que «todos têm direito de resistir (...) e de repelir pela força qualquer agressão quando não seja possível recorrer à autoridade pública».

Da conjugação dos parágrafos anteriores, verifica-se que a *Legítima defesa*, a *Ação direta* e o *Estado de necessidade* são meios jurídicos que o Estado atribui ao particular, para que, através da possibilidade de recorrer ao uso da força, possa defender ou assegurar um direito. A exclusão da ilicitude do facto praticado, somente, é justificada quando exercida dentro dos limites que a demarcam.

São estes regimes que fundamentam o recurso aos meios de coerção, pois, como afirma BRITO (2009, p. 354), «(...) os requisitos do uso de meios coercivos por parte das autoridades policiais são semelhantes aos requisitos formulados no direito civil e no direito penal para a legítima defesa e a ação direta». O mesmo Autor (2009, p. 354) afirma ainda que, «tal como as normas que disciplinam o uso dos meios coercivos por parte das forças de segurança são paralelas à definição dos institutos da legítima defesa e da ação direta no direito penal e no direito civil, também o estado de necessidade (...) encontra o seu paralelo no designado estado de necessidade policial». Desta forma, «(...) deparamos com situações previstas na lei e perante os quais esta permite o uso da força (...)» (Brito, 2009, p. 354).

³⁹ Cfr. o disposto no art.º 336.º do CC.

⁴⁰ Cfr. o disposto no art.º 337.º do CC.

⁴¹ Cfr. o disposto no art.º 339.º do CC.

⁴² Cfr. o disposto no art.º 32.º do CP.

⁴³ Cfr. o disposto no art.º 34.º do CP.

A limitação específica ao exercício destes mesmos direitos contém uma dupla função, «(...) por um lado visam orientar os respetivos titulares na determinação (...) dos atos que lhes é lícito praticar e, por outro, constituem válvulas de segurança contra a aplicação rígida e cega dos esquemas abstratos da lei» (Silva, 1998, p. 86).

De acordo com JOSÉ FONTES (2010, p. 219) a autotutela privada assume-se «(...) como conduta de defesa de direitos justificável na medida em que são formas de atuação face a comportamentos ilícitos e em que a autoridade pública não pode e não tem possibilidade de responder em tempo útil».

Na ótica do mesmo Autor (2010, p. 220) no exercício da *Ação direta* «(...) o agente pode lícitamente recorrer à força para assegurar um direito que está em vias de ser inutilizado. Existe uma possibilidade de recorrer aos meios coercivos normais judiciais ou policiais ou o recurso a esses meios não pode, em tempo útil, evitar a inutilização prática do direito colocado em causa».

A *Legítima defesa* estipula que «(...) a agressão ilícita seja atual e que a resposta do agente seja imediata, a partir do termo da agressão» (Fontes, 2010, p. 220). Por outro lado, «(...) o prejuízo causado pelo ato não pode ser superior ao da agressão, contudo, no exercício deste meio de tutela privada, podem ocorrer desproporções, pois ao agente, por vezes, durante a sua atuação defensiva, é impossível, com rigor, medir até e onde podem ir os prejuízos da agressão» (Fontes, 2010, pp. 220-221). De acordo com GERMANO MARQUES DA SILVA (1998, p. 92), são «(...) pressupostos da defesa legítima uma agressão, que seja atual e ilícita, e é requisito da legitimidade da defesa a sua necessidade».

No que concerne ao *Estado de necessidade*, a ação ocorre «(...) na esfera jurídica alheia em resultado de um perigo que não resulta de agressão alheia» (Fontes, 2010, p. 221).

Subentende-se que, o conhecimento, a interpretação e a aplicação correta da lei, bem como, o conhecimento relativo ao conteúdo, alcance e limite da sua atuação permitirá ao militar ajuizar a sua conduta na resolução de determinada situação. A atuação racional consoante os «(...) requisitos da necessidade, exigibilidade e proporcionalidade (...)» (Cavaco, 2003, p. 102) por parte do militar só será possível se este perceber e percecionar qual a conduta ideal a adotar para determinada situação. Por consequência, obterá maior segurança jurídica, conseguirá evitar situações dominadas por um risco inaceitável pela adoção da modalidade de ação que melhor se adequa a cada situação.

O *treino jurídico* poderá permitir ao militar melhorar a eficácia e a eficiência da sua intervenção através da compreensão e da aplicação correta dos diferentes textos jurídicos.

Como refere STEFAN TRECHSEL (1998, p. 40) «a polícia deve ser formada, instruída e treinada (...) para que desenvolva um sentimento de autoestima e uma confiança natural do exercício do seu poder». Considera-se que os sentimentos referidos só são adquiridos quando o militar conhece, interpreta e aplica corretamente a lei. Esta premissa pode traduzir-se numa condição *sine qua non* na conduta diária do militar da GNR.

Nesta perspetiva, considera-se importante que a formação em matérias jurídicas e de Legislação Policial, ministradas nos diferentes cursos, se prolonguem para a componente do treino.

1.4.2 Componente técnico-tática

Sendo a lei a principal fonte de atuação do militar da GNR, não basta interpretá-la e compreendê-la é primordial saber como e em que medida é que se deve aplicá-la, de forma correta e legítima. A sua aplicabilidade advém da adoção de procedimentos técnico-táticos, pelo que, devem ser transmitidos aos militares as técnicas e as táticas policiais e o enquadramento legal de suporte das mesmas (Branco, 2010, p. 371). Durante a formação é ministrada, tanto aos cursos de formação como aos cursos de promoção, a unidade curricular de Tática da GNR que tem de estar adaptada ao exercício de funções de cada militar da GNR.

É imperioso que o militar da GNR partilhe princípios de conduta, técnicas e táticas policiais comuns em todo o dispositivo, independentemente, da sua zona de ação e de acordo com as funções que desempenha. Esta atuação só será possível através da uniformização e sistematização de «(...) um conjunto de técnicas e procedimentos de referência (...)» (Manual de Operações, 1997, p. V), quer individuais quer coletivos e adequados às necessidades e realidades sociais.

A título exemplificativo, a algemagem e a revista a um indivíduo são técnicas policiais individuais e a abordagem a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos é uma técnica policial coletiva.

São exemplos de procedimentos táticos: as buscas, as rusgas e os cercos.

O estabelecimento de uma linha de atuação comum permitirá, ao militar, saber intervir, em qualquer momento, em qualquer lugar e sobre qualquer matéria, inerente à sua área de ação.

Pretende-se com o estabelecimento desta linha de atuação comum e, de acordo com Manual de Operações da GNR (1997), que o militar consiga avaliar cada situação com clareza, através da adoção, da adequação e da execução de técnicas apropriadas. Por outro lado, o militar terá maior capacidade de reagir à pluralidade de situações e conseguir-se-á obter maior rentabilização no empenho operacional.

Atente-se que, durante o serviço operacional o militar atua em patrulha. Uma patrulha é constituída, no mínimo, por dois militares da GNR, o que exige uma atuação conjunta e coordenada na resolução de determinada situação. Por este motivo, os princípios de conduta, as técnicas e as táticas policiais têm de ser comuns em todo o dispositivo da GNR. Considera-se que a unidade curricular de Tática, ministrada nos diferentes cursos de formação, deve atender a este requisito e estender-se à vertente do treino.

1.5 Autoformação

Nos termos do disposto no art.º 53.º do EMGNR a carreira do profissional da GNR orienta-se por princípios. O princípio do primado da valorização profissional, por remissão do disposto no art.º 158.º, n.º 1, do EMGNR, estipula que «(...) o militar da Guarda pode frequentar qualquer curso complementar para a sua cultura geral ou especialização técnica (...)».

Como afirma LUÍS NEVES (2000, p. 87) «(...) quanto maior for o grau de preparação técnica, como intelectual de cada um, maior será o grau de segurança no desempenho das respetivas funções». Por outro lado, permitirá ao militar avaliar corretamente diversas situações e minimizar a margem de erros de casos reputáveis e potenciadores de situações geradoras de conflito. Atente-se que a margem entre a ilicitude e a atuação legítima e legal poderá colocar o militar em situações dúbias e de difíceis interpretações que terão de ser solucionadas no momento. Dando especial relevo à linha de pensamento do mesmo Autor (2000, p. 87), «todo aquele que atua com total segurança e certeza e que sabe perfeitamente que o que está a realizar ou se prepara para fazer é o correto, necessariamente vê a sua margem de erro devidamente diminuída».

É de considerar que «(...) a atividade da polícia não é de mera execução automática, antes exige muita ponderação, muita prudência, inteligência da situação para no domínio da discricionariedade necessária à escolha da medida e ao seu grau de intensidade não ultrapassar nunca a medida do consentido, do estritamente necessário para a realização do

fim que prossegue» (Silva, 2000, p. 29). O contato com situações díspares exige do militar sensatez nas medidas e procedimentos a adotar. É indispensável que este atue e não fique na mera possibilidade de poder atuar, ou na pior das hipóteses, abstenha-se de atuar. Tal procedimento só poderá ser ultrapassado se, para além da formação fornecida ao militar, este tenha iniciativa de obter conhecimentos. A aquisição de novos conhecimentos permitirá aperfeiçoar aptidões e condutas que se poderão traduzir em comportamentos apropriados e eficazes.

Como refere ARMANDO CARLOS ALVES (2009, p. 18) «os elementos policiais são submetidos a processos de formação institucional, que os inteiram das formalidades da profissão mas que não conseguem ensinar-lhes como proceder em todas as situações».

Entende-se que, por nem sempre ser possível à componente formativa catalogar todas as inúmeras situações, compete ao militar ter iniciativa de procurar e de trocar informações para se manter atualizado, bem como, nos termos do disposto no art.º 14.º, n.º 1, do CDSP, «(...) aperfeiçoar os respetivos conhecimentos e aptidões profissionais, de forma a contribuir para uma melhoria do serviço a prestar à comunidade». Será uma forma de conseguir atuar de acordo com o regime jurídico vigente, sem se sobrepor à lei e de salvaguardar os seus próprios interesses. A perda progressiva do conhecimento e de competências implica, indubitavelmente, a perda de legitimidade para intervir e a potenciação de riscos.

Para além desta autoiniciativa, nos termos do disposto no art.º 3.º, n.º 5, do RGSGNR, é da competência dos superiores hierárquicos incentivar os seus subordinados a obterem conhecimentos para se valorizarem.

Subentende-se que a proatividade do militar na obtenção de conhecimentos advém da necessidade de se valorizar. Advém da necessidade de obter novos conhecimentos e competências que permitam melhorar a sua atuação. Cada vez mais os militares têm de ser «(...) profissionais informados, decididos, tecnicamente eficientes, sabendo operar nos limites da moral e da lei» (Alves, 2007, p. 21). A adoção de novos instrumentos torna o militar mais proficiente, mais seguro e ciente dos desafios inerentes à sua profissão.

É de salientar que esta necessidade de aquisição de novos saberes por parte do militar da GNR é indissociável da motivação, da necessidade e do interesse que o próprio tem em fazê-lo. Esta ação é possível se o militar reconhecer que o trabalho que desenvolve é importante e imprescindível para o cumprimento da missão e sentir que o mesmo é reconhecido.

Considera-se que o estabelecimento de um sistema de avaliação do mérito para todas as categorias profissionais permitirá reconhecer o trabalho desenvolvido. Nos termos

do disposto no art.º 2.º, n.º 2, do RAMMGNR, este não é aplicável, à categoria de guardas. O mesmo dispõe que a avaliação desta categoria será «(...) regulamentada por portaria do Ministro da Administração Interna, sob proposta do Comandante-Geral da GNR»⁴⁴. Esta portaria, aparentemente, inexistente.

Sendo a categoria de guardas a grande representatividade da GNR e, a quem, maioritariamente, compete cumprir a missão da GNR — por consequência, o serviço operacional — é importante valorizar e distinguir o desempenho e o mérito individual de cada um, durante o exercício de funções. Nos termos do preceituado no art.º 5.º, n.º 3 do RAMMGNR, considera-se que, a apreciação e o reconhecimento do desempenho permitirá valorar e diferenciar as ações, os comportamentos, as condutas e os resultados obtidos no exercício de funções.

Entende-se que, o estabelecimento deste sistema de avaliação do mérito, tem uma dupla função, no sentido de que permite realizar uma avaliação restrita, direccionada para o desempenho individual do militar da GNR, e uma avaliação alargada, direccionada para a estrutura da GNR.

No que concerne à avaliação restrita, é de considerar que este caminho a percorrer permite consciencializar o militar da GNR relativamente às responsabilidades das suas ações pelas consequências que lhe são imputadas, reconhecendo, simultaneamente, o trabalho que exerce.

No que concerne à avaliação alargada, considera-se que esta vertente permitirá aferir se a componente formativa e a componente de treino estão, ou não, ajustadas às necessidades e exigências profissionais do militar da GNR.

1.6 Hierarquia

De acordo com DIOGO FREITAS DO AMARAL (2003 a, p. 634) «(...) a hierarquia é o modelo de organização administrativa vertical, constituído por dois ou mais órgãos e agentes com atribuições comuns, ligados por um vínculo jurídico que confere ao superior o poder de direcção e impõe ao subalterno o dever de obediência». Para PAULO OTERO (1992, p. 109), «a especialidade da relação hierárquica reside em dois fatores correlativos: (i) a

⁴⁴ Cfr. o disposto no art.º 2.º, n.º 2, do RAMMGNR.

supremacia de um órgão sobre a atividade dos restantes; (ii) a inerente subordinação destes últimos expressa no dever de obediência».

Como refere CARLOS BRANCO (2010, p. 349), «a hierarquia organiza formalmente a força, sintetizando o sistema de transmissão das ordens, que se expressa dizendo que a organização militar tem por princípio a subordinação hierárquica».

A GNR como *força de segurança de natureza militar*⁴⁵, nos termos do disposto no art.º 19.º da LOGNR, está organizada hierarquicamente, consoante as categorias profissionais: oficiais, sargentos e guardas. Esta estrutura hierárquica, nos termos do disposto no art.º 28.º do EMGNR, «(...) tem por finalidade estabelecer as relações de autoridade e de subordinação entre os militares, em todas as circunstâncias e é determinada pelos postos (...), e antiguidades (...)».

Na linha de pensamento de DIOGO FREITAS DO AMARAL (2003 a, p. 635) o modelo hierárquico caracteriza-se:

— «(...) pela existência de um vínculo entre dois ou mais órgãos e agentes administrativos (...)» (Amaral, 2003 a, p. 635), ou seja, pela existência de um superior e de um subalterno. A GNR contempla, entre e nas diferentes categorias, superiores hierárquicos e subalternos. A título exemplificativo, os oficiais são superiores hierárquicos dos sargentos e dos guardas. Dentro da categoria dos oficiais⁴⁶, os oficiais superiores são superiores hierárquicos dos oficiais subalternos;

— pela «comunidade de atribuições entre os elementos da hierarquia (...)» (Amaral, 2003 a, p. 635), ou seja, tanto o superior hierárquico como o subalterno atuam na prossecução de atribuições comuns. Todo o militar da GNR, independentemente da categoria que representa tem por missão, nos termos do disposto no art.º 1.º, n.º 2, da LOGNR «(...) assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos (...)»; e

— pelo «vínculo jurídico constituído pelo poder de direção e pelo dever de obediência (...)» (Amaral, 2003 a, p. 635), ou seja, numa relação hierárquica estabelece-se um vínculo de supremacia e de subordinação. Neste tipo de relação o superior hierárquico dispõe de poderes jurídicos: «(...) o poder de direção, o poder de supervisão e o poder disciplinar» (Amaral, 2003 a, p. 640). O poder de direção «(...) consiste na faculdade de o superior dar ordens e instruções, em matéria de serviço, ao subalterno» (Amaral, 2003 a, p.

⁴⁵ Cfr. o disposto no art.º 1.º, n.º 1, da LOGNR.

⁴⁶ Cfr. o disposto no art.º 19.º, n.º 2, alínea a), da LOGNR.

641)⁴⁷. O poder de supervisão consubstancia-se «(...) na faculdade de confirmar, revogar, suspender, modificar ou substituir os atos do subordinado (...)» (Caupers, 2001, p. 121). O poder disciplinar «(...) consiste na faculdade de o superior punir o subalterno, mediante a aplicação de sanções previstas na lei (...)» (Amaral, 2003 a, p. 643) em consequência das infrações cometidas.

Aos poderes do superior hierárquico correspondem deveres do subalterno, em especial o dever de obediência⁴⁸ (Amaral, 2003 a), que consiste «(...) na obrigação de o subalterno cumprir as ordens e instruções dos seus legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço e sob a forma legal» (Amaral, 2003 a, p. 648). Como refere GERMANO MARQUES DA SILVA (1998, p. 216), «o dever de obediência hierárquica é apenas uma forma de cumprimento do dever de obediência a ordens legítimas da autoridade, caracterizada pela existência de um vínculo de subordinação hierárquica».

Segundo DIOGO FREITAS DO AMARAL (2003 a, p. 648) esta noção compreende os seguintes requisitos: «(...) a ordem ou as instruções têm de provir de legítimo superior hierárquico do subalterno em causa; a ordem ou as instruções têm de ser dadas em matéria de serviço; e a ordem ou as instruções têm de revestir a forma legal prescrita».

Nos termos do disposto no art.º 7.º, n.º 2, do RGSGNR conjugado com o disposto no art.º 8.º do EMGMR e com o disposto no art.º 9.º, n.º 1, do CDSP, um dos princípios de atuação do militar da GNR rege-se pela obediência rigorosa às ordens legais e legítimas, bem como, às determinações dadas, nos termos da lei, por superior hierárquico. Sublinhe-se que as ordens têm de configurar os requisitos supramencionados: têm de ser legais, legítimas e sobre matérias de serviço sob pena de se configurarem ilegais. Como afirma JOSÉ FONTES (2007, p. 25) o cumprimento «(...) destas ordens é também, de alguma forma, cumprimento e respeito pela lei, porque esta opta por dar grande importância ao dever jurídico de obediência que é suporte fundamental da hierarquia administrativa».

O dever de obediência cessa quando as ordens ou as instruções não forem dadas por legítimo superior hierárquico, não preconizem objeto de serviço, nem a forma legal, impliquem a prática de qualquer crime e/ou provenham de ato nulo⁴⁹ (Amaral, 2003 a, p. 651).

⁴⁷ De acordo com PAULO OTERO (1992, p. 110), as ordens são «(...) comandos vinculativos (...) específicos para uma situação concreta e individualizada (...)», ao passo que, as instruções são comandos vinculativos generalizados e abstratos «(...) para situações futuras».

⁴⁸ Cfr. o disposto no art.º 9.º do RDGMR.

⁴⁹ Cfr. o disposto no art.º 134.º, n.º 1, do CPA.

Subentende-se que o princípio de obediência não vigora para as ordens ilegais e ilegítimas que traduzem violação à lei⁵⁰.

No caso de serem dadas ordens ou instruções ilegais que não configurem crime nem produzem nulidade (Amaral, 2003 a) o subordinado pode recorrer do «(...) direito de respeitosa representação (...)» (Caupers, 2001, p. 121), como referido em 2.2.1.

Quando um superior hierárquico dá uma ordem que implica a prática de um crime o inferior hierárquico não tem o dever de lhe obedecer, como referido, posteriormente, em 2.2.1. Refira-se que «excluída a culpa do funcionário que em cumprimento de ordem do seu superior hierárquico praticou facto ilícito, não fica, porém, excluída a responsabilidade do superior que deu a ordem. O facto praticado pelo funcionário é ilícito e, por isso, o autor da ordem ilegal é responsável pelos atos ilícitos cuja prática ordenou» (Silva, 1998, p. 218).

Perceciona-se que não basta transmitir as ordens, é fundamental saber e compreender o seu conteúdo, fundamento, limite e alcance, simultaneamente. O superior hierárquico tem de ter consciência e perceção do alcance e limite das consequências que possam advir do cumprimento das suas ordens. Como afirma PAULO OTERO (1992, p. 115), «outra manifestação do poder de direção reside na função do superior hierárquico enquanto agente de interpretação administrativa das leis. Ao abrigo de tais poderes o superior hierárquico indica o sentido a atribuir a determinados preceitos legais, funcionando o poder de direção interpretativo como “trait d’union” entre a previsão legal e a sua aplicação em diversas situações concretas». Considera-se que esta face do poder de direção tem fundamento desde a «(...) interpretação de disposições legais até à concretização exaustiva do conteúdo das decisões do subalterno (...)» (Otero, 1992, p. 120).

A faculdade de emanar ordens, nos termos do disposto no art.º 8.º do EMGNR, consiste «(...) no exercício responsável de autoridade». De acordo com o disposto no art.º 3.º, n.º 4, do RGSGNR, «a responsabilidade é consequência da autoridade de que se está investido».

O exercício de poderes de autoridade, nos termos do disposto no art.º 13.º, n.º 3, do EMGNR conjugado com o disposto no art.º 10.º, n.º 2, do CDSP, implica a responsabilidade dos atos que tenham praticado ou ordenado. Como, *a posteriori*, será referido, o militar

⁵⁰ Cfr. o disposto no art.º 9.º, n.º 3, do CDSP.

é responsável civil, criminal e disciplinarmente pela ações ou omissões que pratica ou ordena praticar no exercício das suas funções.

A prática de ordens ilegítimas e ilegais não isenta, por quem as pratica ou tenha mandado executar, de responsabilidade⁵¹. A responsabilidade não é delegável, nos termos do disposto no art.º 41.º, n.º 2, do EMG NR, e, do preceituado no art.º 42.º, n.º 2, do EMG NR, pelo que, nos termos do disposto no art.º 14.º do EMG NR, compete aos superiores hierárquicos zelar pelos interesses dos seus subordinados, sob pena de mesmo eles serem alvo de processos cível, criminal e disciplinar.

Independentemente das funções que cada militar exerça tem de ter consciência das implicações das suas responsabilidades em relação aos imperativos legais. Só através dessa consciência conseguirá repor a lei, de acordo com os seus pressupostos e finalidades, e evitar uma atuação excessiva ou indevida, alvo de possíveis processos cível, criminal e disciplinar.

Até ao presente momento, o conceito de Hierarquia foi abordado numa perspetiva corretiva. Para a economia do presente trabalho, o mesmo conceito deve, também, ser abordado numa perspetiva sinalagmática.

Nesta perspetiva, o exercício consciente e responsável dos poderes⁵² do superior hierárquico, são uma garantia para os subordinados, na medida que, permite *protegê-los* durante o serviço operacional. Entende-se que a ordem legal, legítima e sobre matéria de serviço, advém de uma prévia apreciação jurídica relativa ao seu conteúdo, alcance e sentido. Considera-se que esta consideração subjetiva permitirá orientar o militar da GNR no exercício das suas funções evitando que se exponha a riscos desnecessários.

A faculdade do superior hierárquico, no exercício do poder de supervisão, de avaliar e de avocar os atos praticados pelos subordinados, permite, *proteger* o militar da GNR de possíveis consequências inerentes ao exercício desses atos e melhorar o desempenho profissional através da revogação dos mesmos.

De acordo com JOSÉ FONTES (2010, p. 305) «os atos jurídicos também podem ser contrários à lei», logo, inválidos⁵³. Na linha de pensamento do mesmo Autor (2010, p. 305), «(...) são várias as formas de invalidade consagradas pelo Direito (...) que incidem

⁵¹ Cfr. o disposto no art.º 9.º, n.º 2, do CDSP.

⁵² São poderes do superior hierárquico: o poder de direção, o poder disciplinar e o poder de supervisão.

⁵³ Cfr. o disposto na secção III — *Da invalidade do ato administrativo* do CPA.

sobre os atos». Destacam-se a inexistência⁵⁴, a nulidade⁵⁵ e a anulabilidade⁵⁶. A prática de atos inválidos por parte do militar da GNR permite ao superior hierárquico, nos termos do estipulado no art.º 142.º do CPA, revogá-los. O superior hierárquico poderá revogar: os atos válidos⁵⁷ e os atos inválidos⁵⁸ nulos ou anuláveis, mediante declaração graciosa. A impugnação dos atos anuláveis tem de «respeitar um determinado prazo para ser arguida» (Fontes, 2010, p. 306).

Por outro lado considera-se que o poder disciplinar para além de permitir efetuar intervenções oportunas e corretivas, face às ações dos subordinados, também permite promover reciclagens consoante as necessidades de conhecimentos e de treino do militar da GNR (Cabrita, 2005).

Saliente-se que a estrutura hierárquica tem um papel preponderante na *proteção* do militar da GNR.

⁵⁴ De acordo com JOSÉ FONTES (2010, p. 305), «a inexistência é a forma de invalidade jurídica mais grave e significa que o ato nem sequer existe para o ordenamento jurídico».

⁵⁵ De acordo com JOSÉ FONTES (2010, p. 305), a nulidade ao contrário da inexistência, existe juridicamente, pelo que, «(...) acarreta a insanabilidade do ato, a impossibilidade de consolidação na ordem jurídica, a impugnabilidade a todo o tempo, podendo ser arguida em qualquer tribunal ou órgão administrativo». O CPA, nos termos do preceituado no art.º 133.º, cataloga os atos nulos e, nos termos do disposto no art.º 134.º, estabelece o regime da nulidade.

⁵⁶ De acordo com JOSÉ FONTES (2010, p. 306), a anulabilidade «(...) tem um caráter geral e afeta o ato mas não o impede de produzir efeitos jurídicos até à sua anulação». O CPA, nos termos do preceituado no art.º 135.º, tipifica os atos anuláveis e, nos termos do disposto no art.º 136.º, consagra o regime da anulabilidade.

⁵⁷ Cfr. o disposto no art.º 140.º do CPA.

⁵⁸ Cfr. o disposto no art.º 141.º do CPA.

Capítulo 2

Heterotutela

2.1 Enquadramento

Neste capítulo pretende-se analisar quais os tipos de regimes jurídicos que foram estipulados pelo legislador, que fundamentam e limitam a atuação legal e legítima do militar da GNR, e, no CP, que tutelam o militar no serviço operacional.

2.2 Quadro Constitucional

A CRP é a *lei fundamental* de todo o ordenamento jurídico que rege a atuação do Estado Português. Como afirma DIOGO FREITAS DO AMARAL (2004, p. 495) é a «(...) primeira de todas as leis, a *norma normarum* (...)».

Segundo MANUEL VALENTE (2012, p. 131) «(...) o primeiro fundamento e limite da atuação policial (...) é a Constituição e, por conseguinte, os princípios que regem a atuação da administração pública, *in casu* a polícia». Toda a atuação policial está subordinada à CRP e vinculada aos «(...) princípios jusconstitucionais (...)» (Valente, 2012, p. 131) e da administração pública que «(...) humanizam e legitimam (...)» (Valente, 2012, p. 197) a atuação da GNR. Refira-se que a polícia é enquadrada na CRP na Parte III — Organização do Poder Político — no Título IX — Administração Pública.

Nos termos do disposto no art.º 3.º da CRP conjugado com o disposto no art.º 266.º, n.º 2, da CRP, as estruturas públicas — como a GNR — estão submetidas ao princípio da legalidade.

O princípio da legalidade, nos termos do disposto no art.º 3.º do CPA, consagra que a GNR — como força de segurança⁵⁹ — deve atuar em obediência à lei e em conformidade com os limites e fins que lhes são atribuídos. Como afirma EURICO SILVA (2003, p. 62)

⁵⁹ Cfr. o disposto no art.º 1.º, n.º 1, da LOGNR.

«(...) a lei define sempre os poderes da polícia e as finalidades da sua atuação (...)», pelo que, o fim e a competência estão sempre vinculados à lei (Amaral, 2003 b, p. 54).

Por outras palavras a lei é o «(...) fundamento, o critério e o limite (...)» (Amaral, 2003 a, p. 224) que legitima e limita toda a atuação do militar da GNR no serviço operacional, pelo que, só pode atuar até e onde a lei o permitir, sem a violar nem a contrariar.

Nestes termos, o princípio da legalidade tem diferentes aceções: uma aceção positiva, enquanto fundamento de atuação e de intervenção que explícita o que o militar deve ou pode fazer, e uma aceção negativa que, enquanto limite dessa atuação, baliza as fronteiras de atuação do militar e imputa determinada consequência jurídica para quem as viola. Desta forma, o militar da GNR não pode praticar atos contrários à lei sob pena de a violar.

Acresce a estes princípios, nos termos do disposto no art.º 266.º da CRP, os princípios: da prossecução do interesse público⁶⁰, da igualdade⁶¹, da proporcionalidade⁶², da justiça⁶³, da imparcialidade⁶⁴ e da boa-fé⁶⁵.

Entende-se que toda a atividade da GNR deve pautar-se pela observância dos princípios enunciados, em especial pelo princípio da legalidade, no sentido que orientam a atuação legal e legítima do militar da GNR, logo, visam *protegê-lo*.

2.2.1 A Responsabilidade do Estado e dos seus agentes

A *Lei Fundamental* estipula, nos termos do disposto no art.º 271.º, n.º 1, que «os funcionários e agentes do Estado (...) são responsáveis civil, criminal e disciplinarmente pelas ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício de que resulte violação dos direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, não dependendo a ação ou procedimento, em qualquer fase, de autorização hierárquica».

Saliente-se que «a violação de uma norma jurídica dá lugar a consequências jurídicas — cíveis, administrativas (contraordenacionais, disciplinares) e criminais» (Valente, 2012, p. 26), ou seja, o militar da GNR responde civil, criminal e disciplinarmente pelas ações ou omissões praticadas durante a sua atuação.

⁶⁰ Cfr. o disposto no art.º 4.º do CPA.

⁶¹ Cfr. o disposto no art.º 5.º do CPA e o disposto no art.º 13.º da CRP.

⁶² Cfr. o disposto no art.º 5.º do CPA.

⁶³ Cfr. o disposto no art.º 6.º do CPA.

⁶⁴ Cfr. o disposto no art.º 6.º do CPA.

⁶⁵ Cfr. o disposto no art.º 6.º — A do CPA.

Nestes termos, o militar da GNR poderá ser alvo de um processo cível, criminal e/ou disciplinar⁶⁶, pelo que, tem de ter consciência da responsabilidade⁶⁷ e dificuldades inerentes ao exercício da função que desempenha, bem como, das consequências que advenham da decisão que adota.

A responsabilidade dos atos é, somente, excluída, nos termos do disposto no art.º 271.º, n.º 2, da CRP, quando o militar atuar «(...) no cumprimento de ordens ou instruções emanadas de legítimo superior hierárquico e em matéria de serviço, se previamente delas tiver reclamado ou tiver exigido a sua transmissão ou confirmação por escrito». Sempre que forem dadas ordens ilegais mas que não envolvam a prática de um crime, querendo o subordinado isentar-se de responsabilidade, deve dirigir um pedido ao superior hierárquico legítimo para que confirme, previamente e por escrito, a ordem considerada ilegal. O subordinado pode recorrer ao direito de respeitosa representação. Como afirma CAUPERS (2001, p. 121), o direito de respeitosa representação «(...) consiste no pedido dirigido ao superior hierárquico para que configure por escrito a ordem supostamente ilegal (...)».

Na mesma linha de CAUPERS (2001, p. 121) «no caso de a demora na execução da ordem não lesar o interesse público, o subordinado aguardará a sua confirmação, somente a executando após receber esta». Na sequência do pensamento do mesmo Autor (2001, p. 119), «se a demora prejudicar o interesse público, o subordinado comunicará ao superior hierárquico os termos exatos da ordem e do pedido de confirmação, mencionando a não satisfação deste, e cumprirá a ordem», ou seja, caso a ordem seja para cumprimento imediato, o pedido, mencionado anteriormente, deve ser confirmado após o cumprimento da ordem.

O direito de respeitosa representação confere um conjunto de direitos que visam *proteger* juridicamente o militar. Caso se proceda como referido, a responsabilidade do subordinado pela prática dos atos e consequentes prejuízos, oriundos do cumprimento da ordem, fica excluída, ou seja, não cessa o dever de obediência mas cessa a responsabilidade que advenha da execução dessas ordens.

O preceituado no art.º 271.º, n.º 3, da CRP, consagra que o dever de obediência «cessa (...) sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de

⁶⁶ Cfr. o disposto no art.º 3.º do RDGNR.

⁶⁷ O vocábulo responsabilidade, enquanto conceito jurídico, de acordo com CAUPERS (2001, p. 229), «(...) traduz sempre a ideia de sujeição às consequências de um comportamento». O mesmo conceito é definido por GERMANO MARQUES DA SILVA (1998, p. 137) no sentido jurídico e moral, «(...) no plano objetivo, a consequência ou efeito que recai sobre o culpado, e, no plano subjetivo, a capacidade de responder, de suportar as consequências dos seus atos ilícitos, as sanções».

qualquer crime». Entende-se que, quando um superior hierárquico emana uma ordem que implica a prática de um crime o inferior hierárquico não tem o dever de lhe obedecer.

2.2.2 Medidas de Polícia

A CRP estabelece, nos termos do disposto no art.º 9.º, as tarefas fundamentais do Estado. Para o presente RCFTIA, assume particular relevo a consagrada na alínea b) — «garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático».

Por imperativo constitucional⁶⁸, conjugado com o disposto no art.º 1.º, n.º 2, da LOGNR, compete ao militar da GNR, «(...) enquanto braço prossecutor de uma das tarefas fundamentais do Estado de direito democrático (...)» (Valente, 2012, p. 116)⁶⁹, *defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos*.

Como refere VITALINO CANAS (2005, p. 197), «(...) da polícia (...) e, implicitamente, da atividade da polícia, espera-se não apenas a manutenção de um *status* objetivo, de segurança e de ordem públicas, prevenindo os riscos próprios da vida em sociedade, mas também a proteção dos direitos dos cidadãos». Toda a atuação policial deve ter como pilar norteador o respeito da dignidade da pessoa humana sem exceções nem discriminações (Valente, 2012), sob pena de violar os direitos, liberdades e garantias concedidos pela CRP aos cidadãos.

Considera-se que, e, atendendo à visão de MANUEL VALENTE (2005), compete às forças de segurança promover e garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger a vida, a integridade das pessoas e a sua propriedade, assegurar o respeito pela legalidade democrática e garantir a materialização dos direitos, liberdades e garantias.

Para tal deve recorrer às medidas de polícia (Sousa, 2006) que, nos termos do disposto no art.º 272.º, n.º 2, da CRP «(...) jamais poderão ser utilizadas para além do estritamente necessário» (Valente, 2012, p. 109)⁷⁰.

Na ótica de MANUEL VALENTE (2012, pp. 65-109) o conceito de medidas de polícia é bastante abrangente, dado que enquadram as medidas de polícia⁷¹, em *stricto sensu* e as

⁶⁸ Cfr. o disposto no art.º 272.º, n.º 1, da CRP.

⁶⁹ Cfr. o disposto no art.º 9.º, alínea b), da CRP.

⁷⁰ Cfr. o disposto no art.º 2.º, n.º 2, da LSI e o estipulado no art.º 30.º da LSI.

medidas especiais de polícia⁷², as medidas preventivas administrativas ou medidas cautelares administrativas⁷³ e as medidas cautelares e de polícia⁷⁴. Todas elas têm «(...) natureza precária, temporária, cautelar e urgente (...)» (Valente, 2012, p. 129). Note-se que «(...) o emprego das medidas de polícia deve ser sempre justificado pela estrita necessidade, não devendo utilizar-se medidas gravosas quando medidas mais brandas sejam suficientes para cumprir a tarefa» (Andrade, 2010, p. 33).

Para além das medidas de polícia, os militares da GNR podem recorrer aos meios de coerção⁷⁵ ou meios coercivos⁷⁶. Nos termos do disposto no art.º 34.º, n.º 1, alíneas *a*) e *b*), da LSI, respetivamente, estes meios só podem ser utilizados «(...) para repelir uma agressão atual e ilícita de interesses juridicamente protegidos, em defesa própria ou de terceiros» e/ou «(...) para vencer resistência à execução de um serviço no exercício das suas funções, depois de ter feito aos resistentes intimação formal de obediência e esgotados os outros meios para o conseguir». Nos termos do disposto no art.º 14.º, n.º 1, da LOGNR só as medidas e os meios de coerção tipificados na CRP e na LSI podem ser aplicadas. O recurso aos meios coercivos, nos termos do disposto no art.º 7.º, n.º 6, do RGSGNR, só é aplicável «(...) quando se mostrem indispensáveis, necessários e suficientes e estejam esgotados os meios de diálogo e de persuasão». Atente-se que, como referido em 1.4.1, a possibilidade que o Estado atribui em recorrer aos meios de coerção, somente, deve ser adotada para defender ou assegurar um direito.

Em matéria de crimes, de acordo com o disposto no art.º 272.º, n.º 3, da CRP, «a prevenção dos crimes só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos». De acordo com EURICO SILVA (2003, p. 66) «(...) essas regras gerais de polícia hão-de ser observadas em toda a atividade policial e, na medida em que condicionam e orientam a atuação policial em matéria de prevenção da criminalidade, hão-de condicionar ou, pelo menos, orientar a restante atividade das forças de segurança». As mesmas ganham notoriedade, nos termos do disposto no art.º 2.º, n.º 1, da LSI, enquanto princípios fundamentais na prossecução da atividade de segurança interna.

⁷¹ Cfr. o disposto no art.º 28.º da LSI.

⁷² Cfr. o disposto no art.º 29.º da LSI.

⁷³ Cfr. o disposto na secção II do capítulo IV — da marcha do procedimento, do CPA, nos termos do disposto no art.º 3.º.

⁷⁴ Cfr. o disposto no Capítulo II do CPP.

⁷⁵ Cfr. o disposto no art.º 14.º, n.º 1, da LOGNR.

⁷⁶ Cfr. o disposto no art.º 34.º da LSI.

Por outro lado, as regras gerais sobre polícia «(...) enquanto norma atributiva de função (...) instituem um espaço de actuação policial (...) orientam e delimitam a função policial, definem e impõem às forças policiais um dever de intervenção (...)» (Silva, 2003, p. 73).

2.3 Mecanismos legais

Como refere JORGE MIRANDA (2000, p. 254), «só quem tem consciência dos seus direitos consegue usufruir os bens a que eles correspondem e sabe avaliar as desvantagens e os prejuízos que sofre quando não os pode exercer ou efetivar ou quando eles são violados ou restringidos».

Nesta perspetiva, pretende-se neste ponto analisar os Institutos legalmente vocacionados para *proteger* o militar da GNR, quando este for alvo de restrições e de violações ao exercício dos seus direitos durante o serviço operacional ou por causa deste.

2.3.1 Apoio judiciário

Para além do direito à «(...) proteção judicial (...)»^{77 78} e das garantias de processo criminal, de que releva o recurso⁷⁹, constitucionalmente salvaguardadas, a GNR concede ao seu militar patrocínio judiciário, nos termos do disposto no art.º 23.º do EMGNR e da Nota/Circular n.º 688, de 2 de fevereiro de 2011, da DJD/GNR.

Nos termos do disposto no art.º 23.º, n.º 2, do EMGNR, «o pessoal militar tem direito a apoio judiciário, que abrange a contratação de advogado, o pagamento de taxas de justiça e demais encargos do processo, sempre que nele intervenha na qualidade de assistente, arguido, autor ou réu, e o processo decorra do exercício das suas funções, mediante despacho fundamentado do Comandante-Geral, proferido por sua iniciativa ou mediante requerimento do interessado». Atente-se que, de acordo com a Nota/Circular n.º 688, de 2

⁷⁷ De acordo com GOMES CANOTILHO (2003, p. 496), o direito à proteção judicial «(...) concebe-se como uma dupla dimensão: um direito de defesa ante os tribunais e contra atos dos poderes públicos e um direito de proteção do particular através de tribunais do Estado no sentido de este o proteger perante a violação dos seus direitos por terceiros (dever de proteção do Estado e direito do particular a exigir essa proteção)».

⁷⁸ Cfr. o disposto no art.º 20.º da CRP.

⁷⁹ Cfr. o disposto no art.º 32.º, n.º 1, da CRP.

de fevereiro de 2011, da DJD/GNR, o apoio judiciário apenas prevalece na sua totalidade para os casos em que não se verifique culpa do militar na produção dos factos. Nos casos em que haja dúvidas sobre a culpa do militar em relação aos factos praticados «(...) a concessão de apoio judiciário consistirá apenas na nomeação de advogado, ficando o pagamento dos encargos condicionado à não condenação judicial do militar», nos termos do disposto da Nota/Circular n.º 688, de 2 de fevereiro de 2011, da DJD/GNR.

Por outro lado, nos termos do disposto no art.º 23.º, n.º 3, do EMGNR, «salvo decisão judicial em contrário, o militar da Guarda que seja arguido em processo crime por atos resultantes do exercício das suas funções ou por causa delas, praticados para evitar ou reprimir uma agressão eminente ou de facto, aguardará julgamento em liberdade, podendo desempenhar o serviço que lhe competir, desde que seja assegurada a sua comparência aos atos judiciais».

Nos termos do estipulado no art.º 27.º, n.º 1, alínea g) do EMGNR, o militar no cumprimento da sua missão tem o direito de «ser indemnizado, nos termos da lei, por danos materiais ou pessoais decorrentes de atos criminosos de que seja vítima no exercício das suas funções ou em consequência das mesmas».

As situações relativas a processos criminais de natureza militar são reguladas pelo CJM.

2.3.2 Garantias disciplinares

A nível disciplinar, ao contrário do que sucede nas instâncias judiciais, o militar da GNR não beneficia de apoio judiciário, nomeadamente, a contratação de advogado, o pagamento de taxas de justiça e demais encargos do processo. Todas as despesas resultantes destes atos correm a expensas do militar da GNR⁸⁰.

Nos termos do disposto no art.º 191.º do EMGNR conjugado com o disposto no art.º 117.º do RDGNR, o militar da GNR quando alvo de um processo disciplinar, pode recorrer por via graciosa ou contenciosa⁸¹, da decisão disciplinar. Por outras palavras, o mesmo pode recorrer da decisão disciplinar através de recurso hierárquico ou por impugnação contenciosa, para os tribunais administrativos.

⁸⁰ Cfr. o disposto na Nota/Circular n.º 688, de 2 de fevereiro de 2011, da DJD/GNR.

⁸¹ Cfr. o disposto no art.º 198.º do EMGNR.

A impugnação da decisão disciplinar por recurso hierárquico pode ser dirigida ao MAI⁸² ou ao Comandante-Geral⁸³, desde que respeitada a cadeia funcional hierárquica.

Atente-se que, nos termos do art.º 124.º do RDGNR, «a interposição de recurso não suspende a decisão recorrida», ou seja, a decisão disciplinar é aplicada e os seus efeitos mantêm-se até à decisão do recurso.

2.3.3 Responsabilidade cível

A CRP, nos termos do disposto no art.º 22.º, estabelece a responsabilidade do Estado perante os «(...) titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para outrem».

A Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, aprova o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidade Públicas. Esta Lei, nos termos do disposto no art.º 1.º, n.º 1, estabelece regras de responsabilidade pelos danos causados a terceiros resultantes do exercício de atos de funções do Estado — «(...) legislativa, jurisdicional e administrativa (...)» — e por causa desse exercício. Nos termos do disposto no art.º 1.º, n.º 2, da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, conjugada com a Nota/Circular n.º 2596, de 15 de maio de 2008, da CSJ/GNR, «(...) correspondem ao exercício da função administrativa as ações e omissões adotadas no exercício de prerrogativas de poder público ou reguladas por disposições ou princípios de direito administrativo». São sujeitos⁸⁴ desta Lei, os titulares de órgãos, funcionários e agentes públicos.

Infere-se que, de acordo com a Nota/Circular n.º 2596, de 15 de maio de 2008, da CSJ/GNR e como referido na nota de rodapé n.º 5, a missão desempenhada pela GNR corresponde ao exercício da função administrativa, pelo que, o militar da GNR é destinatário desta Lei.

Nos termos do disposto no art.º 7.º, n.º 1 da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, conjugada com Nota/Circular n.º 2596, de 15 de maio de 2008, da CSJ/GNR, «a responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, por facto ilícito,

⁸² Cfr. o disposto no art.º 195.º do EMGMR e o disposto no art.º 118.º, n.º 3, alínea *a*), do RDGNR.

⁸³ Cfr. o disposto no art.º 118.º, n.º 3, alínea *b*), do RDGNR.

⁸⁴ Cfr. o disposto no art.º 1.º, n.º 3, da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro.

é exclusivamente do Estado e das demais pessoas coletivas de direito público quando cometida com culpa leve, pelos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes no exercício da função administrativa e por causa desse exercício». Atente-se que, de acordo com estes textos jurídicos, a responsabilidade civil, referida, é imputada ao militar da GNR quando, as ações ou omissões ilícitas forem praticadas com dolo ou culpa grave⁸⁵. Somente as situações que resultem de culpa leve — negligência simples — isentam o militar de responsabilidade civil.

2.3.4 Acidentes em serviço e doenças profissionais

No decorrer do serviço operacional, o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro conjugado com a Nota/Circular n.º 374, de 22 de janeiro de 2004, da CSJ/GNR, preceituam a *proteção* do militar em situações de acidentes e nas doenças profissionais⁸⁶.

Nos termos do previsto no art.º 7.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, o acidente em serviço «(...) é todo o que ocorre nas circunstâncias em que se verifica o acidente de trabalho, nos termos do regime geral, incluindo o ocorrido no trajeto de ida e de regresso para e do local de trabalho». Atente-se que a segunda parte da definição de acidente de serviço inclui os acidentes vulgarmente conhecidos como acidentes *in itinere*.

Nos termos do preceituado no art.º 3.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, a doença profissional é «(...) a lesão corporal, perturbação funcional ou doença que seja consequência necessária e direta da atividade exercida pelo trabalhador e não represente normal desgaste do organismo». No caso de, nos termos do previsto no art.º 7.º, n.º 2, do mesmo Decreto-Lei, «(...) a lesão corporal, perturbação funcional ou doença for reconhecida a seguir a um acidente, presume-se consequência deste». Considera-se que, durante o serviço operacional, o militar da GNR é suscetível a situações decorrentes de acidentes, dos quais podem advir lesões corporais e/ou danos materiais, nos termos do preceituado na Nota/Circular n.º 374, de 28 de janeiro de 2004, da CSJ/GNR. Quando o militar da GNR seja sujeito de uma destas situações, nos termos previsto no art.º 4.º, n.º 1, do

⁸⁵ Nos termos da Nota/Circular n.º 2596, de 15 de maio de 2008, da CSJ/GNR, o conceito de culpa grave refere-se ao conceito de negligência grosseira «(...) em que o agente se comporta com elevado grau de imprudência, revelando grande irreflexão e insensatez».

⁸⁶ Cfr. o disposto na Nota/Circular n.º 1592, de 28 de março de 2007, da CSJ/GNR.

Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, tem «(...) direito, independentemente do respetivo tempo de serviço, à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço e de doenças profissionais»⁸⁷.

2.3.5 Tutela Penal

As forças de segurança como refere MANUEL VALENTE (2012, p. 27), são «(...) a face visível do Estado, consequentemente, da lei (...)». O desrespeito pelos *soldados da lei* espelha, simultaneamente, o menosprezo pela lei e pelo próprio Estado.

Nesta perspetiva, tem interesse analisar os crimes que atentam contra o Estado, e, por consequência, que atentam contra o militar da GNR. Esta opção advém, segundo os RASI de 2007 a 2011, do aumento percentual⁸⁸ deste tipo de crimes, e da materialização dos mesmos como crimes de prevenção⁸⁹ e de investigação⁹⁰ prioritária na Lei n.º 38/2009, de 20 de julho.

Nos termos do disposto no art.º 1.º, alínea *a*), do CPP, crime é definido como o «(...) conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais».

De acordo com DIOGO FREITAS DO AMARAL (2004, p. 273) o CP, como sistema de normas jurídicas, qualifica «(...) os fatos ilícitos de maior gravidade social como crimes e estabelece para eles as penas tidas por adequadas». Na mesma linha de pensamento, entende-se que, o CP qualifica determinados comportamentos humanos, enquanto, factos ilícitos de elevada gravidade social como crimes. Aplica para cada um, uma sanção penal tida por adequada e a respetiva duração. Por afetarem a convivência em sociedade diz-se que estes factos ilícitos de maior gravidade social têm dignidade penal.

De acordo com DIOGO FREITAS DO AMARAL (2004, p. 598), a sanção é «(...) uma consequência negativa, mais grave do que a situação anterior à prática do ato ilícito, que é

⁸⁷ Atente-se que, o Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro — Estatuto de Deficiente das Forças Armadas — por remissão do Decreto-Lei n.º 351/76, de 13 de maio, é aplicável ao militar da GNR. Esse Decreto-Lei, nos termos do estipulado no art.º 1.º, n.º 1, determina que «o Estado reconhece o direito à reparação que assiste aos cidadãos portugueses que, sacrificando-se pela Pátria, se deficientaram ou se deficientem no cumprimento do serviço (...)».

⁸⁸ Cfr. a nota de rodapé n.º 4.

⁸⁹ Cfr. o disposto no art.º 3.º, n.º 1, alínea *e*), da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho.

⁹⁰ Cfr. o disposto no art.º 4.º, n.º 1, alínea *e*), da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho.

estabelecida pela norma jurídica para quem violar o Direito, e que, pode, em último termo, ser imposta ao transgressor por um tribunal».

As sanções penais «(...) servem para reforçar os imperativos contidos nos preceitos das normas incriminadoras e têm, por isso, a natureza de meios ou medidas de tutela jurídica» (Silva, 1997, p. 61). Estas abrangem as penas criminais e as medidas de segurança (Silva, 1997) que têm por finalidade, nos termos do disposto no art.º 40.º, n.º 1, do CP, «(...) a proteção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade».

De acordo com GERMANO MARQUES DA SILVA (1999, p. 17) a pena criminal é «(...) a reação jurídica à culpabilidade do delinquente pelo mal do crime (...)» enquanto que a medida de segurança «(...) traduz a reação jurídica à perigosidade do delinquente»⁹¹. Nos termos do disposto no art.º 27.º, n.º 2, da CRP, «ninguém pode ser parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de ato punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança». Entende-se que a pena de prisão e as medidas de segurança são a *ultima ratio* do poder punitivo do Estado (Silva, 2001), dado que, privam o indivíduo de liberdade⁹² — direito constitucionalmente consagrado.

Considera-se que os comportamentos humanos que lesam ou colocam em perigo o Estado, nomeadamente, a autoridade pública e, por consequência, o militar da GNR, afetam interesses com relevo social e jurídico, ou seja, estes tipos de comportamentos afetam negativamente «(...) bens jurídicos especialmente relevantes para a vida em sociedade e, por isso, merecedores de tutela penal (...)» (Silva, 1997, p. 13). Como refere GERMANO MARQUES DA SILVA (1998, p. 21) «(...) as normas penais tutelam bens jurídicos (...)».

O CP divide-se numa parte geral e numa parte especial. A parte especial «(...) trata de cada um dos crimes declarados como tais e das respetivas penas» (Amaral, 2004, p. 274). Esta parte compreende várias categorias⁹³ de crimes onde se inserem os crimes contra o Estado e os crimes contra as pessoas.

⁹¹ Cfr. o disposto no art.º 40.º do CP.

⁹² Cfr. o disposto no art.º 27.º, n.º 1, da CRP.

⁹³ As categorias de crimes, de acordo com o CP, subdividem-se em: crimes contra as pessoas; crimes contra o património; crimes contra a paz, a identidade cultural e integridade pessoal; crimes contra a vida em sociedade; e crimes contra o Estado.

2.3.5.1 Crimes contra o Estado

Para o presente trabalho, das categorias estipuladas no CP, tem especial relevo os crimes contra o Estado por sancionarem e punirem os crimes que atentam contra o militar da GNR, no exercício das suas funções ou por causa delas.

Dos crimes contra o Estado, dentro da subcategoria dos crimes contra a autoridade pública é de salientar os crimes de resistência e de desobediência à autoridade pública, nomeadamente, os crimes de resistência e coação sobre funcionário⁹⁴ e de desobediência⁹⁵. A moldura penal do crime de resistência e coação sobre funcionário é de pena de prisão até cinco anos.

Como refere DIOGO FREITAS DO AMARAL (2004, p. 421), conjugado com o art.º 348.º do CP, «(...) quem faltar à obediência devida a ordem ou mandato legítimo (...) emanados de autoridade competente comete o crime de desobediência à autoridade pública, pelo qual poderá ser punido com pena de prisão até dois anos, ou com pena de multa até 240 dias». Esta é a pena de prisão a aplicar para a desobediência qualificada, nos termos do disposto no art.º 14.º, n.º 2, da LOGNR.

2.3.5.2 Crimes contra as pessoas

A par dos crimes contra o Estado, tem, também, especial relevo os crimes contra as pessoas. Nestes crimes a moldura penal é agravada por exprimirem um acréscimo de um elemento que agrava o conteúdo do ilícito (Silva, 1998). Verifica-se que por atentarem contra o militar da GNR, no exercício de funções ou por causa delas, é agravada a medida da pena a aplicar, pelo que, o crime é qualificado.

Nesta categoria, interessam:

— Os **crimes contra a vida**, nomeadamente, o de homicídio qualificado⁹⁶, cuja moldura penal a aplicar é pena de prisão de doze a vinte e cinco anos;

⁹⁴ Cfr. o disposto no art.º 347.º do CP.

⁹⁵ Cfr. o disposto no art.º 348.º do CP.

⁹⁶ Cfr. o disposto no art.º 132.º, n.º 2, alínea I), do CP.

— Os **crimes contra a integridade física**, nomeadamente, de ofensa à integridade física qualificada⁹⁷ — estipulados como crimes de prevenção e de investigação prioritária nos termos do disposto no art.º 3.º, n.º 1, alínea *a*), e do estipulado no art.º 4.º, n.º 1, alínea *a*), ambos, da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho. A moldura penal a aplicar poderá ser pena de prisão até quatro anos, nos termos do disposto no art.º 145.º, n.º 1, alínea *a*), do CP, ou pena de prisão de três a doze anos, nos termos do disposto no art.º 145.º, n.º 1, alínea *b*), do CP, de acordo com o resultado produzido. O mesmo crime é agravado de um terço ou de um quarto nos seus limites mínimo e máximo, caso se verifiquem os requisitos estipulados no disposto no art.º 147.º do CP;

— Os **crimes contra a liberdade pessoal**, nomeadamente, os crimes de ameaça⁹⁸ e de coação⁹⁹ em que a medida da pena é agravada¹⁰⁰ quando cometida contra o militar da GNR, bem como, o crime de sequestro¹⁰¹. Para os crimes de ameaça e de coação, a moldura penal a aplicar é, respetivamente, pena de prisão até dois anos ou pena de multa até 240 dias e pena de prisão de um a cinco anos. Para o crime de sequestro poderá ser aplicada pena de prisão de dois a dez anos; e

— Os **crimes contra a honra**, nomeadamente, os crimes de difamação¹⁰², de injúria¹⁰³ e os de publicidade e calúnia¹⁰⁴, em que a medida da pena é agravada de metade nos seus limites mínimo e máximo, nos termos do disposto no art.º 184.º do CP. Nestes tipos de crimes são aplicadas penas de prisão ou penas de multa.

Da análise das sanções penais atribuídas à tipologia destes crimes que atentam contra o militar da GNR são aplicadas as penas de prisão que, nos termos do disposto no art.º 43.º, n.º 1, do CP, podem ser substituídas por penas de multa — desde que a medida da pena de prisão a aplicar não seja superior a um ano.

Atente-se que como supra referido, as penas de prisão são a *ultima ratio* a aplicar pelo poder punitivo do Estado.

⁹⁷ Cfr. o disposto no art.º 145.º, n.º 2, do CP.

⁹⁸ Cfr. o disposto no art.º 153.º do CP.

⁹⁹ Cfr. o disposto no art.º 154.º do CP.

¹⁰⁰ Cfr. o disposto no art.º 155.º, n.º 1, alínea *c*), do CP.

¹⁰¹ Cfr. o disposto no art.º 158.º, n.º 2, alínea *f*), do CP.

¹⁰² Cfr. o disposto no art.º 180.º do CP.

¹⁰³ Cfr. o disposto no art.º 181.º do CP.

¹⁰⁴ Cfr. o disposto no art.º 183.º do CP.

Conclusões e Recomendações

Conclusões

Este capítulo tem como objetivo responder às hipóteses equacionadas e à questão inicialmente formulada, por forma a apresentar conclusões que permitam contribuir para a valoração deste relatório. As conclusões apresentadas são estruturadas, no sentido, de responder por ordem numérica às hipóteses equacionadas.

H1 — A Instituição estipula um conjunto de regimes de *proteção* do militar da GNR no serviço operacional.

No que concerne a esta hipótese é fundamental, primeiramente, direcioná-la ao conceito de serviço operacional, para, posteriormente, concluir sobre os regimes institucionais analisados: a formação, o treino e a Hierarquia.

Conclui-se que, relativamente, ao conceito de serviço operacional, a definição que o legislador ordinário lhe atribui não é clara, pelo que, os seus sentido e alcance se confundem grandemente com o conceito de serviço policial. Por não existir uma definição objetiva, aquele conceito é sobreposto ao de serviço policial, tanto pela própria doutrina da GNR — Manual de Operações — como pelo diploma jurídico — CDSP. Esta sobreposição verifica-se quando o conceito de serviço policial é expresso e direcionado para o exercício das missões inerentes ao serviço operacional. Nestas situações, exige-se uma interpretação extensiva, ou seja, o conceito de serviço policial deve ser interpretado em sentido amplo enquanto serviço operacional que engloba o serviço policial em sentido restrito, direcionado ao cumprimento de missões específicas, de que são exemplo: o serviço de trânsito; o serviço fiscal e o serviço de investigação criminal. Esta distinção pode não estar ao alcance de todos, pelo que, mediante os factos expostos, urge, através de conceitos absolutamente precisos, definir e diferenciar o de serviço operacional do de serviço policial.

A patrulha é a célula base que permite efetivar, através do patrulhamento, a missão inerente do serviço operacional. São intervenientes deste serviço tanto os superiores hierárquicos como os subalternos.

Conclui-se, também, que é no decorrer do serviço operacional que o militar da GNR se confronta, sobremaneira, com situações imprevistas e potenciadoras de conflitos que têm de ser dirimidas e que exigem uma decisão e uma intervenção adequada, legal e legítima, sob pena de violar os direitos, liberdades e garantias, reconhecidos constitucionalmente, aos cidadãos. No decorrer do serviço operacional, a doutrina da GNR, estipula que o militar deve adotar uma atitude proactiva relativamente à sua segurança e à de terceiros, evitando correr riscos desnecessários.

Sendo elevada a liberdade de escolha que a lei concede ao militar da GNR, cada decisão que adota tem fundamento numa apreciação valorativa e num juízo subjetivo desta, por isso, é fundamental que o militar conheça, interprete e aplique corretamente a lei.

Para que a atuação do militar da GNR se paute por estes pressupostos, vitais no exercício das suas funções, a GNR não pode deixar de proporcionar, a montante, formação, enquanto componente teórica, e, a jusante, treino, em particular, o *treino jurídico* e o treino técnico-tático, enquanto componente mais prática.

Conclui-se que esta ambivalência permite, inicialmente, através da formação, o contacto e a adoção de novos saberes que, *per si*, potenciam o desenvolvimento de novas competências, atitudes e condutas, e, *a posteriori*, através do treino, o aperfeiçoamento, a consolidação e o exercício desses conhecimentos. Neste sentido, são atribuídos, ao militar da GNR, um conjunto de instrumentos que o torna mais capaz de ajuizar comportamentos e de avaliar e dirimir, em cada momento, em cada lugar, e sobre qualquer matéria, situações díspares, sem se sobrepor à lei.

Conclui-se que o acréscimo e o aperfeiçoamento de conhecimentos potenciam o desenvolvimento da capacidade de decisão do militar da GNR quanto à determinação do momento e do modo de agir, bem como, quanto aos meios a utilizar.

Conclui-se que, os esforços desenvolvidos em torno destas valências exigem doutrinariamente a tipificação de uma linha de formação e de treino, comum à GNR, adequada às exigências, necessidades e responsabilidades inerentes ao exercício das funções de cada categoria profissional, e adaptada às realidades sociais, jurídicas e tecnológicas.

Considera-se que a definição e a delimitação desta linha de atuação, transversal à GNR, constitui a *rosa-dos-ventos* que orienta, fundamenta e limita a intervenção do militar da GNR. É fundamental que o mesmo, no seio da sua instituição, atue mediante certos

padrões comuns, com definições e delimitações precisas e claras, por forma a contrariar decisões e atuações ambíguas, dúbias e problemáticas, face a uma mesma situação. A arbitrariedade na atuação do militar da GNR face aos mesmos factos, de que resultam decisões diametralmente opostas, descredibiliza toda essa mesma atuação e, por consequência, a própria GNR.

Ao nível da formação, relativamente ao conjunto de instrumentos referidos, é de relevar que, esta componente possibilita, em todas as categorias profissionais da GNR, através dos cursos de formação e, posteriormente, por meio dos cursos de promoção e de especialização, o primeiro contato com matérias jurídicas, em particular, de Legislação Policial e, com matérias relacionadas com Tática, direcionadas para a natureza da missão GNR. As primeiras permitem conhecer a lei e as segundas permitem absorver um conjunto de procedimentos, condutas, técnicas e táticas policiais para aplicar a lei na medida necessária. Existe, por isso, uma relação sinalagmática entre ambos, ainda que imperfeita, dado que, há uma relação direta e ambos visam o mesmo objetivo primário.

Da análise que se efetivou a esta componente, conclui-se que a carreira do militar da GNR se caracteriza por um aumento qualitativo de conhecimentos, contínuo e efetivo ao longo da vida. O ingresso, a ascensão a um posto superior e a especialização em áreas específicas, na respetiva carreira, implica o acréscimo de capacidades e de conhecimentos adequadas às responsabilidades da função, pelo que, a GNR exige aos seus militares formação.

Conclui-se que o *treino jurídico* é um importante vetor, no sentido que, possibilita a interpretação da lei, de acordo com os seus pressupostos e finalidades, direcionada para uma atuação legal e legítima, inerente ao exercício da função policial. O saber até, onde, como e em que medida atuar, em consonância com a lei, evita que o militar da GNR seja alvo de processos de natureza criminal, disciplinar e/ou cível. Por outro lado, o militar obterá maior *segurança jurídica*, que se reflete numa atuação consciente e ciente dos fundamentos e limites legais. Desta forma, o militar sente-se *protegido*, pelo que, a possibilidade de poder atuar, de forma desproporcional e desajustada, ou, até mesmo, a própria inoperância será ultrapassada. Sendo a lei a fonte de atuação e de intervenção da GNR, o seu cumprimento escrupuloso permitirá ao militar salvaguardar-se de possíveis consequências jurídicas desfavoráveis.

É fundamental que o *treino jurídico* inclua a análise de diplomas jurídicos, atribuindo-se grande relevância ao estudo e conhecimento aprofundado dos pareceres e relatórios elaborados quer pela IGAI quer pela IG porque vão fixando uma certa jurisprudência buro-

crática que ajuda a uma correta interpretação das várias componentes da legislação aplicável a cada caso concreto, com a particularidade de, os casos *sub judice*, serem reais e terem merecido, independentemente, dos fundamentos, um juízo de apreciação por parte das instâncias competentes.

Este processo contribuirá para minimizar a prática de casos reprimíveis e para maximizar a correta aplicação da lei. Por outro lado, permitirá contrariar os riscos inerentes ao exercício das funções do militar da GNR, logo, permitirá *protegê-lo*.

Outro ponto, que se conclui como importante vetor na *proteção* do militar da GNR é a Hierarquia.

A atuação segura do militar da GNR advém, também, do estabelecimento de uma relação jurídico-funcional, de autoridade e de subordinação, entre o superior hierárquico, com poderes de direção, supervisão e disciplinar, e o subalterno, a quem compete obedecer dentro dos limites legais.

Ao superior hierárquico compete a responsabilidade das ordens que dá aos seus subordinados e o exercício consciente e responsável da autoridade que lhe é conferido por lei. O mesmo tem de ter consciência do conteúdo, fundamento, limite, alcance e consequências que advenham do cumprimento das suas ordens. As mesmas devem ter um sentido claro, preciso e estrito com uma única interpretação, por forma a evitar interpretações ambíguas e contraditórias geradoras de dúvidas e de incertezas. Só as ordens legais, legítimas e sobre matérias de serviço devem ser dadas pelos superiores hierárquicos e cumpridas pelos subordinados (não se deve, no entanto, esquecer que, designadamente, as ordens anuláveis são suscetíveis de eventual cumprimento). Caso contrário, a Lei Constitucional salvaguarda o militar permitindo-lhe o exercício do direito de respeitosa representação e, em caso de ordens, que visem a prática de crimes, fazendo cessar o dever de obediência.

Reconhece-se que a capacidade de dar ordens legais, legítimas e sobre matérias de serviço se relaciona com a qualidade da formação e do treino proporcionado ao militar da GNR. Sublinha-se, novamente, a necessidade da formação e do treino serem adequadas às necessidades e às exigências do desempenho das funções de cada categoria profissional. Só desta forma se conseguirá *proteger* o militar da GNR no decorrer do serviço operacional e despoletar no próprio militar da GNR o sentimento de que a GNR o *protege*. É vital que o militar da GNR se sinta *protegido* no decorrer do serviço operacional.

Devido à grande importância e transversalidade da Hierarquia na GNR, esta deve ser abordada numa perspetiva corretiva e numa perspetiva sinalagmática. Enquanto perspetiva corretiva considera-se que o conceito de Hierarquia está intimamente relacionada com

o dever de obediência na sua essência, expresso pela obrigação do superior hierárquico em dar ordens legais, legítimas e sobre matérias de serviço ao subordinado, a quem compete obedecer. Enquanto perspectiva sinalagmática, considera-se que o superior hierárquico tem o dever de *proteger* o subordinado através da faculdade que a lei lhe atribui em avaliar e revogar os atos praticados pelos subordinados ou de avocar em determinadas circunstâncias as competências destes. Por outro lado, a mesma perspectiva permite ao superior hierárquico determinar as necessidades de reciclagem, tanto aos seus conhecimentos como aos dos seus subordinados.

Conclui-se que este será um caminho a percorrer para que tanto os superiores hierárquicos como os subordinados se sintam *protegidos* ao serviço da GNR — imperetivamente, ao serviço de Portugal.

H2 — O processo formativo dos militares da GNR (co)responde à necessidade jurídica de conhecimento e de aplicação dos referidos regimes.

A resposta a esta hipótese abrange a necessidade, futura, de reformulação do CPOG, de autoformação e da tipificação de um sistema de avaliação para todas as categorias profissionais.

Relativamente à primeira parte daquela afirmação, conclui-se que, embora, ainda, no presente momento não existam Oficiais Gerais oriundos da GNR é de equacionar a necessidade futura de adaptar o CPOG às especificidades do atividade policial. O acréscimo de unidades curriculares de matérias jurídicas de Direito e de Legislação Policial, bem como, outras estipuladas no CPOS seria uma mais-valia.

Outro ponto a ressaltar prende-se com o facto de nem sempre ser possível à componente formativa e do treino elencarem todas as múltiplas situações que confrontam o militar da GNR no serviço operacional. Como tal, torna-se importante que o militar da GNR seja incentivado e proactivo na aquisição de novos conhecimentos. Tal ação só é possível se este se sentir motivado para o fazer. Nesta perspectiva, urge estabelecer um sistema de avaliação do mérito que inclua, também, a categoria profissional de guardas, dado ser a única dependente de regulamentação, logo, de um RAMMGNR. Considera-se que este sistema de avaliação possibilita responsabilizar e consciencializar o militar da GNR para as consequências das suas ações.

H3 — O quadro legal existente consagra regimes de *proteção* ao militar da GNR no serviço operacional.

No que concerne à *norma normarum*, conclui-se que, para além de ser a fonte que atribui e estrutura a missão e a atividade da GNR, também, fixa os princípios jurídicos fundamentais da sua atividade e outorga ao militar da GNR um conjunto de direitos, de deveres e de garantias que fundamentam e limitam o exercício da sua função.

De referir, primeiramente, que, a missão de *defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos*, que a CRP atribui à GNR, deve ter como máxima, a dignidade da pessoa humana. Para efetivar o seu cumprimento, sem desrespeitar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, o militar da GNR pode recorrer às medidas de polícia, aos meios de coerção e às regras gerais de polícia, desde que verificados os seus pressupostos e finalidades e utilizados como medidas estritamente necessárias. As ações e as omissões praticadas pelo militar da GNR durante o exercício de funções e por causa desse exercício, que espelham o desrespeito por aqueles desideratos, imputam ao militar responsabilidades de natureza civil, criminal e disciplinar. A CRP consagra que a responsabilidade das ações — e não o dever de obediência — somente, é excluída para as ordens em que o militar da GNR usa do direito de respeitosa representação. O dever de obediência cessa para as ordens que configuram a prática de crimes.

Relativamente aos princípios jurídicos que a CRP estipula, dos quais se destaca o princípio da legalidade, considera-se que são *linhas de rumo* que orientam a ação legal e legítima do militar da GNR no serviço operacional.

Conclui-se que, no decorrer do serviço operacional, as consequências das ações do militar da GNR que traduzem o desrespeito pelos ditames legais são-lhe imputadas, pelo que, poderá ser alvo de um processo de natureza criminal, disciplinar e cível. Quando, tal se afigure, a lei disponibiliza ao militar da GNR um regime de direitos e de garantias que visam apoiá-lo, no âmbito, judicial, disciplinar e cível. Este apoio, apenas se materializa, para as situações que sejam consequência do exercício de funções ou por causa desse exercício e desde que não configurem situações de dolo ou de culpa grave.

No decorrer do mesmo, é garantida *proteção* ao militar da GNR em situações de acidentes de que resulte danos ou em situações de doenças contraídas no exercício profissional.

No âmbito judicial é de destacar o apoio judiciário relativo à contratação de advogado, pagamento de taxas de justiça e demais encargos do processo, sempre que nele intervenha na qualidade de assistente, arguido, autor ou réu, mediante despacho fundamentado do Comandante-Geral, proferido por sua iniciativa ou mediante requerimento do interessado.

No âmbito disciplinar é de destacar o direito de recurso, por via graciosa ou contenciosa, uma vez que todas as custas resultantes do processo são da responsabilidade do militar da GNR.

No âmbito cível é de destacar que, apenas tem validade o apoio conferido às situações praticadas com culpa leve.

Conclui-se que, a tipificação pela lei penal, de um conjunto de comportamentos humanos como factos ilícitos de elevada gravidade social que atentam contra o militar da GNR, para a economia do presente RFCTIA, tem um duplo objetivo: *proteger* o militar da GNR durante o serviço operacional e reprimir e evitar a reincidência das ações praticadas pelo(s) prevaricador(es) através da aplicação de sanções. Destes fatos ilícitos tipificados, destacam-se os crimes contra o Estado e os crimes contra as pessoas, nomeadamente, os crimes qualificados que expressam o agravamento da moldura penal a aplicar quando o crime visa atentar contra o militar da GNR. Nestes crimes o tipo de pena maioritariamente aplicada é a pena de prisão.

Conclui-se que, a lei penal, ao sancionar, com pena de prisão, os comportamentos humanos, com dignidade penal, que atentam contra o militar da GNR, enquanto face visível do Estado, dignifica-o, na medida em que, o considera como um bem jurídico social e digno de *proteção*.

No que concerne a esta matéria, também, se verificou que, os crimes praticados contra o militar da GNR têm vindo a aumentar.

Recomendações

Face ao exposto recomenda-se a necessidade futura de tipificar doutrina que englobe os aspetos, integrados e multidimensionais, da tutela, abordados no presente RCFTIA. Este desiderato requer um trabalho de pesquisa intensa e minuciosa, por forma, a adaptar a doutrina existente às necessidades do militar da GNR e à realidade social. Deste modo pre-

vê-se a melhoria do desempenho individual e, por consequência, do desempenho prestado pela GNR à população que serve.

Para além deste requisito, considera-se que seria de equacionar a existência, nas operações de elevada complexidade, do *Legal Adviser*, como *elemento jurídico* de apoio à tomada de decisão. A existir, esta função poderia ser desempenhada pelo militar da GNR, com formação jurídica adequada, conhecedor da forma de atuação da instituição e capaz de aconselhar o Comandante, no decorrer da operação, face às consequências jurídicas da decisão a adotar.

Devido ao aumento dos crimes praticados contra o militar da GNR, percebe-se a necessidade de fomentar e de desenvolver, junto da população, uma cultura de educação e de respeito pelos profissionais, que pelo sacrifício da própria vida juram protegê-la.

Bibliografia

Alves, A. C. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana .

Alves, A. C. (abril-junho de 2007). Reformar a polícia. *Pela Lei e Pela Grei — Revista da Guarda Nacional Republicana*, 16-21.

Alves, A. C. (julho-setembro de 2009). Polícia e o Poder Discricionário. *Pela Lei e Pela Grei — Revista da Guarda Nacional Republicana*, 14-20.

Amaral, D. F. (2003 a). *Curso de Direito Administrativo* (Vol. I). Coimbra: Livraria Almedina.

Amaral, D. F. (2003 b). *Curso de Direito Administrativo* (Vol. II). Coimbra: Livraria Almedina.

Amaral, D. F. (2004). *Manual de Introdução ao Direito* (Vol. I). Coimbra: Livraria Almedina.

Andrade, M. P. (2010). *Prática de Direito Processual Penal — Questões teóricas e hipóteses resolvidas*. Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora Ld^a.

Branco, C. (1998). As Polícias; Segurança; Investigação Criminal — Limites. *Direitos Humanos e Eficácia Policial — Sistemas de Controlo da Atividade Policial* (pp. 247-254). Lisboa: Inspecção-Geral da Administração Interna.

Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana — Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo.

Brito, M. N. (2009). Direito Policial. In P. Otero, & P. Gonçalves, *Tratado de Direito Administrativo Especial* (Vol. I, pp. 281-352). Coimbra: Edições Almedina, SA.

Cabrita, J. F. (2005). O Exercício da Ação Disciplinar na PSP. In M. J. Pereira, & J. Neves, *Estratégia e Gestão Policial em Portugal* (pp. 529-571). Oeiras: INA-Instituto Nacional de Administração.

Caetano, M. (2003). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* (6ª ed.). Coimbra: Almedina.

Canas, V. (2005). Princípio da proibição do excesso e polícia. *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 187-211). Coimbra: Edições Almedina, SA.

Canotilho, J. J. (2003). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição* (7ª ed.). Coimbra: Livraria Almedina.

Caupers, J. (2001). *Introdução ao Direito Administrativo* (6ª ed.). Lisboa: Âncora Editora.

Cavaco, P. D. (2003). A Polícia no Direito Português, Hoje. *Estudos de Direito de Polícia — Seminário de Direito Administrativo de 2001/2002* (pp. 65-112). Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

Feltes, T. (2001). Imigração, Integração e (In)Segurança: o papel da ética policial e do treino policial. *Culturas e Segurança — Racismo, Imigração, Jovens em grupo* (pp. 47-58). Lisboa: Inspeção-Geral da Administração Interna.

Fontes, J. (2007). *Curso sobre o Código do Procedimento Administrativo* (3ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Fontes, J. (2010). *Teoria Geral do Estado e do Direito* (3ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

GNR. (1996). *Manual de Operações — Volume I*. Lisboa: CEGRAF/GNR.

GNR. (1997). *Manual de Operações — Volume II*. Lisboa: CEGRAF/GNR.

Gomez, D. J. (2001). Formação Policial. *Conferências da IGAI — ANO 2001* (pp. 9-19). Lisboa : Inspeção-Geral da Administração Interna.

L'Heuillet, H. (2001). *Alta Polícia Baixa Política — uma visão sobre a Polícia e a relação com o Poder*. Librairie arthème Fayard.

Miranda, J. (2000). *Manual de Direito Constitucional — Tomo IV — Direitos Fundamentais* (3ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora

Neves, L. (2000). Quotidiano da Polícia e Direitos do Homem. *Semana "Polícia e Direitos do Homem" — Intervenções* (pp. 83-94). Lisboa : IGAI.

Otero, P. (1992). *Conceito e fundamento da Hierarquia Administrativa*. Coimbra: Coimbra Editora.

Silva, A. M. (2005). A Inovação na Gestão Operacional da PSP — O Impacto da utilização do GPS na Qualidade do Serviço. In M. J. Pereira, & J. Neves, *Estratégia e Gestão Policial* (pp. 189-238). Oeiras: INA — Instituto Nacional de Administração.

Silva, E. J. (2003). Regras gerais sobre polícia — o artigo 272.º da Constituição da República Portuguesa. *Conferências da IGAI — ano 2002/2003* (pp. 35-75). Lisboa: Inspeção Geral da Administração Interna.

Silva, G. M. (1997). *Direito Penal Português — Parte Geral I Introdução e Teoria da Lei Penal*. Lisboa: Editorial Verbo.

Silva, G. M. (1998). *Direito Penal Português — Parte Geral II Teoria do Crime*. Lisboa: Editorial Verbo.

Silva, G. M. (1999). *Direito Penal Português — Parte Geral III — Teoria das Penas e das Medidas de Segurança*. Lisboa: Editorial Verbo.

Silva, G. M. (2000). A atuação policial e direitos do homem. *Semana "Polícia e Direitos do Homem" — Intervenções* (pp. 23-33). Lisboa: IGAI.

Silva, G. M. (2001). *Direito Penal Português — Parte Geral I — Introdução e Teoria da Lei Penal*. Lisboa: Editorial Verbo.

Sousa, A. (2006). A Polícia na Constituição Portuguesa. *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 35-46). Coimbra: Edições Almedina, SA.

Teixeira, N. S. (2000). Atuação policial e direitos do homem . *Semana "Polícia e Direitos do Homem" — Intervenções* (pp. 17-21). Lisboa: IGAI.

Teixeira, N. S. (2002). Atuação Policial e Direitos do Homem — Seminário Internacional — IGAI. In *Contributos para a Política de Segurança Interna* (pp. 19-24). Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Trechsel, S. (1998). A Polícia e os Direitos do Homem. *Direitos Humanos e Eficácia Policial — Intervenções — Sistemas de controlo da atividade policial* (pp. 37-41). Lisboa: IGAI.

Valente, M. M. (2005). Contributos para uma tipologia de segurança interna. *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 69-98). Coimbra: Edições Almedina, SA.

Valente, M. M. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra: Edições Almedina. SA.

Legislação e documentação oficial

Bases Gerais do Estatuto de Condição Militar — Lei n.º 11/ 89, de 1 de junho.

Código Civil.

Código de Justiça Militar — Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro.

Código Deontológico do Serviço Policial — Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de fevereiro.

Código do Procedimento Administrativo.

Código do Processo Penal.

Código Penal.

Constituição da República Portuguesa.

Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de setembro.

Decreto-Lei n.º 351/76, de 13 de maio.

Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.

Estatuto de Deficientes das Forças Armadas — Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro.

Estatuto do Instituto de Estudos Superiores Militares — Decreto-Lei n.º 28/2010, de 31 de março.

Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana — Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro.

Lei de Segurança Interna — Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

Lei n.º 38/2009, de 20 de julho — Objetivos, Prioridades e Orientações de Política Criminal para o Biénio de 2009/2011, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, 23 de maio.

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro.

Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana — Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro.

NEP 520 DE, de 30 de junho de 2011, da Academia Militar.

Nota/Circular n.º 1592, de 28 de março de 2007, da CSJ/GNR.

Nota/Circular n.º 2596, de 15 de maio de 2008, da CSJ/GNR.

Nota/Circular n.º 374, de 22 de janeiro de 2004, da CJD/GNR.

Nota/Circular n.º 688, de 2 de fevereiro de 2011, da DJD/GNR.

Regulamente de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana — Portaria n.º 279/2000, de 15 de fevereiro.

Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana — Lei n.º 145/99, de 1 de setembro.

Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana — Portaria n.º 722/85, de 25 de setembro.

Relatório Anual de Formação 2010/2011, da EG — Anexo D (Plano/Estruturas curriculares).

Relatório Anual de Segurança Interna de 2007.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2008.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2009.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2010.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2011.

Anexos

Anexo A — Cursos de Formação

Anexo A1 — Plano de curso do Tirocínio para Oficiais

(Armas)

Áreas Curriculares	MÓDULOS	INF ² /CAV ²			
		Horas Presenciais	Horas não presenciais	Total de Horas	Ects
A — Formação Geral Militar	A1 - ADMINISTRAÇÃO DE SUBUNIDADES	30	5	35	
	A2 - JUSTIÇA E DISCIPLINA	25	5	30	
	A3 - ARMAMENTO E TIRO	12	4	16	
	A4 - INFORMAÇÃO E CONTRA-INFORMAÇÃO	6	2	8	
	A5 – NRBQ	4	2	6	
	A6 - VIGILÂNCIA E CONTRA-VIGILÂNCIA	3	2	5	
	SUB-TOTAL	80	20	100	4
B — Formação Técnica e Tática	B1 - MÓDULO SISTEMAS DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS:				
	- TRANSMISSÕES	6	4	10	
	- SHOP	8	10	18	
	- SGO	6	5	11	
	- SCOT	6	8	14	
	- SIGPESS/SIGLOG	6	4	10	
	B2 - MÓDULO TÉCNICO/TÁCTICO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA	70	60	130	
	B3 - MÓDULO TÉCNICO/TÁCTICO FISCAL ADUANEIRO	70	60	130	
	B4 - MÓDULO TÉCNICO/TÁCTICO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	50	40	90	
	B5 - MÓDULO TÉCNICO/TÁCTICO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA				
	- CURSO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA	105		105	
	- TÉCNICAS E TÁCTICAS DAS OPERAÇÕES POLICIAIS	45		45	
	- PALESTRAS (ESPECIALIDADES DA UI)	12		12	
	B6 - MÓDULO COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL	8	17	25	
	SUB-TOTAL	392	208	600	24

C — Formação Complemetar	C1 - MÓDULO DE TÉCNICAS JORNALÍSTICAS E RELAÇÕES COM A IMPRENSA	35	15	50	
	SUB-TOTAL	35	15	50	2
D — Treino Físico e Desportos	D1 - TREINO FÍSICO MILITAR	15		15	
	D2 - DESPORTO/EQUITAÇÃO	15		15	
	SUB-TOTAL	30		30	
E — Métodos Pedagógicos	E1 - PRÁTICA PEDAGÓGICA DE TREINO FÍSICO	20		20	
	E2 - PEDAGOGIA DA ORDEM UNIDA	26		26	
	SUB-TOTAL	46		46	
F — Formação E-Learning	F1 - MÓDULO DE FORMAÇÃO DE E-LEARNING	12		12	
	SUB-TOTAL	12		12	
TOTAL (FGMTT)		595	243	838	30
PC	Prática de Comando (Inclui uma EPQ)	420		420	15
	SUB-TOTAL	420		420	15
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada	375		375	15
	SUB-TOTAL	375		375	15
TOTAL (FGMTT+PC+TIA)		1390	243	1633	60

Anexo A2 — Plano de curso do Curso de Formação de Sargentos

(Armas, SAM, Tm/Man, Tm/Exp e Material)

Áreas de Formação	Unidades Curriculares	Armas	SAM	Tm (Man/Exp)	Material
Formação Geral (FG)	NOÇÕES DE DIREITO	30	30	30	30
	CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	15	15	15	15
	ARMAMENTO I	12	12	12	12
	ÉTICA MILITAR E COMANDO	25	25	25	25
	TRANSMISSÕES	15	15		
	TOPOGRAFIA	15		15	15
	MÉTODOS DE INSTRUÇÃO	30	15	15	15
	PESSOAL E LEGISLAÇÃO MILITAR (25+25)	50	50	50	50
	LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (20+20)	40			
Total (FG)		232	162	162	162
Formação Sociocultural (FSC)	SOCIOLOGIA	20	20	20	20
	HISTÓRIA	20	20	20	20
	INFORMÁTICA I	25	25	25	25
	COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO	40	40	40	40
	INGLÊS I	40	40		40
Total (FSC)		145	145	105	145
Formação Técnica e Tática (FTT)	DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL		25	25	25
	LEGISLAÇÃO POLICIAL		15	15	15
	LEGISLAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA		15	15	15
	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA				
	TÉCNICA E TÁTICA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL				
	ORGANIZAÇÃO INFORMAÇÕES E TÁTICA		20	20	20
	EXPEDIENTE E ESCRITURAÇÃO				
	ARMAMENTO II				
	SIIOP		20	20	20
	INFORMÁTICA II			15	
	CONTABILIDADE PÚBLICA		185		
	PRATICAS ADMINISTRATIVAS		50		
	ABONOS E DESCONTOS		70		
	CONTABILIDADE DE CUSTOS E FISCALIDADE		60		
	CONTABILIDADE GERAL II		60		
	PRATICAS GESTAO II		50		
	MATEMÁTICA			190	
	INGLÊS I			240	
	ELETRICIDADE			106	
	GESTÃO DE MANUTENÇÃO				23
	REABASTECIMENTO E AQUISIÇÕES				32
	ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE MATERIAL				22
	GESTÃO DE MATERIAIS E INSTALAÇÕES				33

	MATERIAL DE ORDEM PÚBLICA ELÉTRICO, ELETRÓNICO E OPTRÓNICO				16
	NOÇÕES GERAIS DE LOGÍSTICA				16
	HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO				11
	METROLOGIA				12
	NOÇÕES DE DESENHO TÉCNICO				13
	MÁQUINAS E FERRAMENTAS				12
	ELETRICIDADE E ELETRÓNICA				35
	TEORIA AUTOMÓVEL				55
	MANOBRA E FORÇA				35
	SOLDADURA				15
	PRÁTICAS DE MATERIAL AUTO				230
Total (FTT)		431	570	646	655
Atividades Físicas e Tiro (AFT)	LUTA E DEFESA PESSOAL/ EQUITACÃO	50	20		20
	EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	96	96	96	48
	TIRO	30	10	10	10
Total (AFT)		176	126	106	78
Outras Atividades (OA)	PALESTRAS/VISITAS	22	22	6	6
	ORDEM UNIDA	45	20	20	20
	DDI/ADC	24	30	30	9
Total (AO)		91	72	56	35
TOTAL (FG+FSC+FTT+AFT+OA)		1075	1075	1075	1075

Anexo A3 — Plano de curso do Curso de Formação de Guardas

(Armas)

<i>Bloco I – Formação Geral Militar (BI-FGM)</i>			
<i>Módulo</i>	<i>Unidades Curriculares</i>	<i>Tempos Letivos</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Formação Geral Militar</i>	ARMAMENTO	10	150
	ORDEM UNIDA	19	
	CIDADANIA E CONDIÇÃO MILITAR	10	
	ORIENTAÇÃO	18	
	TÉCNICA INDIVIDUAL DE COMBATE	14	
	b)		
	EDUCAÇÃO FÍSICA	16	
	b)		
	INCORPORAÇÃO	14	
	EXERCÍCIOS DE CAMPO	36	
	b)		
	AVALIAÇÃO PRÁTICA	4	
	AVALIAÇÃO ESCRITA	2	
	b)		
	DDI / DIVERSOS	7	
TOTAL – BI		150 c)	

<i>Bloco II – Formação Escolar (BII-FE)</i>			
<i>Módulo</i>	<i>Unidades Curriculares</i>	<i>Tempos Letivos</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Jurídico</i>	NOÇÕES GERAIS DE DIREITO	30	130
	DIREITO PENAL	40	
	DIREITO PROCESSUAL PENAL	40	
	DIREITO FISCAL E ADUANEIRO	20	
<i>Técnico-Profissional</i>	TÉCNICA DE SERVIÇO POLICIAL	140	470
	LEGISLAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA	90	
	b)		
	TÁTICA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA	40	
	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	40	
	ARMAMENTO	15	
	TIRO	55	
	INFORMAÇÕES	15	
	ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA GNR	25	
	MÓDULOS INTERDISCIPLINARES	50	
	b)		
<i>Sócio Comportamental</i>	PSICOSSOCIOLOGIA	40	170
	COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO	30	
	INTERPRETAÇÃO E REDAÇÃO	40	
	CIDADANIA	30	
	ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL	30	
<i>Geral</i>	TRANSMISSÕES	15	120
	SAÚDE E SOCORRISMO	15	
	INGLÊS	40	

	INFORMÁTICA <i>a)</i>	50	
<i>Atividades Físicas e Tiro</i>	EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	50	100
	LUTA E DEFESA PESSOAL	50	
<i>Atividades Complementares</i>	PALESTRAS/CONFERÊNCIAS/SEMINÁRIOS	60	60
	VISITAS DE ESTUDO	<i>e)</i>	
TOTAL – BII		1050 d)	
TOTAIS (TOTAL-BI + TOTAL-BII)		1200	

a) Inclui 20 Horas de Instrução SIIOP;

b) Inclui instrução noturna;

c) 8 Horas/dia;

d) 7 Horas/dia exceto 6ª Feiras;

e) Inclui 22 Tempos Escolares de Ordem Unida; Palestras sobre a Prevenção de Toxicodependência (Álcool e Drogas) e Inativação de Engenhos Explosivos Improvisados ou outras instruções/atividades escolares;

Anexo B — Cursos de Promoção

Anexo B1 — Plano de curso do Curso de Promoção a Oficial General



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES



DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
PLANO DE CURSO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
DEPARTAMENTO DE ENSINO
PLANO DE CURSO DO CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

1. FINALIDADE

Apresentar o Plano de Curso do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) que compreende as Componentes Formativas Comum e Conjunta e Específicas da Marinha, do Exército e da Força Aérea e os respetivos Regimes de Avaliação.

2. ESTRUTURA

O Plano de Curso articula-se em duas partes:

I. ORGANIZAÇÃO

SECÇÃO I – OBJETIVOS, MÉTODOS, ESTRUTURA E CONTEÚDOS

SECÇÃO II – FORMULARIO CURRICULAR

II. REGIME DE AVALIAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES



DEPARTAMENTO DE ENSINO

PARTE I

ORGANIZAÇÃO

SECÇÃO I

OBJETIVOS, MÉTODOS, ESTRUTURA E CONTEÚDOS

SECÇÃO II

FORMULÁRIO CURRICULAR

PARTE I
ORGANIZAÇÃO
SECÇÃO I
OBJETIVOS, MÉTODOS, ESTRUTURA E CONTEÚDOS

1. FINALIDADE

O Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) está organizado de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de setembro, republicado através do Decreto-lei n.º 27/2010 de 31 de março, e no Estatuto do IESM, publicado através do Decreto-lei n.º 28/2010 de 31 de março, tendo por finalidade complementar a preparação dos Capitães-de-mar-e-guerra e dos Coronéis nomeados para o curso para o exercício das funções inerentes aos altos cargos de Comando, Direção e Estado-Maior, no mais elevado escalão. O CPOG constitui condição especial de promoção a Oficial General.

2. OBJETIVOS GENÉRICOS

O CPOG tem como principais objetivos:

Disponibilizar informação, fomentar a reflexão e promover a discussão que permitam aos Oficiais Auditores produzir conhecimento acrescido aos níveis conceptual, doutrinário e sistémico, tendo em vista complementar a sua formação ao longo da carreira;

Desenvolver o entendimento comum dos problemas da segurança e da defesa, muito em especial no que respeita à atividade de Defesa Nacional, enquadrando-os numa perspetiva essencialmente político-estratégica.

Desenvolver e aperfeiçoar capacidades de comunicação, análise, síntese e argumentação, tendo em vista aprofundar uma visão global e prospetiva sustentada que, em conjugação com uma dimensão de relacionamento interpessoal, possa contribuir para a qualidade do desempenho de cargos de gestão de topo e da mais elevada hierarquia das Forças Armadas.

O CPOG visa também facilitar o conhecimento mútuo dos Oficiais Auditores dos três ramos das Forças Armadas em ambiente académico.

3. CONCEITO PEDAGÓGICO

O conceito pedagógico que preside ao Plano de Curso do CPOG assenta no princípio da formação contínua ao longo da carreira, segundo o qual, assumindo-se a existência de uma base sólida de conhecimentos e experiências, se perspetiva a investigação e o estudo, adaptados a um ambiente em constante mutação, de assuntos relacionados com as futuras funções e responsabilidades dos Oficiais Auditores que o frequentam. Este conceito assenta também no desenvolvimento de atividades em ambiente de grupo, de modo a proporcionar a atualização da informação e a reflexão conjunta sobre experiências anteriormente vividas, a fomentar a livre expressão de ideias em ambiente favorável a um pensamento crítico, independente e inovador e a proporcionar a formação de conhecimento acrescido;

As missões atribuídas às Forças Armadas, ainda que de natureza essencialmente militar, abrangem domínios do conhecimento que exigem a compreensão de fenómenos exteriores à própria Instituição Militar. O desempenho das funções de Oficial General implica o conhecimento da realidade envolvente de âmbito nacional e internacional, de natureza política, social, económica, científica e cultural. Sem prejuízo da sua componente essencialmente militar, desenvolvida dentro de um conceito geral de unidade de doutrina, o CPOG dá relevo a esta realidade e aos fenómenos que lhe são inerentes.

Os Oficiais que frequentam o CPOG designam-se por Auditores.

4. ESTRUTURA DO CURSO

O Curso compreende uma componente formativa comum e conjunta frequentada pelos três ramos das Forças Armadas e uma componente formativa específica de cada ramo.

O Plano de Estudos relativo à componente formativa específica de cada ramo, bem como os respetivos regimes de avaliação, são definidos pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) sob proposta dos Chefes de Estado-Maior de cada ramo das Forças Armadas, precedido de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico do IESM.

O Plano de Estudos relativo à componente formativa comum e conjunta, bem como o respetivo regime de avaliação, são definidos pelo Diretor do Instituto de Estudos Supe-

riores Militares, precedido de pareceres do conselho científico e do conselho pedagógico do IESM.

O CPOG compreende um conjunto de matérias relativas a três grandes áreas do conhecimento: Estratégia, Administração e Operações.

O CPOG decorre em um ano letivo, com uma duração aproximada de 38 semanas de calendário, incluindo as férias escolares e feriados. A componente formativa comum e conjunta do CPOG tem cerca de 34 semanas de duração enquanto que a componente formativa específica de cada ramo tem cerca de 4 semanas de duração. Estas componentes incluem os tempos escolares destinados à avaliação dos Auditores.

Durante o período em que o curso decorre, há três dias completos destinados às cerimónias de apresentação e encerramento do CPOG e de abertura do ano letivo.

5. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

A definição dos programas das unidades curriculares e dos métodos de ensino e a programação e a execução do CPOG são aprovados pelo Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares, no exercício das suas competências próprias.

6. MÉTODO DE ENSINO

O ensino está organizado e é conduzido de acordo com a caracterização constante em norma interna do IESM. A descrição dos métodos e das atividades de ensino e de aprendizagem que relevam para a execução do CPOG estão em conformidade com o preconizado na legislação geral do ensino superior e constam na Norma de Execução Permanente (NEP) nº DE 204 do IESM e na Separata A a esta secção I da Parte I do Plano de Curso.

Os Auditores têm necessidade de ocupar parte importante do tempo disponível na sua preparação e valorização individual através da recolha de informação pertinente e da realização dos seus trabalhos individuais, tendo em vista contribuir assertivamente para o debate ao nível das conferências, dos seminários e dos trabalhos de grupo. O desenvolvimento do programa curricular proporciona aos Auditores tempo para essa preparação individual.

7. OBJETIVOS DA COMPONENTE COMUM E CONJUNTA

a) **Estratégia:**

- Alargar e aprofundar o conhecimento de toda a problemática da defesa nacional;
- Atualizar os conhecimentos doutrinários na área da Estratégia, bem como em áreas do conhecimento suas subsidiárias, designadamente no âmbito da História Militar, Geopolítica, Relações Internacionais e Direito Internacional;
- Identificar na história recente de Portugal os sucessivos contextos estratégicos, tanto numa perspetiva interna como externa, contribuindo assim para a análise das opções tomadas como sustentáculo fundamental ao entendimento da realidade atual;
- Descrever o ambiente estratégico decorrente da atual conjuntura internacional, considerando os atores, as ameaças e os conflitos com maior impacto na segurança regional e global;
- Caracterizar os grandes espaços geopolíticos da atualidade e sua interseção com o Espaço Estratégico de Interesse Nacional, tendo em vista a formulação de estratégias de afirmação nacional naquele espaço;
- Aprofundar o conhecimento sobre as organizações internacionais estruturantes na atualidade, designadamente aquelas em que Portugal se apoia para a sua afirmação, com especial incidência na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
e
- Analisar a documentação estruturante de defesa e os tipos, níveis e etapas do planeamento estratégico e planeamento de forças e os documentos em que se baseia e se consubstancia, ao nível nacional e das alianças militares em que Portugal se insere.

b) **Administração:**

- Facultar o contacto com os princípios e conceitos básicos associados às Ciências Económicas, com particular incidência na macroeconomia e promover o conhecimento que permita caracterizar o sistema financeiro internacional;

- Facultar o contacto com os modernos conceitos, estratégias, metodologias e técnicas da administração e de gestão pública em geral e identificar as especificidades que caracterizam esta área do conhecimento no âmbito da Instituição Militar;
- Abordar questões centrais relativas à gestão de recursos colocados à disposição das Forças Armadas (humanos, materiais e financeiros), tendo em conta a natureza das missões que lhes estão cometidas;
- Promover a atualização do conhecimento da doutrina de referência no âmbito da Logística Genética e da Logística Operacional e a análise dos aspetos específicos de apoio logístico, no Território Nacional e no quadro de operações sob a égide da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia e das Nações Unidas ou no âmbito da CPLP;
- Promover a análise e a atualização do conhecimento relativo à organização das Forças Armadas, designadamente dos seus órgãos superiores;
- Promover o debate em torno da especificidade da liderança no âmbito da Instituição Militar, designadamente no que respeita ao exercício do Comando nos níveis hierárquicos mais elevados, procurando confrontar a experiência militar nesse âmbito com as práticas em outras organizações;
- Facultar o contacto com os elementos fundamentais do Direito Administrativo, visando uma melhor compreensão e aplicação das leis em vigor e uma maior sensibilidade para o desempenho da vertente administrativa do Comando/Direção/Chefia nos mais elevados cargos das Forças Armadas e da Administração Pública; e
- Facultar o contacto com a comunicação e a informação pública na Instituição Militar, designadamente no domínio das relações com os Órgãos de Comunicação Social.

c) Operações:

- Compreender e analisar ao nível estratégico e operacional, as operações militares, no contexto nacional e das organizações internacionais onde Portugal se encontra inserido;
- Analisar e sintetizar ao nível estratégico e operacional, o planeamento de operações conjuntas e combinadas, ao nível nacional e no quadro das organizações internacionais onde Portugal se encontra inserido;

- Analisar as questões mais relevantes associadas ao planeamento de exercícios, nos contextos nacional e da OTAN;
- Estudar o enquadramento das Operações Conjuntas e Combinadas, através da análise dos níveis das Operações e do estudo dos conceitos da Arte Operacional;
- Analisar os conceitos, princípios, graus e níveis do Comando e Controlo e conhecer as estruturas de Comando e de Forças e a arquitetura da doutrina conjunta da Aliança Atlântica;
- Conhecer os conceitos de *NATO Crisis Response Process* (NCRP), *Combined Joint Task Force* (CJTF), de *NATO Response Force* (NRF) e de *European Battle Groups* (EUBG);
- Compreender o Planeamento Operacional OTAN e da União Europeia e o processo de geração e ativação de forças, numa perspetiva de utilização dos *Deployable Joint Staff Element* (DJSE), NRF e EUBG;
- Analisar o enquadramento doutrinário e jurídico, tipologia e conceitos das Operações de Resposta a Crises;
- Compreender os aspetos relativos ao emprego das diferentes componentes em operações conjuntas e combinadas, com interesse para o nível operacional e tático;
- Compreender os aspetos relativos ao planeamento logístico de nível operacional, bem como as estruturas e o emprego da componente logística em operações conjuntas e combinadas e no apoio às Forças Nacionais Destacadas;
- Tomar contacto com os conceitos e a aplicação das Operações de Informação, Operações Psicológicas, *Civil-Military Cooperation* (CIMIC), Informação Pública, *NATO Network-Enabled Capability* (NNEC), Regras de Empenhamento, Proteção da Força e *Targeting*, relativos às Operações Conjuntas e Combinadas;
- Identificar os aspetos relacionados com o Planeamento de Exercícios OTAN; e
- Praticar a doutrina, conceitos e procedimentos relativos ao planeamento e emprego operacional de forças conjuntas e combinadas, mediante a realização de um tema de planeamento operacional (CRO/NEO).

8. OBJETIVOS DAS COMPONENTES ESPECÍFICAS

a) **Marinha:**

- No âmbito dos estudos estratégicos, analisar e debater as questões relevantes associadas à vertente marítima e naval, no contexto global, regional e nacional;
- A nível político-administrativo, analisar e debater a pertinência e a correlação entre os organismos e os processos da gestão de topo na Marinha, considerando o seu enquadramento no âmbito da Administração Pública e tendo por referência a doutrina naval e os elementos que concorrem para a gestão estratégica da Marinha; e
- No que respeita às operações navais, analisar e debater a conceptualização, a tipologia e os princípios e métodos utilizados no respetivo planeamento e condução, evidenciando a sua contribuição para a eficácia das decisões a nível estratégico militar.

b) Exército:

- Atualizar e consolidar conhecimentos sobre a doutrina tática de emprego das Forças Terrestres;
- Desenvolver temas de escalão Corpo de Exército (CE) e Divisão em Operações Defensivas e Ofensivas, respetivamente, de forma a praticar as ações inerentes ao processo de decisão militar da competência dos respetivos comandantes; e
- Obter informação atualizada relativamente aos diferentes projetos, programas e atividades do Exército.

c) Força Aérea:

- Discutir e analisar os conceitos e os processos das áreas da administração e das operações, relativos à componente aérea; e
- Avaliar e comparar os diferentes projetos, programas e atividades da Força Aérea.

9. PROGRAMAÇÃO DAS MATÉRIAS

a) Estratégia: O bloco de matérias de Estratégia está organizado do seguinte modo:

- **Estudos Estratégicos:** Este módulo tem por objetivo aprofundar um conjunto de conceitos relativos ao pensamento estratégico e sua evolução, à geopolítica e ao poder militar;
 - **Direito Internacional:** Este módulo tem por objetivo caracterizar a evolução e os atores do Direito Internacional, bem como apresentar uma perspetiva sobre a importância do Direito Internacional nas Relações Internacionais e nos Conflitos Armados;
 - **Contexto Internacional – Atores, Ameaças e Conflitos:** Com este módulo, pretende-se analisar o ambiente estratégico decorrente da atual conjuntura internacional, considerando os atores, as ameaças e os conflitos com maior impacto na segurança e na estabilidade regional e global;
 - **Portugal nas Relações Internacionais:** Este módulo visa caracterizar as principais organizações internacionais nas quais Portugal participa. Visa também caracterizar o papel de Portugal nessas organizações e as principais potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças que emergem do contexto atual;
 - **Estratégia Portuguesa Contemporânea:** Este bloco de matérias visa analisar as opções estratégicas de Portugal no passado, apresentar cenários prospetivos e caracterizar os principais fatores de desenvolvimento. Visa ainda proporcionar um conhecimento aprofundado sobre instituições ou empresas com importância estratégica para o desenvolvimento e para a afirmação da presença de Portugal no mundo;
 - **Planeamento Estratégico:** Destina-se a analisar os tipos, níveis e etapas de planeamento estratégico e os documentos em que se baseia e consubstancia;
 - **Componente Específica da Marinha – Estratégia Naval:** Destina-se a interpretar e analisar as principais teorias e os conceitos mais relevantes, específica e diretamente relacionados com o estudo da estratégia naval, e identificar os problemas jurídicos subjacentes às relações entre os vários atores da cena internacional à luz do Direito do Mar. Visa também refletir, analisar, debater e desenvolver os conceitos subjacentes ao planeamento estratégico naval, à doutrina naval e à gestão estratégica da Marinha.
- b) Administração:** O bloco de matérias de Administração está organizado do seguinte modo:

- **Gestão das Organizações e Administração de Recursos:** Destina-se à atualização de informação e desenvolvimento de conhecimento sobre a evolução das teorias e das práticas de administração e gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, incluindo atuais tendências e desafios, reflexão sobre problemas específicos relacionados com a sua aplicação nas Forças Armadas e sua correlação com outros organismos da Administração Pública, em particular no âmbito das logísticas genética e operacional. Aplicação dos conhecimentos à resolução de problemas;
- **Organização Superior das Forças Armadas:** Tem em vista a atualização de informação, análise e reflexão sobre a estrutura e organização superior das Forças Armadas, respetivo funcionamento e enquadramento legal. Formulação de contributos para a sua articulação com o MDN e com a Defesa Nacional;
- **Direito Administrativo:** Destina-se à atualização de informação e desenvolvimento de conhecimento da vertente jurídico-administrativa para o exercício de cargos de Comando, Direção ou Chefia na estrutura superior das Forças Armadas e da Administração Pública, através da consolidação de conhecimentos fundamentais de Direito Administrativo e da compreensão e aplicação do enquadramento legal vigente. Aplicação dos conhecimentos à resolução de problemas;
- **Comunicação e Relações com os Media:** Tem em vista a atualização de informação e desenvolvimento de conhecimento referente à relação das Forças Armadas com os “media”, incluindo a visão recíproca, e reflexão sobre a política de Informação Pública e de Relações Públicas das Forças Armadas e sobre o impacto dos Órgãos de Comunicação Social na condução dos assuntos militares, tendo por referência a realização da imagem da Instituição Militar junto da opinião pública. Aplicação dos conhecimentos num ato simulado de comunicação em ambiente próximo do real;
- **Comando e Liderança:** Visa a atualização de informação, desenvolvimento de conhecimento e reflexão sobre o exercício do Comando e da Liderança, particularmente nos escalões mais elevados da Instituição Militar, tendo em conta os condicionalismos de natureza organizacional, cultural, legal e social. Aplicação dos conhecimentos a situações convencionais e a situações emergentes de emprego das Forças Armadas no panorama internacional;

- **Economia e Finanças:** Visa o desenvolvimento de conhecimento sobre os elementos fundamentais da macroeconomia tendo em vista a compreensão da economia nacional e mundial e a apreensão de conceitos, de variáveis e de instrumentos de análise que facilitem a reflexão sobre a situação económica das Forças Armadas;
- **Atividade Institucional e Empresarial:** Visa compreender e analisar a realidade de funcionamento de instituições públicas e entidades empresariais nacionais com relevo para a segurança e defesa;
- **Componente Específica da Marinha – Organização e Gestão Naval:** No âmbito político-administrativo, destina-se a analisar a adequabilidade da organização da Marinha e dos processos empregues na sua gestão de topo, como instituição integrante das Forças Armadas e da Administração Pública. Visa também analisar e debater com os oficiais gerais responsáveis pela administração superior da Marinha as orientações, as estratégias, as diretivas, e as linhas de ação estabelecidas nas diversas áreas funcionais da Marinha;
- **Componente Específica do Exército:** Tem em vista obter informação atualizada relativamente aos diferentes projetos, programas e atividades do Exército;
- **Componente Específica da Força Aérea:** Visa consolidar os conhecimentos e a compreensão do processo de gestão de topo na Força Aérea, com especial enfoque na vertente da administração de recursos.

c) Operações: O bloco de matérias de Operações está organizado do seguinte modo:

— **Operações Conjuntas e Combinadas:**

Compreender e analisar as operações militares aos níveis estratégico e operacional, tendo por referência a doutrina nacional, a doutrina conjunta aliada e de outras organizações de que Portugal faz parte;

Analisar, no âmbito nacional e no quadro da Aliança Atlântica, a doutrina, conceitos e procedimentos relativos ao planeamento e emprego operacional de forças conjuntas e combinadas;

Aprofundar e debater os conceitos associados ao planeamento de exercícios no contexto nacional e das organizações onde Portugal se insere.

— **Planeamento Operacional:**

Analisar e sintetizar, ao nível estratégico e operacional, o planeamento de operações militares bem como a geração e emprego de forças do SFN em Operações Conjuntas e Combinadas, no contexto do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural e tendo por referência a doutrina nacional e a doutrina conjunta aliada.

— **Atividade Operacional das Forças Armadas:**

Destina-se a compreender e analisar a realidade de funcionamento de unidades militares de natureza operacional, com relevo para as missões das Forças Armadas.

— **Componente Específica da Marinha – Operações Navais:**

Visa analisar e debater as principais questões relacionadas com o emprego operacional dos meios e das forças navais, ao nível estratégico-militar;

— **Componente Específica do Exército:**

Tem em vista atualizar e consolidar conhecimentos sobre a doutrina tática de emprego das Forças Terrestres. Desenvolver temas de escalão Corpo de Exército (CE) e Divisão em Operações Defensivas e Ofensivas, respetivamente, de forma a praticar as ações inerentes ao processo de decisão militar da competência dos respetivos comandantes;

— **Componente Específica da Força Aérea:**

Destina-se a avaliar as capacidades, organizações e estratégias inerentes à aplicação do Poder Aeroespacial, aprofundando o conhecimento dos constrangimentos legais associados ao seu emprego e dos conceitos doutrinários que suportam esse mesmo emprego.

10. UNIDADES CURRICULARES

A definição dos programas das unidades curriculares, a caracterização das atividades e dos métodos de ensino e de aprendizagem e os instrumentos de avaliação utilizados na execução dos módulos compreendidos nessas unidades curriculares constam na Separata B desta Parte I do Plano de Curso.

De acordo com o espírito do estabelecido nos art.ºs 63.º, 66.º-A e 68.º do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, serão realizados inquéritos aos discentes, por unidade curricular, com vista a permitir a realização de uma estimativa das horas de trabalho que melhor fundamente o número de créditos a conferir.

As unidades curriculares e os respetivos módulos que integram o Plano de Estudos estão caracterizados nos quadros seguintes, diferenciados por Áreas de Ensino.

Anexo B2 — Plano de curso do Curso de Promoção a Oficial Superior



*MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES*



DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
PLANO DE CURSO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
DEPARTAMENTO DE ENSINO
PLANO DE CURSO DO CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR

1. FINALIDADE

O presente Plano de Curso difunde as normas aplicáveis ao funcionamento geral do Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS).

2. ESTRUTURA

O Plano de Curso articula-se em duas partes:

I ORGANIZAÇÃO

SECÇÃO I – Objetivos, Enquadramento, Métodos, Estrutura e Conteúdos

SECÇÃO II – Formulários Curriculares

II - REGIME DE AVALIAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES



DEPARTAMENTO DE ENSINO

PARTE I

ORGANIZAÇÃO

SECÇÃO I

OBJETIVOS, ENQUADRAMENTO, MÉTODOS, ESTRUTURA E CONTEÚDOS

SECÇÃO II

FORMULÁRIOS CURRICULARES

PARTE I
ORGANIZAÇÃO
SECÇÃO I
OBJETIVOS, ENQUADRAMENTO, MÉTODOS, ESTRUTURA E CONTEÚDOS

1. FINALIDADE

O Curso de Promoção a Oficial Superior contribui para a preparação dos oficiais subalternos, no caso da Marinha, e dos Capitães, no caso do Exército, da Força Aérea e da GNR, com vista a conferir-lhes as competências e conhecimentos técnico militares necessários para o desempenho de cargos e exercício de funções como oficiais superiores.

2. FUNDAMENTAÇÃO DO CURSO

a) ENQUADRAMENTO LEGAL

Pelo estabelecido no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, e republicado e renumerado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, nomeadamente:

Para a Marinha: na alínea b), do n.º 1 do artigo 218º e na alínea b), do artigo 233º, o Curso Promoção a Oficial Superior de Marinha (CPOS – M) constitui condição especial de promoção ao posto de capitão-tenente;

Para o Exército: na alínea a), do n.º 1 do artigo 240º e nas alíneas b) e c), do artigo 245º, o Curso Promoção a Oficial Superior das Armas (CPOS/A) e dos Serviços (CPOS/S), constitui condição especial de promoção ao posto de Major;

Para a Força Aérea: na alínea d), do n.º 4 do artigo 253º, alínea b), do n.º 4 do artigo 254º, alínea b), no n.º 4 do artigo 255º e na alínea b), do artigo 259º, o Curso Promoção a Oficial Superior da Força Aérea (CPOS - FA), constitui condição especial de promoção ao posto de Major.

Nos termos da conjugação do n.º 2 do Artigo 145.º com a alínea b), do n.º 2, do Artigo 146.º, e a alínea a), do Artigo 208.º, do Estatuto dos Militares da **Guarda Nacional Republicana** (EMGNR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de Outubro, o Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana (CPOS - GNR) constitui condição especial de promoção ao posto de Major.

De acordo com as alíneas b), do artigo 74.º, do EMFAR e 146.º do EMGNR, o CPOS, como curso de promoção, visa habilitar os oficiais com os conhecimentos técnico-militares e profissionais necessários ao desempenho de cargos e ao exercício de funções de nível e responsabilidade mais elevados, sendo condição especial de acesso ao posto imediato e de avaliação obrigatória.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, são adaptados ao ensino superior militar (ESM) os princípios constantes do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, o qual, juntamente com legislação posterior, vem enformar, no ordenamento jurídico do ensino superior em Portugal, os princípios do Processo de Bolonha e todas as medidas normativas decorrentes que lhe seguiram e que regulam o ensino superior no espaço europeu.

Na sequência da aplicação destes princípios à formação militar desenvolvida no IESM, enquanto estabelecimento de ensino superior público universitário militar (EES-PUM), a formação comum, conjunta, específica e complementar proporcionada no CPOS aos Oficiais da Marinha, do Exército, da Força Aérea e da Guarda Nacional Republicana adequa-se às exigências do ensino superior universitário, sem prejuízo da especificidade do ensino militar e da finalidade da sua aplicação ao universo dos oficiais dela destinatários.

O CPOS, integrado no processo de formação ao longo da carreira, é compatível com as normas gerais da estrutura e avaliação curricular praticada nos ciclos de estudos no âmbito do ESM sem, *per si*, conferir grau académico, contudo, possibilitando a realização de outros estudos de interesse no âmbito da Segurança e Defesa.

A legislação supra referida, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 37/2008 impõe que, em tudo o que não for especificamente por ele regulado, se aplica ao ensino superior público militar o regime geral relativo ao ensino superior, caindo neste âmbito, por exemplo, as formalidades relativas à avaliação. Constitui também referência na elaboração deste Plano, o Despacho n.º 10543/2005 (2.ª série) da Direção-Geral do Ensino Superior, de 21 de Abril.

No seguimento da consolidação do IESM como EESPUM, reforçando-se, estatutariamente, pela autonomia científica e pedagógica bem como pela qualidade do ensino que promove, o presente Plano de Curso, nomeadamente nas partes I (Organização) e II (Regime de Avaliação), caracterizam-se como um resultado transitório, passível de ulteriores ajustamentos tendo em vista a sua avaliação e acreditação.

b) DISCENTES

Frequentam o CPOS, em regime de exclusividade, os oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e da GNR com o posto de primeiro-tenente e de Capitão, nomeados para o efeito.

c) ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Duração do Curso:

Curso	Duração (semanas)	Tempos Escolares*		
		TOTAL	Componente Comum e Conjunta	Componente Específica
Marinha	31	724	370	354
Exército A/S	36	842	370	472
Exército SS e ST	29	655	370	275
Força Aérea	36	850	370	480
Guarda Nacional Republicana Armas e Ad. Militar	36	832	370	462
Guarda Nacional Republicana QTPS	24	556	370	186

* Para além dos valores indicados, deverão ser considerados cerca de 25 TE de referência reservados para as cerimónias de abertura e de encerramento, seminários, atividades administrativas, etc..

3. METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O ensino está organizado e é conduzido de acordo com a caracterização constante em norma interna do IESM. A descrição dos métodos e das atividades de ensino e de aprendizagem que relevam para a execução do CPOS estão em conformidade com o preconizado na legislação geral do ensino superior.

4. UNIDADES CURRICULARES

A definição dos programas das unidades curriculares e dos respetivos temas, bem como a caracterização das atividades e dos métodos de ensino e de aprendizagem utilizados na sua execução constam na Separata “A” a esta parte do Plano de Curso.

As unidades curriculares que integram o Plano de Estudos são caracterizadas nos parágrafos subsequentes, diferenciados por Áreas de Ensino.

A) Componente Formativa Comum e Conjunta

1. Área de Ensino de Administração — Módulos:

Administração de Recursos — Módulos:

a) Economia e Finanças Públicas

Objetivo: Proporcionar alguns conhecimentos sobre as principais questões macroeconómicas e fornecer perspectivas e instrumentos de análise, que permitam uma reflexão sobre a situação económica portuguesa, bem como transmitir os principais aspetos da gestão financeira pública, de forma a proporcionar uma visão integrada da administração dos recursos financeiros.

b) Gestão das Organizações

Objetivos:

Conhecer e compreender a evolução histórica da Teoria Geral de Administração.

Desenvolver a compreensão e saber sobre o processo de planeamento, organização e controlo, como atividades críticas da gestão;

Compreender as ferramentas dos subsistemas de gestão e desenvolver os conhecimentos sobre os elementos do sistema integrado de gestão.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito e um Trabalho de Grupo (TG).

Comunicação e Liderança — Módulos:

a) Comunicação e Relações com os Media

Objetivos:

Identificar o processo de comunicação;

Identificar os aspetos essenciais dos conceitos de comunicação, informação pública e relações públicas militares nas Forças Armadas e na GNR;

Caraterizar técnicas de Relações Públicas militares;

Produzir documentos de informação pública (Dossier e Comunicado de Imprensa).

b) Comando e Liderança

Objetivos:

Abordar as dimensões conceptuais do comportamento humano;

Identificar os conceitos teóricos atuais sobre o Comando e Liderança.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

Logística e Investigação Operacional — Módulos:

a) Logística das Organizações Internacionais

Objetivo: Proporcionar o domínio dos conceitos logísticos das Organizações Internacionais, em particular da NATO.

b) Investigação Operacional

Objetivos:

Perspetivar a importância, evolução e campo de aplicação da Investigação Operacional;

Caraterizar a metodologia multidisciplinar de abordagem de problemas por via da Investigação Operacional;

Dar conhecimento das técnicas mais comuns de modelação e resolução de problemas utilizadas em Investigação Operacional;

Demonstrar a viabilidade de utilização da metodologia e técnicas da Investigação Operacional no estudo e solução de problemas militares, através do recurso a ferramentas informáticas de uso corrente.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

Organização Militar — Módulos:

a) Enquadramento Legislativo das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana

Objetivo: Aprofundar o conhecimento dos conceitos e normas do quadro legislativo, que dão suporte à organização e ao funcionamento da Defesa Nacional, das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana.

b) Direito Administrativo

Objetivos:

Proporcionar ou aprofundar o conhecimento de princípios, conceitos, regras e procedimentos fundamentais em Direito Administrativo;

Reconhecer e analisar aspetos essenciais da teoria e da prática inerentes à organização da Administração Pública civil e militar;

Identificar e analisar questões jurídicas importantes da atividade administrativa e do respetivo regime jurídico;

Enquadrar e refletir acerca da problemática das garantias da legalidade e dos administrados.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

2. Área de Ensino de Estratégia — Módulos:

Estratégia Militar

Objetivos gerais:

- Caraterizar o sistema político internacional (SPI) e as relações de poder e de influência entre os diversos atores;
- Compreender os fenómenos associados ao conflito, à crise e à guerra, como enquadramento para o espetro de emprego das forças militares e da GNR;
- Compreender os principais conceitos doutrinários relativos aos diferentes tipos de estratégia, os fatores e condicionamentos relativos ao emprego ou à ameaça de emprego dos meios de coação na ação político-estratégica e o planeamento da ação estratégica;
- Conhecer o ambiente político-estratégico internacional, as organizações internacionais (OI) e os sistemas coletivos de segurança e defesa;
- Caraterizar a evolução do pensamento geopolítico e geoestratégico, na perspetiva do conhecimento filosófico, geográfico, político e estratégico, visando determinar o seu conteúdo, utilidade e função condicionante da ação político-estratégica;
- Interpretar geopolítica e geoestrategicamente temas de âmbito global e regional, de elevada importância para a Caraterização político-estratégica do mundo contemporâneo.
- Reconhecer a noção, âmbito, evolução e significado atual do Direito Internacional Público (DIP);
- Caraterizar as fontes de DIP, em especial, o processo de vinculação internacional do Estado Português;
- Relacionar Portugal e as Organizações Internacionais (OI);

- Caraterizar a Organização das Nações Unidas (ONU) e o roteiro mundial para a paz;
- Identificar o sistema internacional de segurança coletiva e a proibição do uso da força;
- Relacionar a União Europeia e soberania dos Estados-membros: o quadro definido pelo Tratado de Lisboa.

Módulos:

a) Sistema internacional e conflitualidade

- Caraterizar as principais correntes de pensamento do sistema político internacional (SPI).
- Caraterizar os principais atores do SPI.
- Identificar as caraterísticas do SPI. Analisar o SPI contemporâneo.
- Relacionar o vetor segurança e a política externa dos Estados. Caraterizar os conceitos de poder, influência, interesses e Objetivos.
- Identificar a evolução, o conceito, as leis e os princípios do fenómeno da Guerra. Classificar as guerras.
- Caraterizar a atual conflitualidade e as novas ameaças.
- Reconhecer as formas de prevenção, contenção e resolução de conflitos. Identificar as formas de prevenção e o controlo de armamentos.
- Identificar e Caraterizar o fenómeno das crises internas e internacionais.
- Teoria geral da estratégia
- Reconhecer a evolução do conceito de estratégia e do pensamento estratégico.
- Caraterizar as enquadantes e divisões da estratégia.
- Reconhecer o planeamento da ação estratégica.
- Identificar as modalidades gerais de ação estratégica.
- Caraterizar a estratégia económica, psicológica e cultural.

b) Estratégia militar

- Caraterizar a estratégia militar no âmbito da nova tipologia de conflitos.
- Caraterizar a estratégia da guerra clássica.
- Caraterizar a estratégia da guerra nuclear.
- Caraterizar a estratégia da subversão e contra-subversão.

- Reconhecer o processo de decisão e o planeamento estratégico militar ao nível nacional OTAN e UE.
- Caraterizar a estratégia militar terrestre.
- Caraterizar a Estratégia militar naval.
- Caraterizar a Estratégia militar aérea.

c) Estratégia nacional

- Caraterizar a direção da estratégia.
- Reconhecer o planeamento estratégico de Defesa Nacional (DN).
- Identificar os documentos estruturantes de DN (Conceito estratégico de Defesa Nacional, Conceito Estratégico Militar, Missões Específicas das Forças Armadas, Dispositivo de Forças, Lei de Programação Militar e Lei de Programação de Infra-estruturas).

d) Organizações internacionais

- Caraterizar a Organização das Nações Unidas (ONU).
- Caraterizar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
- Caraterizar a União Europeia (UE).
- Caraterizar a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).
- Caraterizar a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).
- Reconhecer outras organizações no âmbito da segurança e defesa: Organização para Cooperação de Xangai (OCX); Conselho de Defesa da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); União Africana (UA).

e) Geopolítica

- Apresentar o conceito de geopolítica e geoestratégia.
- Caraterizar o pensamento geopolítico do poder nacional.
- Caraterizar o pensamento geopolítico dos ambientes de circulação: Poder marítimo, terrestre e aéreo.
- Caraterizar o pensamento geopolítico e geoestratégico da guerra-fria: os poderes conjugados.
- Caraterizar o pensamento geopolítico e geoestratégico contemporâneo: as principais correntes.

- Analisar e interpretar geopolítica e geoestrategicamente os principais caraterizadores do ambiente estratégico internacional.
- Conferências conjuntura estratégica
- Reconhecer as principais tendências nacionais e internacionais no âmbito da conjuntura estratégica atual, bem como o seu impacto nas questões de segurança e defesa nacional.
- Direito Internacional Público
- Reconhecer a noção, âmbito, evolução e significado atual do Direito Internacional Público (DIP);
- Caraterizar as fontes de DIP, em especial, o processo de vinculação internacional do Estado Português;
- Relacionar Portugal e as Organizações Internacionais (OI);
- Caraterizar a Organização das Nações Unidas (ONU) e o roteiro mundial para a paz;
- Identificar o sistema internacional de segurança coletiva e a proibição do uso da força;
- Relacionar a União Europeia e soberania dos Estados-membros: o quadro definido pelo Tratado de Lisboa.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla dois Testes Escritos.

História Militar

Objetivos:

- Analisar a Fundação/Formação de Portugal;
- Caraterizar a Expansão Ultramarina;
- Compreender a Retração Imperial e a Monarquia Dual;
- Analisar a Restauração da Independência;
- Caraterizar o Antigo Regime;
- Acompanhar a Monarquia Constitucional;
- Compreender a 1ª República;
- Analisar a Ditadura Militar e o Estado Novo.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Trabalho de Grupo (TG).

3. Área de Ensino de Operações — Módulos:

Enquadramento das Operações Militares - EOM

Objetivo geral: Analisar e estabelecer a necessária inter-relação entre os vários conceitos inerentes ao planeamento e emprego operacional de Forças Conjuntas e Combinadas, com especial enfoque para o Nível Operacional.

Módulos:

a) Capacidades Militares das Componentes

Objetivo específico: Compreender os contributos das Componentes Naval, Terrestre, Aérea e de Operações Especiais para uma Operação Militar, designadamente, distinguir e explicar as capacidades militares de cada Componente com ênfase sobre as suas contribuições e os níveis de integração necessários;

b) Introdução às Operações Militares:

Objetivos específicos:

- Identificar os objetivos metodologias, organização, forma de avaliação e pormenores de coordenação para o presente ano letivo;
- Distinguir e explicar os diferentes níveis das operações e explicar a contribuição e responsabilidades inerentes a cada um deles na demanda dos Objetivos Militares e materialização de um Estado Final;
- Distinguir e explicar os conceitos de Comando e Controlo no quadro da NATO;
- Distinguir e explicar os Conceitos de *Combined Joint Task Force* (CJTF), NATO Response Force (NRF) e de *European Union Battlegroup* (EUBG);
- Distinguir e explicar os Objetivos, princípios e o ciclo das Informações em apoio ao Processo de Planeamento de Operações e à condução das operações;
- Distinguir e explicar a função militar de aconselhamento e coordenação das atividades de informação militar de modo a apoiar os Objetivos gerais da NATO;
- Distinguir e explicar o processo analítico e sistemático de seleção de Objetivos, determinando a resposta apropriada conforme as exigências operacionais e as próprias capacidades, tendo simultaneamente em consideração as limitações impostas por constrangimentos legais ou políticos;

- Distinguir e explicar as Regras de Empenhamento aplicadas às Operações Militares tendo como contexto de referência o Processo de Planeamento de Operações e a natureza intrínseca das atuais Operações Militares;
- Identificar o conceito e terminologia associada ao *Comprehensive Approach Effects Based Thinking*;
- Conhecer o conceito de operação em rede e a capacidade NATO *Network Enabled Capability* (NNEC) e respetivos impactos na eficácia das operações militares.
- Distinguir e explicar a forma como as Operações Psicológicas, função integrante das Operações Militares, contribuem para o cumprimento da missão e para a Proteção da Força. Identificar o seu contributo para o Processo de Planeamento de Operações.
- Distinguir e explicar os conceitos, princípios, finalidade e funções principais da CIMIC e a sua relevância no Processo de Planeamento de Operações.
- Avaliar a componente teórica da UC EOM.
- Efetuar uma análise crítica das atividades desenvolvidas que permita validar e/ou introduzir melhorias no processo formativo.

c) Operações de Resposta a Crises:

Objetivos específicos:

- Distinguir e explicar os conceitos inerentes às *Crisis Response Operations*, os seus princípios e respetiva tipologia;
- Distinguir e explicar os conceitos associados às Operações de Apoio à Paz (PSO) e apreender os diferentes tipos de operações que as constituem;
- Distinguir e explicar o empenhamento operacional da MSU e mais-valia para as forças militares nos modernos teatros de operações.

d) Fundamentos do Planeamento de Operações:

Objetivos específicos:

- Identificar e explicar os conceitos fundamentais do Processo de Planeamento de Operações da NATO, bem como a sequência lógica do processo cognitivo que está na génese do mesmo. Explicar no que consistem os produtos a apresentar em cada uma das fases do OPP;

- Distinguir e explicar os conceitos e ferramentas utilizados na construção do Desenho Operacional e de que forma o Conceito de Arte Operacional ajuda a articulá-los na demanda dos Objetivos de cada nível das operações;
- Analisar e relacionar os vários conceitos associados ao Processo de Planeamento de Operações na resolução de um problema ao nível operacional, tendo por base um cenário em que se perspetiva o desenvolvimento de uma operação de combate;
- Distinguir e explicar os conceitos e princípios relacionados com a avaliação da situação, análise da missão e definição da Missão.
- Distinguir e explicar a construção do desenho operacional, partindo da avaliação inicial da situação e da Missão.
- Distinguir e explicar os principais elementos relacionados com o levantamento de capacidades que proporcionem a resposta ao desenho operacional desenvolvido.
- Distinguir e explicar os principais elementos da Orientação do Comandante para o Planeamento.
- Distinguir e explicar a metodologia no levantamento das modalidades de ação.
- Distinguir e explicar a metodologia de comparação e escolha das modalidades de ação.

e) Planeamento e Conduta de Exercícios:

Objetivo específico: Distinguir e explicar a doutrina e os procedimentos associados ao planeamento de exercícios, designadamente:

- O processo de planeamento de exercícios;
- As fases do planeamento de exercícios e respetiva documentação;
- O Grupo de Planeamento (CPT), bem como as restantes entidades envolvidas no processo;
- A cenarização, animação e avaliação dos exercícios.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito e um Trabalho de Grupo.

Planeamento de Operações – PLANOP CRO

Objetivo geral: Combinar a aplicação dos vários conceitos inerentes às Operações Militares e combinadas, com especial enfoque para o Processo de Planeamento de Operações, na resolução de uma situação específica de crise internacional.

Objetivos específicos:

- Analisar e relacionar os vários conceitos associados ao Processo de Planeamento de Operações na resolução de um problema ao nível operacional, tendo por base um cenário em que se perspetiva o desenvolvimento de uma Operação de Resposta a uma Crise (CRO);
- Distinguir e explicar os conceitos e princípios relacionados com a avaliação da situação, análise da missão e definição da Missão;
- Distinguir e explicar a construção do desenho operacional, partindo da avaliação inicial da situação e da Missão;
- Distinguir e explicar os principais elementos relacionados com o levantamento de capacidades que proporcionem a resposta ao desenho operacional desenvolvido;
- Distinguir e explicar os principais elementos da Orientação do Comandante para o Planeamento;
- Distinguir e explicar a metodologia no levantamento das modalidades de ação.
- Distinguir e explicar a metodologia de comparação e escolha das modalidades de ação.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Trabalho de Grupo.

B) Nas Componentes Formativas Específicas:

1. Área de Ensino Específico da Marinha – O CPOS da Marinha (CPOS-M) é uma pós-graduação em Ciências Militares e Navais (CMN) do 2º ciclo de estudos do ensino superior universitário, não conferente de grau académico. Esta pós-graduação, que compreende a componente formativa comum e conjunta e a componente específica, abaixo caracterizada, visa preparar os oficiais subalternos com as competências e os conhecimentos técnico-militares que os habilitem a desempenhar funções e a exercer os cargos destinados aos oficiais superiores.

Unidades Curriculares:

a) **Estratégia Naval (EN)**

Objetivo/Competências específicas: Generalizar, em estudos fundamentados, sobre os elementos e conceitos fundamentais da teoria estratégica nas vertentes marítima e naval, assim como, inferir a evolução dos espaços marítimos estratégicos nacionais à luz da História de Portugal.

Módulos:

- Estratégia Naval (EN);
- História Naval (HN).

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular incide em trabalhos de grupo sobre os temas abordados no âmbito da Estratégia Naval, desenvolvidos e apresentados segundo a metodologia de Discussão Dirigida (DD).

b) **Direito do Mar (DM)**

Objetivos/Competências específicas: Aplicar o normativo jurídico internacional na resolução de problemas relativos ao Direito do Mar e ao Direito dos Conflitos Armados;

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um teste escrito.

c) **Gestão e Organização (GO)**

Objetivos/Competências específicas:

- Conhecer e analisar o quadro normativo que suporta a organização e funcionamento da Marinha;
- Conhecer a política de informação e relações públicas da Marinha e praticar a elaboração de conteúdos para informação pública;
- Conhecer as técnicas fundamentais de comunicação em público e praticar a exposição de conteúdos;
- Identificar a interligação dos aspetos principais do Direito Administrativo com casos particulares dos tribunais, e em especial, da Marinha;
- Identificar os aspetos fundamentais de planeamento e gestão financeira da Marinha;
- Conhecer e praticar as técnicas básicas de negociação e de gestão de conflitos em ambiente organizacional;

- Analisar a tipologia e componentes funcionais de estruturas orgânicas da Marinha e descrever a organização e a estrutura normativa do Sistema de Autoridade Marítima e do Instituto Hidrográfico, e ainda, a Caracterização organizacional do Arsenal do Alfeite e da Escola de Tecnologias Navais.

Módulos:

- Comunicação Social (CS);
- Direito Administrativo (DA);
- Comportamento Organizacional (CO);
- Economia (EC);
- Organização Naval (OR).

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular incide em trabalhos individuais sobre os temas abordados no âmbito do módulo de Organização Naval e contempla também um teste escrito.

d) Logística Naval (LN)

Objetivos/Competências específicas: Identificar os elementos fundamentais da logística e conhecer a organização logística das Forças Armadas e, em especial, da Marinha;

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular incide em trabalhos de grupo.

e) Técnicas de Estado-Maior (TE)

Objetivos/Competências específicas: Conhecer a organização dos Estados-Maiores, responsabilidades, deveres e responsabilidades do oficial de Estado-Maior. Utilizar a metodologia para resolução de problema, considerando a organização e documentos em uso no Estado-Maior da Armada;

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular incide em trabalhos individuais de resolução de um problema.

f) Operações Navais (ON)

Objetivo/Competências específicas: Compreender a essência das operações navais, bem como a sua interligação com outras áreas das operações militares e o modo como influenciam decisivamente os acontecimentos no teatro de operações;

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular incide em trabalhos individuais ou de grupo ou pode contemplar um teste escrito.

g) Trabalho Final de Curso (TFC)

Objetivo: Conhecer os fundamentos da Metodologia de Investigação Científica (MIC) e desenvolver um Trabalho de Investigação Individual (TII), designado por “Breve Estudo”, que permita deduzir respostas adequadas relativamente a um tema proposto, através do seu estudo e análise, captando o significado e a importância de cada um dos fatores presentes, e exprimindo-se de forma rigorosa, clara e concisa, seguindo a metodologia de investigação científica adotada;

Temas: Métodos e Processos de investigação;

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular incide num TII, parte escrita e parte expositiva, nos termos previstos na NEP DE 218.

2. Área de Ensino Específico do Exército - Pós-Graduação em Ciência Militares:

Esta pós-graduação visa preparar, em complemento com a componente comum do curso, os capitães com as competências e conhecimentos técnico-militares necessários para o desempenho de cargos e exercício de funções como oficiais superiores.

Unidades Curriculares — Armas e Serviços:

a) Doutrina das Operações Táticas

Objetivos: Complementar e nivelar os conhecimentos referentes às características do ambiente operacional, à tipologia das operações militares e às funções de combate, associados ao emprego de forças terrestres e à tipologia das operações militares. Abordar os conceitos teóricos referentes à Doutrina de Operações que permitam complementar e uniformizar os conhecimentos referentes às funções de combate e ao seu emprego no campo de batalha moderno.

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade de aplicação dos diversos sistemas e capacidades a utilizar no emprego de forças no campo de batalha moderno.

Avaliação: Um teste escrito.

b) Técnicas de Estado-Maior

Objetivos gerais: Desenvolver os conhecimentos relativos à organização, técnicas e procedimentos de Estado-Maior de 1^a/2^a/3^a/4^a Rep/Sec, bem como ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o processo de tomada de decisão no nível tático, para habilitar os discentes do CPOS Exército A/S a desempenhar as funções de Oficial de: Pessoal; Informações; Operações; Logística do EM de uma Grande Unidade (escalão Brigada) em todo o tipo de Operações Militares;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para realizar os estudos e os procedimentos respeitantes às 1^a/2^a/3^a/4^a Rep/Sec;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a duas avaliações (4 TE) (uma avaliação a 1^a/4^a Sec/Rep e uma avaliação a 2^a/3^a Sec/Rep para validação e aferição do nível de conhecimentos adquiridos).

c) Brigada em Operações Defensivas

Objetivos gerais: Aplicar a doutrina tática e praticar as ações de comando e Estado-Maior, no âmbito das operações defensivas no escalão Brigada, através da resolução de temas táticos em sala e da realização de um CPX/CAX apoiado no sistema de simulação VIGRESTE;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para revolver um tema tático no âmbito das Operações Defensivas no Escalão Brigada;

Avaliação: No final da UC os alunos serão submetidos a uma avaliação (4 TE) para validação e aferição do nível de conhecimentos adquiridos.

d) Brigada nas Operações Ofensivas

Objetivos gerais: Aplicar a doutrina tática e praticar as ações de comando e Estado-Maior, no âmbito das operações ofensivas no escalão Brigada, através da resolução de temas táticos em sala e da realização de um CPX/CAX apoiado no sistema de simulação VIGRESTE;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para revolver um tema tático no âmbito das Operações Ofensivas no Escalão Brigada;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a uma avaliação (4 TE) para validação e aferição do nível de conhecimentos adquiridos.

e) Tática das Pequenas Unidades; Emprego e Funcionamento dos Serviços

Objetivos gerais: Habilitar os oficiais para as funções de comando, direção ou chefia das entidades, forças e meios no âmbito da respectiva Arma/Serviço, bem como atualizar ou aprofundar a especialização acompanhando a evolução de conceitos, doutrinas, procedimentos e tecnologias;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para resolver um tema tático no âmbito das Operações como Comandante de Unidade de Escalão Batalhão ou dos serviços;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a duas avaliações (8 TE) (uma avaliação a Defensiva e uma avaliação a Ofensiva, ou o Emprego do Serviço para validação e aferição do nível de conhecimentos adquiridos).

f) Planeamento e Conduta de Exercícios Táticos; CPX/CAX

Objetivos gerais: Efetuar o Exercício de Postos de Comando (CPX/CAX), com finalidade de testar o planeamento, conduta e coordenação de operações de defesa, de ataque, de retardamento e de transição, no escalão Brigada e Batalhão/Agrupamento;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para: estabelecer e operar Postos de Comando de escalão brigada e batalhão/agrupamento; planear, coordenar e assegurar a conduta de operações de defesa, de ataque, de retardamento e de transição, no escalão brigada e batalhão/agrupamento, utilizado o sistema VIGRESTE; Efetuar e controlar reuniões de comando e brífingues;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a avaliação de desempenho, tendo por base os produtos apresentados e as exposições.

g) Recursos Humanos - Exército (AR)

Objetivos gerais: Estabelecer os princípios e regras de administração dos recursos humanos em campanha, nomeadamente os órgãos/entidades diretamente intervenientes no sistema; Conhecer os fundamentos teóricos e o edifício legislativo inerente à administração de RH no Exército e conhecer a estrutura de planeamento e administração de recursos humanos no Exército, bem como abordar as principais metodologias e ferramentas utilizadas para a gestão de RH;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para o desempenho de funções na área da Administração de Pessoal em situação de Campanha e adquiriram a capacidade para o desempenho de funções na área da Administração de Pessoal em situação de Tempo de Paz;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a avaliação de desempenho (2 TE) para validação e aferição do nível de conhecimentos adquiridos (um teste escrito).

h) Logística

Objetivos gerais: Proporcionar aos discentes uma visão integrada Administração de Recursos Financeiros que os capacite para o desempenho de funções na área logística, bem como proporcionar uma visão integrada da organização e dispositivo logístico de campanha, na doutrina de referência (USA), NATO e na atual Componente Operacional do Exército, incidindo a análise no escalão Brigada. Habilitar os discentes ao desempenho de funções na área da logística no escalão Brigada e familiarizá-los com o apoio logístico à componente fixa do Exército;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para o desempenho de funções de gestão financeira pública, nomeadamente as de Chefe de Seção Logística ou 2º Comandante, adquiriram uma visão integrada da organização e dispositivo logístico de campanha e possuem as bases conceptuais necessárias à realização de trabalhos de aplicação relacionados com o apoio de serviços no escalão Brigada;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a uma avaliação de desempenho, para validação e aferição do nível de conhecimentos adquiridos (um teste escrito).

i) Educação, Ensino e Formação Militar (Organização e Supervisão da Formação)

Objetivos gerais: Desenvolver atividades de conceção, organização e avaliação da formação e proporcionar o contato com os conceitos relativos ao Sistema de Instrução do Exército;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade de planear a atividade formativa, avaliar os efeitos da formação e a caraterizar o treino;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a avaliação de desempenho, para validação e aferição do nível de conhecimentos adquiridos (um teste escrito).

Unidades Curriculares — Serviço de Saúde e Serviços Técnicos:

a) Doutrina das Operações Táticas

Objetivos: Complementar e nivelar os conhecimentos referentes às características do ambiente operacional, à tipologia das operações militares e às funções de combate, associados ao emprego e funcionamento dos serviços e à tipologia das operações militares. Abordar os conceitos teóricos referentes à Doutrina de Operações que permitam complementar e uniformizar os conhecimentos referentes às funções de combate e ao seu emprego no campo de batalha moderno;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade de aplicação dos diversos sistemas e capacidades a utilizar no emprego de forças no campo de batalha moderno;

Avaliação: Um teste escrito.

b) Técnicas de Estado-Maior

Objetivos: Desenvolver os conhecimentos relativos à organização, técnicas e procedimentos de Estado-Maior de 1^a/2^a/3^a/4^a Rep/Sec, bem como ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o processo de tomada de decisão no nível tático, para habilitar os discentes do CPOS Exército SS/ST a desempenhar funções técnicas no EM de uma Grande Unidade (escalão Brigada) em todo o tipo de Operações Militares;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para realizar estudos e procedimentos respeitantes às 1^a/2^a/3^a/4^a Rep/Sec;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a uma avaliação (um teste escrito).

c) Emprego e Funcionamento dos Serviços

Objetivos: Habilitar os oficiais para as funções de comando, direção ou chefia das entidades, forças e meios no âmbito do respetivo Serviço, bem como atualizar ou aprofundar a especialização acompanhando a evolução de conceitos, doutrinas, procedimentos e tecnologias;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para revolver um tema tático no âmbito das Operações como Comandante de Unidade de Escalão Batalhão ou dos serviços;

Avaliação: No final da UC os alunos serão avaliados com dois Instrumentos de Avaliação, um teste escrito e um trabalho de grupo.

d) Recursos Humanos - Exército (AR)

Objetivos gerais: Estabelecer os princípios e regras de administração dos recursos humanos em campanha, nomeadamente os órgãos/entidades diretamente intervenientes no sistema; Conhecer os fundamentos teóricos e o edifício legislativo inerente à administração de RH no Exército e conhecer a estrutura de planeamento e administração de recursos humanos no Exército, bem como abordar as principais metodologias e ferramentas utilizadas para a gestão de RH;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para o desempenho de funções na área da Administração de Pessoal em situação de Campanha e adquiriram a capacidade para o desempenho de funções na área da Administração de Pessoal em situação de Tempo de Paz;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a avaliação de desempenho (2 TE) para validação e aferição do nível de conhecimentos adquiridos (um teste escrito).

e) Logística

Objetivos gerais: Proporcionar aos discentes uma visão integrada Administração de Recursos Financeiros que os capacite para o desempenho de funções na área logística, bem como proporcionar uma visão integrada da organização e dispositivo logístico de campanha, na doutrina de referência (USA), NATO e na atual Componente Operacional do Exército, incidindo a análise no escalão Brigada. Habilitar os discentes ao desempenho de funções na área da logística no escalão Brigada e familiarizá-los com o apoio logístico à componente fixa do Exército;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade para o desempenho de funções de gestão financeira pública, nomeadamente as de Chefe de Secção Logística ou 2º Comandante, adquiriram uma visão integrada da organização e dispositivo logístico de campanha e possuem as bases conceptuais necessárias à realização de trabalhos de aplicação relacionados com o apoio de serviços no escalão Brigada;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a uma avaliação (um teste escrito).

f) Educação, Ensino e Formação Militar (Organização e Supervisão da Formação)

Objetivos gerais: Desenvolver atividades de concepção, organização e avaliação da formação e proporcionar o contato com os conceitos relativos ao Sistema de Instrução do Exército;

Competências: No final desta UC os discentes adquiriram a capacidade de planejar a atividade formativa, avaliar os efeitos da formação e a Caracterizar o treino;

Avaliação: No final da UC os discentes serão submetidos a avaliação de desempenho, para validação e aferição do nível de conhecimentos adquiridos (um teste escrito).

3. Área de Ensino Específico da Força Aérea - Pós-Graduação em Ciências Militares e Aeronáuticas. Esta pós-graduação destina-se a conferir competências nos domínios das Ciências Militares, em particular nas que se relacionam com o emprego do Poder Aeroespacial, e nas atividades que concorrem para o seu emprego numa Força Aérea.

Pós-Graduação em Dinâmicas Sociais e Organizacionais. Esta pós-graduação destina-se a conferir competências nos domínios da Gestão de Recursos Humanos, da Gestão de Crises e Conflitos no seio das Organizações e das Relações Internacionais, Política Externa e Diplomacia.

Unidades Curriculares:

a) Direito e Legislação Aérea (DLA)

Objetivos:

- Conhecer e compreender as relações jurídicas relacionadas com a navegação aérea e o transporte aéreo nos domínios doméstico e internacional e na aviação civil e militar em geral;
- Conhecer e compreender as normas jurídicas e os princípios do domínio do Direito dos Conflitos Armados que sejam relevantes para as FFAA.
- Proporcionar um conjunto de conhecimentos de carácter social, político e jurídico com a finalidade de contribuir para uma melhor compreensão das linhas de força que condicionam a comunidade nacional e internacional.

Competências: Adquirir competências no domínio dos temas abordados nesta unidade curricular, em particular no Direito Aéreo, de acordo com os níveis 6 e 7 do Quadro Europeu de Qualificações.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Trabalho Individual escrito sobre um dos temas abordados.

b) Comando e Administração de Recursos (CAR)

Objetivos:

- Conhecer e compreender o conceito de Estado-Maior, os tipos de Estados-Maiores e o perfil e as responsabilidades do Oficial de Estado-Maior;
- Conhecer, compreender e aplicar a metodologia de estudos utilizados no Estado-Maior;
- Conhecer e compreender os principais desafios colocados na administração dos recursos humanos, materiais e financeiros na Força Aérea Portuguesa;
- Conhecer os principais desafios e perspetivas futuras da gestão de topo da Força Aérea em particular do seu Comandante (CEMFA) e dos seus Comandos funcionais.

Competências:

- Gerir atividades e desencadear estudos com a responsabilidade de auxiliar na tomada de decisão em contextos de estudo ou de trabalho imprevisíveis;
- Assumir responsabilidades de forma a contribuir para os conhecimentos e as práticas profissionais e/ou para rever o desempenho estratégico de equipas;
- Conhecer e compreender o processo de gestão de topo da Organização nomeadamente as atividades, os meios e os instrumentos utilizados.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla três elementos: um Teste Escrito e dois Trabalhos de Grupo.

c) Estudos do Poder Aeroespacial (EPA)

Objetivos:

- Analisar o desenvolvimento do Poder Aeroespacial e das organizações, capacidades e estratégias inerentes à sua aplicação;
- Analisar a organização, capacidades e emprego do Poder Aeroespacial nacional;
- Analisar a aplicação do Poder Aeroespacial em operações militares.

Módulos:

Teorias do Poder Aeroespacial

— Compreender e analisar o conceito, evolução, características, capacidades, doutrina e princípios basilares do emprego do poder aéreo e espacial, considerado isoladamente ou enquanto componente essencial das operações conjuntas e combinadas.

- Atividades Essenciais do Poder Aeroespacial.

Compreender e analisar a tipologia NATO das Operações Aéreas Conjuntas, bem como a importância dos diferentes sistemas de armas para o emprego eficaz dos recursos aéreos.

Comando e Controlo

Compreender e analisar os conceitos, organizações, níveis de gestão, processos, pessoas e produtos associados ao planeamento, direção e operação de operações aéreas.

Análise de Conflitos

Analisar um conflito armado na perspetiva de emprego do Poder Aeroespacial.

Visitas de Estudo

Conhecer e compreender a estrutura, organização, missão e meios de funcionamento dos Comandos Operacionais e de Unidades operacionais dos três Ramos das FFAA;

Conhecer e compreender a estrutura, organização, missão e meios de funcionamento do Comando Operacional dos Açores, do Comando da Zona Aérea dos Açores, da Base Aérea nº4 e outras Unidades Militares do Arquipélago, através duma visita de estudo ao Arquipélago dos Açores.

Competências:

- Aquisição de conhecimentos sobre o conceito de Poder Aeroespacial, sua evolução, organização e estratégias de emprego;
- Capacidade analítica para explicar a importância das capacidades, atividades essenciais, organizações, processos e produtos inerentes ao Poder Aeroespacial e da forma como a Força Aérea Portuguesa emprega os seus sistemas de armas no cumprimento das missões que lhes estão atribuídas;
- Aplicação de conhecimentos para exercer um pensamento crítico acerca do emprego do Poder Aeroespacial como instrumento militar decisivo ao longo da história.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla quatro trabalhos individuais orais durante a execução de Discussões Dirigidas, um Trabalho de Grupo sob a forma de um Simpósio com exposição e debate e um Teste Escrito.

d) Trabalho Final de Curso (TFC)

Objetivos: Iniciação ao Método de Investigação Científica. Elaboração de um plano de conduta e de uma pesquisa sistemática que permita descobrir e organizar ideias, analisá-las racionalmente e proporcionar apoio às conclusões. Desenvolvimento das faculdades de análise e de síntese, estimulando a criatividade e o espírito crítico.

Competência: Demonstrar nível considerável de autonomia e integridade científica em matéria de investigação.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular consiste na elaboração de um Trabalho Individual.

e) Comunicação Organizacional e Interação de Grupos (COIG)

Objetivos: Apresentar conceitos, processos e técnicas da Comunicação nas Organizações e da Interação de Grupos. Desenvolver a consciência crítica sobre os temas que serão tratados, permitindo o estabelecimento das relações existentes entre as diversas áreas do conhecimento (em contextos de estudo ou de trabalho).

Competência: Gerir contextos de estudo ou de trabalho complexos e assumir a responsabilidade de rever e melhorar o desempenho estratégico de equipas.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla dois elementos/momentos informativos e traduz-se na elaboração de dois Trabalhos Individuais (um oral e outro escrito).

f) Perfil Social e Económico do Portugal Contemporâneo (PSEPC)

Objetivos: Compreender as características sociais e económicas do Portugal contemporâneo.

Competência: Gerir contextos de estudo complexos que exigem abordagens estratégicas novas no domínio das transformações sócio-económicas das sociedades contemporâneas.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular é composto por um único elemento de avaliação que consiste na elaboração de um Trabalho Individual escrito. Caso se justifique, o processo pode requerer uma discussão posterior com o professor responsável.

g) As Mudanças nas Organizações e a Gestão de Recursos Humanos (GRH)

Objetivos: Compreender as mudanças nos conceitos e nas práticas da “gestão das pessoas” surgidas na última década, em consequência das grandes transformações socioeconómicas que se têm feito sentir nas organizações.

Competência: Adquirir competências no domínio da gestão das organizações e dos recursos humanos de acordo com os níveis 6 e 7 do Quadro Europeu de Qualificações.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular é composto por um único elemento de avaliação que consiste na elaboração de um Trabalho Individual escrito. Caso se justifique, o processo pode requerer uma discussão posterior com o professor responsável.

h) As Transições Mundiais (TM)

Objetivos: Conhecer as transições operadas no mundo contemporâneo nos domínios social, económico e político.

Competências: Adquirir competências no domínio dos temas abordados nesta unidade curricular, de acordo com os níveis 6 e 7 do Quadro Europeu de Qualificações.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular é composto por um único elemento de avaliação que consiste na elaboração de um Trabalho Individual escrito. Caso se justifique, o processo pode requerer uma discussão posterior com o professor responsável.

i) A Política Externa e Diplomacia (PED)

Objetivos: Conhecer as normas, regras e procedimentos da negociação diplomática e das relações entre Estados, Organizações Internacionais e outras organizações e instituições. Compreender a problemática da colocação de Portugal no mundo e o exercício da diplomacia no tabuleiro internacional.

Competências: Adquirir competências no domínio do exercício da diplomacia e da Política Externa do estado português, de acordo com os níveis 6 e 7 do Quadro Europeu de Qualificações.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular é composto por um único elemento de avaliação que consiste na elaboração de um Trabalho Individual escrito. Caso se justifique, o processo pode requerer uma discussão posterior com o professor responsável.

j) As Situações de Complexidade e de Rutura (SCR)

Objetivos: Conhecer e aplicar um conjunto de técnicas relativas à Gestão de Crises e Conflitos no seio das Organizações e no Apoio à Tomada de Decisão.

Competências: Adquirir competências no domínio da gestão de crises e conflitos no seio da organização e no apoio à tomada de decisão, de acordo com os níveis 6 e 7 do Quadro Europeu de Qualificações.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular é composto por um Trabalho Individual. Caso se justifique, o processo pode requerer uma discussão posterior com o professor responsável.

k) Seminário Metodológico (SM)

Objetivo: Conhecer e aplicar um conjunto de regras e técnicas e procedimentos específicos relativos à elaboração dos diversos tipos de trabalhos académicos e científicos.

Competências: Adquirir competências no domínio do processo de investigação, de acordo com os níveis 6 e 7 do Quadro Europeu de Qualificações.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular é composto por um único elemento de avaliação que consiste na elaboração de um Trabalho Individual escrito que corresponde a um Plano de Trabalho ou Projeto de Investigação.

O CPOS FA para discentes Médicos:

Os discentes Médicos apresentam-se no IESM no início do Curso, com os restantes Oficiais, onde serão informados e orientados sobre os Objetivos e atividades do Curso. Os discentes Médicos interrompem o curso no final da Componente de Formação Comum e Conjunta e regressam para as conferências finais, Visita de Estudo aos Açores e para a Cerimónia de Encerramento;

Os discentes Médicos podem requerer ao CEMFA a frequência do CPOS FA na sua totalidade;

Os discentes estão dispensados do Trabalho de Investigação Individual, bem como dos trabalhos de avaliação das Unidades Curriculares da Pós-graduação em Dinâmicas Sociais e Organizacionais.

4. Área de Ensino Específico da Guarda Nacional Republicana

Pós-Graduação em Ciências Militares e Policiais: Esta pós-graduação, que compreende a componente formativa comum e conjunta e parte da componente específica, visa preparar os capitães com as competências e conhecimentos técnico-militares e profissionais necessários para o desempenho de cargos e exercício de funções como oficiais superiores.

Pós-Graduação em Direito e Segurança (GNR Armas e Administração Militar): Esta Pós-Graduação em Direito e Segurança (PG/DS) ministrada no IESM pela Universidade Nova de Lisboa, tem como finalidade dotar os Quadros Superiores da Guarda Nacio-

nal Republicana com os graus avançados de formação compatível com a preparação exigida pelas suas responsabilidades, iniciando-se durante a Componente da Formação Específica (CFE) e continua para além do *terminus* do CPOS.

A PG/DS é constituída por seis Unidades Curriculares (UC), das quais quatro (SIC, SSI, SEG e SP) fazem parte integrante da CFE, e as restantes duas (SIE e OSS), independentemente de serem ministradas durante o período daquela Componente, não integram o CPOS (nem em termos de avaliação, nem em termos de unidades de crédito), mas apenas relevam para a PG/DS.

A avaliação das Unidades Curriculares SIC, SSI, SEG e SP entra na fórmula do CPOS para cálculo da nota final de Curso. Em simultâneo, entra na fórmula da PG/DS para cálculo da nota final da mesma. Esta avaliação consiste na realização de Testes Escritos. Já a avaliação das UC restantes, SIE e OSS, apenas entra na fórmula da PG/DS para cálculo final da respetiva nota e consiste na apresentação de dois Trabalhos Individual (TI), em momento posterior ao *terminus* do CPOS.

Unidades Curriculares — (GNR Armas e Administração Militar):

a) Ciências Criminais (CC) (GNR Armas)

Objetivo: Proporcionar e desenvolver, numa perspetiva integrada e multidisciplinar, uma visão global da problemática do fenómeno criminal. Compreender a visão integrada e complementar relativamente ao objeto da atual criminologia: delito, delinquente, vítima e controlo social. Analisar e discutir o fenómeno criminal na atividade policial. Aprofundar os conhecimentos com temas de Direito Criminal. Conhecer e compreender a estrutura de prevenção e investigação criminal da GNR e a sua integração e relacionamento com as diversas instituições do sistema nacional e com as principais valências técnicas e científicas do combate ao crime.

Competências: Dotar os Oficiais, numa perspetiva integrada e multidisciplinar, com conhecimentos que os habilitem: a estarem capacitados com conceitos teóricos, no âmbito das ciências criminais, que se julguem úteis para o desempenho profissional; Caraterizarem e compreenderem as múltiplas variáveis do fenómeno criminal e estabelecerem contatos com Instituições ou Órgãos que interagem na Investigação Criminal, de acordo com o regime legal em vigor

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Trabalho de Grupo.

b) Gestão de Recursos Financeiros/GNR (GRF) (GNR Armas)

Objetivo: Dar a conhecer de uma forma aprofundada a estrutura administrativa /financeira da GNR;

Competências: Dotar os oficiais de instrumentos de gestão que os habilitem a exercer ações de Comando e Chefia de uma forma esclarecida sobre as subunidades administrativas.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

c) Operações e Informações das Forças de Segurança (OIFS) (GNR Armas)

Objetivos:

- Aprofundar e consolidar conhecimentos sobre as Operações e Informações das Forças de Segurança, tal como do Sistema de Forças da Guarda;
- Firmar os conceitos de TEM e refletir sobre os princípios e conceitos doutrinários no âmbito das Operações de Segurança.

Competência: Adquirir competências no âmbito da preparação e condução de operações ao nível de Unidades e Subunidades Operacionais da GNR.

Avaliação: O processo de avaliação contempla os seguintes elementos: Avaliação contínua consolidada através da realização de um Teste Escrito e da resolução e apresentação do Tema Tático.

d) Gestão Orçamental e Recursos Financeiros (GORF) (GNR Administração Militar)

Objetivos:

- Preparar os discentes para uma abordagem avançada sobre duas atividades fundamentais: de Gestão e do Controlo e Auditoria dos Dinheiros Públicos;
- Acompanhar a Gestão Previsional Pública desde as Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado até ao processo orçamental dos Serviços com Autonomia Administrativa e Serviços com Autonomia Administrativa e Financeira.

Competências: Proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e competências adequadas ao exercício de funções dos titulares de cargos de direção, assentes numa cultura de Administração Pública profissional e avançada, de forma a favorecer a qualidade dos serviços prestados, em particular pela GNR.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Trabalho de Grupo.

e) Sistemas de Controlo de Gestão (SCG) (GNR Administração Militar)

Objetivo: Identificar e compreender as metodologias mais usuais na conceção, implementação e acompanhamento de Sistemas de Controlo de Gestão, quer conceptualmente, quer na sua aplicação prática;

Competências: Habilitar os discentes com ferramentas que potenciem as suas competências e capacidades de análise, diagnóstico e conceção do Sistema de Controlo de Gestão, adequados às necessidades das instituições públicas.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

f) Auditoria e Prestação de Contas (APC) (GNR Administração Militar)

Objetivo: Conhecer o enquadramento legal do controlo interno nas instituições públicas e o Sistema Nacional de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado. Proporcionar uma visão integrada da auditoria e da prestação de contas como importantes áreas funcionais da Administração Pública.

Competências: Proporcionar aos discentes uma base sólida de conhecimentos necessários à tomada de decisões contabilísticas, financeiras e processuais.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

g) Gestão de Recursos Humanos (GRH)

Objetivo: Transmitir conhecimentos nesta área, perspetivando as principais tendências evolutivas.

Competências: Proporcionar aos discentes ferramentas para fazerem face aos novos desafios que se colocam aos comandantes e chefes como gestores de recursos humanos.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Trabalho de Grupo.

h) Gestão de Recursos Logísticos/GNR (GRL)

Objetivo: Pretende-se transmitir aos discentes as diversas formas de gerir os recursos logísticos na Guarda e a importância do diagnóstico de necessidades.

Competências: Proporcionar aos discentes conhecimentos para fazerem face às necessidades que se colocam aos comandantes e chefes como gestores de recursos logísticos.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

i) Gestão Estratégica (GE)

Objetivo: Pretende-se desenvolver e exercitar a capacidade de análise dos discentes ao nível da gestão estratégica. Identificar as diversas formas de estratégia. Saber elaborar um plano estratégico.

Competências: Desenvolver a capacidade de pensar estrategicamente sobre uma organização, nomeadamente, sobre como é que a estratégia escolhida pode ser implementada e executada com sucesso.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito e um Trabalho de Grupo.

j) Organização e Cooperação Policial (OCP)

Objetivos: Promover o conhecimento da organização de outras Forças e Serviços nacionais e Congéneres europeias que desempenham funções no âmbito da segurança interna. Consolidar os conhecimentos sobre estruturas, fundamentos e enquadramento da cooperação policial europeia.

Competências: Adquirir competências no âmbito da cooperação policial entre a GNR e outras Forças e Serviços de Segurança nacionais e estrangeiros.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Trabalho de Grupo.

k) Técnicas de Estado-Maior (TEM)

Objetivos: Habilitar os discentes a desempenhar as funções de Oficial de Informações/Operações do EM de uma Unidade, desenvolvendo os conhecimentos relativos à organização, técnicas e procedimentos de Estado-Maior de 2ª/3ª Repartição, bem como ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o processo de tomada de decisão ao nível tático e os procedimentos de comando.

Competências: Adquirir competências para desempenhar as funções de oficial de Estado-Maior, no âmbito das Informações e Operações.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

l) Sistema de Investigação Criminal (SIC)

(Esta Unidade Curricular está enquadrada na Formação Específica e faz parte, em simultâneo, da Pós-Graduação em Direito e Segurança, ministrada pela FDUNL).

Objetivos: Promover o conhecimento sobre a Investigação Criminal, as suas envolventes e respetivos atores.

Competências: Reforçar as competências do oficial da Guarda no âmbito desta temática.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

m) Sistema de Segurança Interna (SSI)

(Esta Unidade Curricular está enquadrada na Formação Específica e faz parte, em simultâneo, da Pós-Graduação em Direito e Segurança, ministrada pela FDUNL).

Objetivos: Promover o conhecimento sobre as envolventes da Atividade Policial.

Competências: Reforçar as competências do oficial da Guarda no âmbito desta temática.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

n) Segurança, Estado e Globalização (SEG)

(Esta Unidade Curricular está enquadrada na Formação Específica e faz parte, em simultâneo, da Pós-Graduação em Direito e Segurança, ministrada pela FDUNL).

Objetivos: Promover o conhecimento sobre a Segurança e suas envolventes.

Competências: Reforçar as competências do oficial da Guarda no âmbito desta temática.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

o) Sistema Policial (SP)

(Esta Unidade Curricular está integrada na Formação Específica e faz parte, em simultâneo, da Pós-Graduação em Direito e Segurança, ministrada pela FDUNL).

Objetivos: Promover o conhecimento, essencialmente, sobre o Direito da Polícia.

Competências: Reforçar as competências do oficial da Guarda no âmbito desta temática.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

Unidades Curriculares — **Quadro Técnico de Pessoal e Secretariado:**

a) Direito Disciplinar e Criminal Militar (DDCM):

Objetivos: Habilitar os alunos para o desempenho de funções na área da Justiça das Unidades da Guarda, bem como, ampliar e aprofundar os conhecimentos no domínio da análise e instrução dos processos.

Competências: Adquirir competências para desempenhar as funções que vão ser atribuídas como oficial superior do QTPS.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

b) Gestão de Recursos Humanos (GRH):

Objetivos: Habilitar os alunos para a preparação e resolução de problemas dos militares, nas mais diversas vertentes deste tipo de gestão.

Competências: Aprofundar conhecimentos e refletir sobre os problemas que surgem nesta Área, como oficial superior do QTPS.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

c) Gestão de Recursos Financeiros/GNR (GRF):

Objetivos: Habilitar os discentes para uma abordagem às atividades de gestão e do controlo e auditoria dos dinheiros públicos.

Competências: Adquirir competências para o exercício de funções de cargos de direção, como oficiais superiores, assentes numa cultura de Administração Pública profissional e avançada, de forma a favorecer a qualidade dos serviços prestados.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

d) Técnicas de Estado-Maior (TEM)

Objetivos: Habilitar os discentes a desempenhar as funções de Oficial de Informações/Operações do EM de uma Unidade, desenvolvendo os conhecimentos relativos à organização, técnicas e procedimentos de Estado-Maior de 2ª/3ª Repartição, bem como ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o processo de tomada de decisão ao nível tático e os procedimentos de comando.

Competências: Adquirir competências para desempenhar as funções de oficial de Estado-Maior, no âmbito das Informações e Operações.

Avaliação: O processo de avaliação desta Unidade Curricular contempla um Teste Escrito.

Matérias ministradas no âmbito do Curso mas cuja avaliação e UC não contam para o mesmo:

- a) Conferência de Abertura e Seminários de Consolidação da Pós-Graduação
(Apenas diz respeito à Pós-Graduação em Direito e Segurança).
- b) Sistema de Informações de Estado (SIE):
(Apenas diz respeito à Pós-Graduação em Direito e Segurança, tal como a avaliação a que é submetida).
- c) Outros Sistemas de Segurança (OSS):
(Apenas diz respeito à Pós-Graduação em Direito e Segurança, tal como a avaliação a que é submetida)

Anexo B3 — Plano de curso do Curso de Promoção a Capitão

(Inf, Cav, SAM, SS/Med e SS/Vet)

FORMAÇÃO E-LEARNING	Componente Formativa em Regime E-Learning		ARMAS	SAM	SSAÚDE	QTPS
	DOCTRINA, ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE ESTADO-MAIOR					
	NOVAS TECNOLOGIAS					
	JUSTIÇA E DISCIPLINA					
	COMUNICAÇÃO, LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPAS					
FORMAÇÃO PRESENCIAL	Componente Formativa Comum	UNIDADES CURRICULARES	ARMAS	SAM	SSAÚDE	QTPS
		Tempos Escolares				
		CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	20	20	20	20
		JUSTIÇA E DISCIPLINA	25	25	25	25
		DOCTRINA E PROCEDIMENTOS DE ESTADO-MAIOR	45	45	45	45
		PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO MILITAR	30	30	30	30
		COMAND POST EXERCICE - CPX	30	30	30	30
		COMUNICAÇÃO, LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPAS	20	20	20	20
		TÉCNICAS JORNALÍSTICAS E INTERAÇÃO COM OS MEDIA	30	30	30	30
		SUBTOTAL (1)	200	200	200	200
	Componente Formativa da Especialidade	UNIDADES CURRICULARES	ARMAS	SAM	SSAÚDE	QTPS
		Tempos Escolares				
		ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS INTERNOS	30		20	
		DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	30			25
		DIREITO DE ORDENAÇÃO SOCIAL	25			
		TÁTICA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA	20			
		INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	20			
		GESTÃO PÚBLICA		33		
		AUDITORIA FINANCEIRA E CONTROLO INTERNO		30		
		GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS		30		
		GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS		20		20
		GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		25		25
		DISCIPLINAS PARA O SSAÚDE (CARI)			118	
		GESTÃO FINANCEIRA NA GNR				10
		TÉCNICAS DE SECRETARIADO E DE PESSOAL				32
		JUSTIÇA E DISCIPLINA				20
		SUBTOTAL (2)	125	138	138	132

FORMAÇÃO PRESENCIAL	Componente Formativa Complementar	ARMAS	SAM	SSAÚDE	QTPS
		Tempos Escolares			
	CONFERÊNCIAS/VISITAS	16		3	9
	DDI	6	6	6	6
SUBTOTAL (3)		22	9	9	15
TOTAL (1) + (2) + (3)		347	347	347	347

Anexo B4 — Plano de curso do Curso de Promoção a Sargento-Ajudante

(Armas e Serviços)

COMPONENTE FORMATIVA COMUM (CFC)							
MÓDULO DE FORMAÇÃO MILITAR							
UNIDADE CURRICULAR	Armas	SERVIÇOS					
		SAM	SS(Med/ Farm)	SSVet	Tm	Mat	Hon
ÉTICA E COMANDO	15	15	15	15	15	15	15
JUSTIÇA E DISCIPLINA	15	15	15	15	15	15	15
LEGISLAÇÃO MILITAR	20	20	20	20	20	20	20
TRANSMISSÕES	12	12	12	12	12	12	12
ORGANIZAÇÃO E INFORMAÇÕES	20	20	20	20	20	20	20
<i>SUBTOTAL</i>	82	82	82	82	82	82	82
MÓDULO DE FORMAÇÃO DE DIREITO							
DIREITO CONSTITUCIONAL	15	15	15	15	15	15	15
DIREITO DE ORDENAÇÃO SOCIAL	15	15	15	15	15	15	15
DIREITO CIVIL E COMUNITÁRIO	15	15	15	15	15	15	15
CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	15	15	15	15	15	15	15
<i>SUBTOTAL</i>	60	60	60	60	60	60	60
MÓDULO DE FORMAÇÃO SOCIO-CULTURAL							
INFORMÁTICA	20	20	20	20	20	20	20
COMUNICAÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS	15	15	15	15	15	15	15
INGLÊS	25	25	25	25	25	25	25
<i>SUBTOTAL</i>	60	60	60	60	60	60	60
MÓDULO DE APTIDÃO FÍSICA, TIRO E ORDEM UNIDA							
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	32	32	32	32	32	32	32
ARMAMENTO E TIRO	14	14	14	14	14	14	14
ORDEM UNIDA	10	10	10	10	10	10	10
<i>SUBTOTAL</i>	56	56	56	56	56	56	56
<i>TOTAL (CFC)</i>	258	258	258	258	258	258	258
COMPONENTE FORMATIVA DA ESPECIALIDADE (CFE)							
UNIDADE CURRICULAR	Armas	SERVIÇOS					
		AM	SS(Med/ Farm)	SSVet	Tm	Mat	Hon
RECURSOS HUMANOS	20						
RECURSOS LOGÍSTICOS	20						
RECURSOS FINANCEIROS	15						
TÁTICA E OPERAÇÕES	30						
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL – PRÁTICA	15						
LEGISLAÇÃO POLICIAL	25						
LEGISLAÇÃO RODOVIÁRIA	20						
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	15						
SIOP	20						

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	20						
CONTABILIDADE PÚBLICA III		55					
CONTABILIDADE PÚBLICA PRÁTICA		35					
INTRODUÇÃO À GESTÃO FINANCEIRA		40					
SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA III		50					
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		10					
GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS		10					
HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO			55				
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LOGÍSTICOS			25				
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE SAÚDE			20				
SAÚDE PÚBLICA			55				
SAÚDE MILITAR			30				
DEONTOLOGIA PROFISSIONAL			15				
CLÍNICA E CIRURGIA DOS CÃES				60			
CLÍNICA E CIRURGIA DOS EQUINOS				60			
GESTÃO ENFERMARIA EQUINOS				15			
GESTÃO ENFERMARIA CANÍDEOS				15			
HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR – HACCP				50			
TÁTICA E TRANSMISSÕES					16		

COMPONENTE FORMATIVA DA ESPECIALIDADE (CFE) (Continuação)							
UNIDADE CURRICULAR	Armas	SERVIÇOS					
		SAM	SS(Med/ Farm)	SSVet	Tm	Mat	Hon
GUERRA ELETRÔNICA					15		
LOGÍSTICA DAS COMUNICAÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO					14		
ADMINISTRAÇÃO DE MATÉRIAS CLASSIFICADAS					15		
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO					15		
NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO					11		
TELECOMUNICAÇÕES – REGULAMENTO E NORMAS					13		
TELECOMUNICAÇÕES I					20		
TELECOMUNICAÇÕES II					26		
REDES, INFRAESTRUTURAS E SISTEMAS DE COMUTAÇÃO					12		
REDES RÁDIO E SISTEMAS DE TRANSMISSÃO					13		
GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO					26		
NOÇÕES GERAIS DE MECÂNICA AUTOMÓVEL						11	
ARMAMENTO, MUNIÇÕES E PAIÓIS						11	
ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE MATERIAL						22	
MATERIAL DE ORDEM PÚBLICA – ELÉTRICO, ELETRÔNICO, OPTRÔNICO						11	
GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS						22	
REABASTECIMENTO E AQUISIÇÃO						22	
GESTÃO DA MANUTENÇÃO						35	

Anexo B — Cursos de Promoção
Anexo B4 — Plano de curso do Curso de Promoção a Sargento-Ajudante

NOÇÕES GERAIS DE LOGÍSTICA						17	
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO						20	
ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO						29	
PRÁTICA INSTRUMENTAL COM BANDA							95
ANÁLISE E TÉCNICAS DE COMPOSIÇÃO							30
TÉCNICAS DE DIREÇÃO							25
INFORMÁTICA II							20
REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS E HONRAS MILITARES							5
ORDEM UNIDA COM BANDA							15
LOGÍSTICA E ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO							10
TOTAL (CFE)	200	200	200	200	200	200	200
COMPONENTE FORMATIVA COMPLEMENTAR (CFCm)							
UNIDADE CURRICULAR	Armas	SERVIÇOS					
		SAM	SS(Med/arm)	SSVet	Tm	Mat	Hon
SEMINÁRIOS, PALESTRAS E VISITAS	12	12	12	12	12	12	12
DDI	10	10	10	10	10	10	10
TOTAL (CFCm)	22	22	22	22	22	22	22
TOTAL (CFC+CFE+CFCm)	480	480	480	480	480	480	480

Anexo B5 — Plano de curso do Curso de Promoção a Cabo

(Armas e Serviços)

Formação em regime presencial

COMPONENTE FORMATIVA COMUM (CFC)										
MÓDULO	UNIDADE CURRICULAR	Armas	SAM	Tm/ Exp	Tm/ Man	Mat	Hon	Med	Farm	Vet
FORMAÇÃO MILITAR	ORDEM UNIDA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	ÉTICA MILITAR E COMANDO	15	15	15	15	15	15	15	15	15
	TRANSMISSÕES	15	15	15	15	15	15	15	15	15
SUBTOTAL		60	60	60	60	60	60	60	60	60
FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL	COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	INFORMÁTICA	20	20	20	20	20	20	20	20	20
SUBTOTAL		50	50	50	50	50	50	50	50	50

FORMAÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS E TIRO	ARMAMENTO E TIRO	25	25	25	25	25	25	25	25	25
	EDUCAÇÃO FÍSICA / DESPORTOS	25	25	25	25	25	25	25	25	25
SUBTOTAL		50	50	50	50	50	50	50	50	50
TOTAL CFC		160	160	160	160	160	160	160	160	160

COMPONENTE FORMATIVA DE ESPECIALIDADE (CFE)										
UNIDADE CURRICULAR		Armas	SAM	Tm/ Exp	Tm/ Man	Mat	Hon	Med	Fam	Vet
TÁTICA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		25								
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL		25								
ADMINISTRAÇÃO I			50							
NOÇÕES GERAIS DE CONTABILIDADE			8							
EQUIPAMENTOS DE TSF				20						
EQUIPAMENTOS DE TPF				10						
PROCEDIMENTOS DE RELÉ POR FITA PERFURADORA (TTy)				20						
SISTEMAS DIGITAIS					30					
ELETRICIDADE					22					
ANTENAS					12					
ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE MATERIAL						20				
NOÇÕES BÁSICAS DE DESENHO TÉCNICO						5				
METROLOGIA						12				
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO						12				
TECNOLOGIA TEÓRICA						5				

PRÁTICA DA ESPECIALIDADE					10				
FORMAÇÃO MUSICAL						35			
TEORIA – MUSICAL						15			
PRÁTICA INSTRUMENTAL						6			
INTERPRETAÇÃO						4			
INTERVENÇÃO DO AUXILIAR DE SAÚDE							25	25	
SOCORRISMO/SUPORTE BÁSICO DE VIDA							25	25	
SIDEROTECNIA									30
ENFERMAGEM VETERINÁRIA									14
TOTAL CFE	50	58	50	64	64	60	50	50	44
COMPONENTE FORMATIVA COMPLEMENTAR (CFCm)									
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Armas	SAM	Tm/ Expl	Tm/ Ma n	Mat	Hon	Med	Farm	Vet
SEMINÁRIOS/PALESTRAS/VISITAS	6	6	6	6	6	10	6	6	6
DDI/ADC	10	10	10	10	10	10	10	10	10
TOTAL	16	16	16	16	16	20	16	16	16
TOTAL (CFC+CFE+CFCm)	226	234	226	240	240	240	226	226	220

Formação em Regime Blended Learning

COMPONENTE FORMATIVA BLENDED LEARNING																		
UNIDADES CURRICULARES	Armas		SAM		Tm/ Expl		Tm/ Mant		Mat		Hon		Med		Farm		Vet	
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	2																	
ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO DA GNR	2																	
ADMINISTRAÇÃO	2																	
LEGISLAÇÃO POLICIAL	2																	
LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA	2																	
LEGISLAÇÃO RODOVIÁRIA	2																	
ESCRITURAÇÃO	2																	
ADMINISTRAÇÃO II – PRÁTICA			6															
ELETRICIDADE BÁSICA					2													
EXPLORAÇÃO DE TRANSMISSÕES					3													
PROCEDIMENTO RADIOTELEFÓNICO					2													
SEGURANÇA DAS TRANSMISSÕES					3													
ANTENAS					2													
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO					2													
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO													2					

SERVIÇO DE SAÚDE																			
FUNÇÕES DO AUXILIAR DE ENFERMAGEM														2					
APOIO ADMINISTRATIVO-LOGÍSTICO														3					
OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ E HUMANITÁRIAS														2					
NOÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE PÚBLICA														2					
NOÇÕES BÁSICAS DE SOCORRISMO/SUPORTE BÁSICO DE VIDA														3					
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE SAÚDE															2				
APOIO ADMINISTRATIVO-LOGÍSTICO															2				
ÁREA GERAL DE ATIVIDADE EM FARMÁCIA															2				
NOÇÕES BÁSICAS DE FARMACOLOGIA															3				
NOÇÕES BÁSICAS DE FARMACOTERAPIA															3				
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO															2				
INFORMÁTICA - MÓDULO DE EQUINOS DO AS400																		20	
Total (RP)	14				14									14		14		20	
TOTAL EM REGIME PRESENCIAL	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240

Anexo C — Cursos de Especialização

Anexo C1 — Plano de curso do Curso de Especialização de Trânsito

Módulos de Formação	DISCIPLINA	Horas	Total Horas
Formação Militar	Armamento e Tiro	17	83
	Ética	17	
	Transmissões	17	
	Educação Física / Luta e defesa Pessoal	32	
Formação Geral	Inglês	30	70
	Relações Públicas e Atendimento Público	25	
	Informática	15	
Formação Técnico-Profissional	Legislação Geral e Investigação Criminal	22	387
	Legislação Rodoviária	174	
	Técnica e Segurança Rodoviária	24	
	Equipamentos e Materiais de Fiscalização	15	
	Formação de Condutores	48	
	Tecnologias de Informação de Apoio à Atividade Operacional (T.I.A.A.O.)	40	
	Prática de Estrada	48	
	Legislação Fiscal	16	
Atividades Complementares	Visitas	3	13
	Palestras	10	
	DDI	7	7
TOTAL			560

Anexo C2 — Plano de curso do Curso de Especialização de Fiscal

Módulos de Formação	UNIDADES CURRICULARES	Horas	Total Horas
Módulo A Direito Tributário	Sistema Fiscal Português	3	137
	Princípios Fiscais, Contencioso e Procedimento Tributário	52	
	Tributação do Consumo	72	
	Tributação Automóvel	10	
Módulo B Direito Aduaneiro	Código Aduaneiro Comunitário	9	18
	Disposições de Aplicação	9	
Módulo C Direito Penal e Contraordenacional	Código Penal	16	40
	Código Processo Penal	17	
	Regime Geral das Contraordenações	7	
Módulo D Técnicas Operacionais	Operações Fiscais	21	55
	Técnicas de Análise Documental	23	
	Tecnologias de Informação de Apoio à Atividade Operacional	11	
Módulo E Aptidão Física e Tiro	Educação Física	14	30
	Luta de Defesa Pessoal	10	
	Tiro	6	
Atividades Complementares	Visitas	6	18
	Palestras	6	
	Disposições da Direção de Instrução (DDI)	6	
Apresentação e Encerramento	Apresentação	1	2
	Encerramento	1	
TOTAL			300

Anexo C3 — Plano de curso do Curso de Especialização de Investigação Criminal

Unidades Curriculares	CARGA HORÁRIA
Teorias, Técnicas e Táticas de Investigação Criminal	63
Técnicas Operacionais	19
Medicina Legal	6
Criminologia	6
Direito Penal	15
Direito Processual Penal I	12
Direito Processual Penal II	12
Informação Criminal	7
Schengen: Sistema de Informação e Cooperação Policial	5
Tiro	4
Sub-Total	149
Seminários/Conferencias	
A Investigação Criminal na GNR	1
A lei da Organização da Investigação Criminal	2
Relação do MP com os OPC	3
Relação do defensor com os OPC	2
Metodologias para a Produção de Prova Judiciária	3
Vitimologia	2
Psicologia do Testemunho	2
Direito de Menores	3
Imigração Clandestina	2
Polícia Científica	2
Amnistia Internacional	2
Antropologia Forense	2
Tecnologias Aplicadas à Investigação Criminal	2
Investigação Criminal e Comunicação Social	2
Organização e Normas de Funcionamento da Estrutura de Investigação Criminal da GNR	2
Sub-Total	32
Cerimónias e Avaliação	
Abertura do Curso	2
Encerramento do Curso	1
Primeira Prova de Avaliação Escrita	1
Correção da Primeira Prova de Avaliação Escrita	1
Segunda Prova de Avaliação Escrita	2
Correção da Segunda Prova de Avaliação Escrita	1
Exercícios Finais de Avaliação	16
Avaliação do Curso	1
Sub-Total	25
TOTAL	206

Anexo D — Plano de curso do Mestrado em *Ciências Militares*, na especialidade de *Segurança*.

1º Ano — Unidades Curriculares	
1º Semestre	2º Semestre
Sociologia Militar	História Militar
Geografia	Introdução ao Estudo do Direito II
Metodologia da Comunicação	Ciência Política e Direito Constitucional II
Introdução às Ciências Sociais	Sistemas Computacionais e de Comunicação
Introdução ao Estudo do Direito I	Organização Militar
Ciência Política e Direito Constitucional	Elementos de Armamento
Inglês I	Pedagogia da Educação Física
	Inglês II
2º Ano — Unidades Curriculares	
1º Semestre	2º Semestre
Tática Geral e Operações Militares I	Tática Geral e Operações Militares II
Topografia I	Logística
Introdução à Gestão	Direito Comunitário
Matemática e Estatística Para as Ciências Sociais I	Matemática e Estatística para as Ciências Sociais II
Direito Administrativo I	Direito Administrativo II
Inglês III	Inglês IV
3º Ano — Unidades Curriculares	
1º Semestre	2º Semestre
Organização das Forças e Serviços de Segurança	Teoria das Relações Internacionais
Sistema de Armas da GNR e Tiro	Gestão dos Recursos Humanos
Tática da GNR I	Direito do Ambiente
Direitos Fundamentais	Direito Penal II
Direito Penal I	Inglês VI

Inglês V	
4º Ano — Unidades Curriculares	
1º Semestre	2º Semestre
Tática da GNR II	Sociologia Policial
Criminalística	Medicina Legal
Direito Processual Penal	Direito Fiscal
Direito de Ordenação Social	Direito Rodoviário
Ética e Liderança	Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados
Gestão da Comunicação	Teoria Geral da Estratégia
Inglês VII	Inglês VIII